

ABRALIN

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE LINGÜÍSTICA**

A B R A L I N
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE LINGÜÍSTICA

DIRETORIA - GESTÃO 83-85

Presidente: Ataliba T. de Castilho (UNICAMP)

Secretário: Rodolfo Ilari (UNICAMP)

Tesoureira: Lucy Seki (UNICAMP)

MEMBROS DO CONSELHO

Dino Preti (USP)

Leila Bárbara (PUC-SP)

Luiz Antonio Marcuschi (UFPe)

Neusa Martins Carson (UFSM)

Ulf Gregor Baranow (UnB)

Yonne Leite (Museu Nacional)

CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual de Campinas

Departamento de Linguística

Caixa Postal 6045

13.100 - Campinas - SP - Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	003
ATIVIDADES DA ABRALIN DURANTE A 35ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC	
Mesa-Redonda 1: <u>Prioridades da Lingüística na Amazônia</u>	
Gilda Maria Lins de Araújo - "Prioridades da Pesquisa Lingüística na Amazônia"	005
Eugênio Estevam Batista - "Prioridades da Pesquisa Lingüística na Amazônia: tendências e implicações da escolha"	010
Mária de Nazaré Vieira - "Prioridades da Pesquisa Lingüística na Amazônia"	016
Mesa-Redonda 2: <u>Variedades do Português do Brasil</u>	
Miriam Lemle - "A Variação na Forma Fonológica"	022
Dino Preti - "Norma e Variedades Lexicais Urbanas"	030
Ataliba Teixeira de Castilho - "Variedades Conversacionais"	040
ATIVIDADES DA ABRALIN DURANTE A 27ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC	
Anthony Naro e Frank P. Brandon - "Lingüística e Matemática"	054
Miriam Lemle - "Objetivos do Ensino da Lingüística na Graduação"	069
Yonne de Freitas Leite - "Lingüística e Antropologia"	073

ATIVIDADES DA ABRALIN DURANTE A 20ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC

A) Simpósio sobre Línguas Minoritárias no Brasil

Nelson Rossi - "Palavras de Abertura"	075
Clarlotte Emerich - "Línguas Indígenas"	077
Mary A. Mato e Leila Sêrbara - "Línguas Asiáticas"	095
Paulino Vandresen - "Línguas Européias"	112
Jean-Pierre Ancenot - "Línguas Africanas"	126
Intervenções	138

B) Comunicações

Mosa Virginia Mattos e Silva e Myriam Barbosa da Silva - - "Observações sobre Fatos Fonéticos em um Diale- to de Transição"	141
Nelson Rossi - "Português do Brasil, Brasileirismo e Plu- -rilinguismo"	156

NOTICIÁRIO	161
------------------	-----

A P R E S E N T A Ç Ã O

A Associação Brasileira de Linguística publica neste quinto número de seu Boletim alguns textos apresentados à 35ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Belém do Pará, de 6 a 13 de julho de 1983.

O programa relativo à participação da ABRALIN nesse evento foi publicado no Boletim nº 4: maio de 1983: 150-152. Deixou de realizar-se a sessão de Comunicações Coordenadas sobre "Pesquisa Dialética lógica no Brasil". Os textos da outra sessão de Comunicações Coordenadas "Situação das Interdisciplinas na Linguística no Brasil" não foram enviados até o encerramento desta edição, e provavelmente serão publicados em outra ocasião. Os textos do Simpósio "Descrição e Preservação de Línguas Indígenas na Amazônia" serão publicados na revista Ciência e Cultura, órgão da SBPC.

Publicamos igualmente alguns textos apresentados durante a 27ª Reunião Anual da SBPC (Brasília, 1975) e ainda aqueles apresentados no Simpósio "Línguas Minoritárias no Brasil", organizado pelo Professor Nelson Rossi no contexto da 28ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Brasília em julho de 1976. Estes textos tiveram uma edição patrocinada pelo Departamento de Assuntos Culturais do MEC. Ao republicá-los, queremos assegurar-nos de que todos os associados da ABRALIN terão acesso a esses importantes documentos.

Seguem-se as sessões habituais de Noticiário, para cujo enriquecimento solicitamos a colaboração dos associados.

Campinas, setembro de 1983.

ATIVIDADES DA ABSALIN DURANTE A
35ª Reunião Anual da SBPC
Belém, 6 a 13 de julho de 1964

Mesa-Redonda 1: Prioridades da Pesquisa Lingüística na Amazônia

Presidente: Francisco Gomes de Matos (UFPE)

Expositores: Gilda Maria Lins de Araújo (UFPE)

Eugênio Estevam Batista (UFAC)

Maria de Nazaré da Cruz Vieira (UFPA)

Dia 7 de julho de 1983, das 15 às 18 horas

PRIORIDADES DA PESQUISA LINGÜÍSTICA NA AMAZÔNIA

Gilda Maria Lins de Araújo

(UFPE)

1. Considerações Gerais

Embora o tema específico desta Mesa-Redonda convoque a discussões concernentes a Prioridades da Pesquisa Lingüística na Amazônia, peço permissão e convido a todos a pensar, desde logo, em termos mais amplos, vez que a Língua é do País inteiro e as dificuldades com que lutamos os diversos profissionais da Ciência da Linguagem, de um modo geral são as mesmas. Os problemas de ensino, por exemplo, são semelhantes neste imenso Brasil, todos requerendo, urgentemente, investigação que apresente possíveis soluções.

Por tudo isso, parece-me que não vou apresentar tanta novidade de no que pretendo sugerir como propostas prioritárias de investigação lingüística. Valem elas mais, isto sim, pela troca de experiências, e o desejo de servir à causa da Educação.

1.1. Avaliação das Prioridades Atuais de Pesquisas Lingüísticas na Amazônia

É consenso entre os diversos profissionais da área de ensino que das deficiências resultantes da crise do sistema educacional brasileiro ocupa lugar central o baixo rendimento de desempenho lingüístico demonstrado por estudantes, na utilização da Língua, nas suas diversas modalidades.

Como agir, então, diante das variedades lingüísticas, de acordo com as regiões, as classes sociais, e mesmo as pessoas? O res-
peito às características do indivíduo e da região amazônica no caso,
parece ser o primeiro passo, pois, valendo-me de Luis Antônio Mar-
cuschi "Cada uma das muitas províncias deste país tem suas estreitas
relações com a Língua, formando um certo núcleo de fatos, que lhe
dão identidade própria"(1). E aqui já começamos a penetrar no cerne
da temática deste Encontro: na Amazônia, cuidar do ensino do Portu-
guês, muitas vezes, como segunda língua; e, por conseguinte, não des-
cuidando das línguas indígenas, e das possíveis influências de ou-
tras línguas estrangeiras no próprio idioma pátrio, automaticamente
refletidas no ensino.

Cabe, então, reavaliar o ensino de 1ª e 2ª graus, como um
dos meios, talvez o mais eficiente, de evitar as impropriedades do
ensino ao nível superior. A escola que queremos precisa ser aciona-
da, e na escola que temos. E, paralelamente, redefinir uma pesquisa
direcionada àqueles que vão, com seus atos reais, transformar, ou se-
jam mais realistas, "tentar transformar" o seu mundo, a sociedade
na qual estão inseridos, pois não esqueçamos que a teoria em si não
tem essa capacidade ou função; ela tem que sair de si mesma, pelos
professores, e na prática que desenvolvem diante de seu compromisso
sério e verdadeiro com o homem, mola propulsora de um compromisso
maior com a Ciência. Daí por que sendo a língua um processo, e o
próprio usuário um participante deste processo, as pesquisas não de-
vem ser de interesses particulares; e maior deve ser, cada vez mais,
o entrosamento entre lingüistas e professores de línguas. Assim,
mais efetiva adaptação das teorias lingüísticas, por exemplo, às sa-
las de aula, na perspectiva de que o primordial na Universidade é
servir à comunidade e não à vontade de pessoas ou entidades: "Não é
apenas a pesquisa que deve alimentar o ensino. Também este deve ali-
mentar a pesquisa fornecendo-lhe temas e problemas de investigação,
aferrando a adequação e relevância social dos resultados da pesquisa,
e, sobretudo, difundindo os produtos da pesquisa de modo que, pela
mediação de sua assimilação por parte dos alunos, seja revertido à
sociedade que dela se origina e que a universidade elabora e sistematiza"(2).

2. Questões e princípios a serem discutidos

2.1. Problemas de ensino

De início, quero lembrar a Dissertação de Mestrado do meu

colega da Universidade do Amazonas, Carlos Alberto Santos Almeida - Aprendizado de Português: uma proposta para Manaus, defendida na PUC/SP sob a orientação da Madre Olívia, em 1980. Na página 36, ele apresenta as peculiaridades regionais que dificultam, especificamente, o ensino da Língua Materna. Em Manaus, diz "o ensino de Língua Portuguesa não foge ao problema de outras cidades brasileiras, mesmo o das grandes metrópoles. Em parte as dificuldades são as mesmas que se encontram pelo país, mas acrescentam-se algumas situações próprias da região, que não contribuem para facilitar: a distância que separa Manaus dos outros centros culturais do país é muito grande; o clima tropical dificulta o esforço que os estudos exigem; as condições de vida do seu povo ainda são mais precárias e mais difíceis sob alguns aspectos". Ressalta também que, embora tenha havido uma melhoria com a inclusão da Lingüística no elenco das disciplinas do curso de Letras, o ensino continua teórico; e com normas ditando regras para o escrever correto.

Afora tudo isso, convém lembrar uma situação de fato e bem real: o excesso de poder da classe dominante, cuja consequência mais óbvia é o abandono das línguas minoritárias. A saída prática que cabe ao professor, parece-me, é a de ter presente que as atividades de ensino deveriam oportunizar a seus alunos o domínio de uma outra forma de falar, sen que isto signifique a depreciação da forma de falar de seu grupo social.

É preciso, pois, unir esforços com os colegas da região e de todo o país, no sentido de contribuir para a análise da situação do ensino de Português, em Manaus e demais partes do Brasil, respeitando a identidade lingüística das comunidades minoritárias na Amazônia; numa tentativa de equacionar problemas e propor algumas soluções, como fez o autor da Dissertação acima referida, ao tentar uma documentação dos fatos lingüísticos da região. Que estes interesses chequem também para professores de outras áreas: sociólogos, antropólogos, e psicólogos, numa tentativa de recuperar um aspecto novo de nossa cultura, na certeza de que, e aqui invocamos novamente Mar cuschi, "saber sobre linguagem é saber sobre costumes, tradições, atividades, instrumentos e muito mais"(3).

Que Língua ensinar na escola? Aí é que está: ensinar português é ensinar o uso da língua e não o padrão considerado culto e pelo qual o poder se manifesta com toda sua força. Faz-se necessário, pois, estabelecer uma política de ensino coerente com a realidade do multilingüismo que prepondera nessa região.

2.1.0. Dos conteúdos e dos livros didáticos

Os conteúdos dos livros didáticos, em sua grande maioria, são discriminatórios, o que fere o princípio de que o material didático deve funcionar como um veículo de inserção do aluno na sociedade, levando-o à compreensão de seu papel como um agente histórico. Impõe-se, pois, uma revisão. A base de uma redefinição é a de desenvolver o espírito crítico da comunidade brasileira, imposta pelas próprias diversidades e anseios do seu povo. Os livros devem trazer consigo textos que digam respeito à preparação do aluno para o mundo lingüístico que irá encontrar depois da vida acadêmica, portanto.

2.1.1. Do professorado

Neste emaranhado de problemas não se pode esquecer o importante papel que o professor desempenha como um elemento de "pressão". É neste sentido cabe a ele: levar o aluno a adotar uma postura crítica, menos passiva, diante de tudo que necessita ser repensado no sistema educacional como um todo, exigindo revisão periódica desse mesmo sistema para adaptação a novas conjunturas sócio-culturais. A mentalidade do professor e do aluno, convém ressaltar, precisa acompanhar a evolução da época atual, resultante do próprio dinamismo de cada geração.

3. Propostas de atividades prioritárias de investigação lingüística

Diante dos problemas levantados que dizem respeito, sumariamente, ao baixo rendimento do desempenho lingüístico por um lado; e à ação na escola diante das variedades lingüísticas, por outro; e ainda, por aceitar que, minimizadas as falhas no ensino de 10 e 20 graus, no 30 grau as impropriedades venham a ser talvez irrelevantes, APRESENTAMOS como propostas: detectar as causas e conseqüências de comportamentos discriminatórios; conscientizar para a influência que a Língua tem como mantenedora dos valores étnico-culturais das comunidades indígenas; e aplicação de técnicas lingüístico-pedagógicas adequadas ao ensino de 10 e 20 graus.

Quanto à primeira, talvez a diretriz mais provável seja sensibilizar o falante nativo para a variedade lingüística, e descrever, paulatinamente, a de maior prestígio social, objetivo primeiro do ensino escolar, de modo que o objetivo a ser proposto não seja "aprenda a norma culta em vez do português que você fala" e sim "aprenda a norma culta além do português que você fala, e utilize um ou outro segundo as circunstâncias"(4). Em relação à segunda, que

se busque caminhos que levem à conscientização pela comunidade de que os grupos tribais, minoritários, constituintes da sociedade nacional, não vêm tendo o respeito que merecem. E quanto à terceira, diretrizes específicas no ensino e pesquisa da Língua Portuguesa, na tentativa de apresentar linhas metodológicas quanto à leitura e produção de textos; operacionalização de técnicas de análise lingüística; e adoção de uma prática de ensino à-luz da Lingüística, com serviços prestados à comunidade, a fim de que os futuros educadores entrem em contacto com a realidade educacional da comunidade, e adquiram uma consciência profissional adequada para uma atuação coerente.

4. À guisa de conclusão

Encarar os aspectos da educação e do ensino como questões de caráter político-social e não como questões de natureza apenas pedagógica, e de técnicas de ensino, a fim de descaracterizar a Escola como mantenedora das desigualdades sociais, são as preocupações que de um modo geral devem dirigir e se exigir dos professores e educadores.

Esperamos, por fim, que as nossas indicações possam ser úteis. Estimulem as discussões na busca de propostas alternativas a serem levantadas à consideração dos responsáveis nas Universidades e outras Instituições, em resposta aos anseios da sociedade como um todo.

NOTAS

1. Linguagem e Província. Texto mimeografado, agosto de 1982, p. 11.
2. SAVIANI, Demerval. "A estrutura do ensino na Universidade Brasileira", In: ANDE (Revista da Associação Nacional de Educação) Ano 1, nº 5, 1982, p. 55.
3. "Linguagem: o aspecto regional como valor", In: Anais do 1º Encontro de Lingüística e Literatura. SEC/PE, 1982, p. 28.
4. ibidem, p. 24, citando Miriam Lemle.

PRIORIDADES DA PESQUISA LINGÜÍSTICA NA AMAZÔNIA

Tendências e implicações da escolha

Eugenio Estevan Batista

(UFAC)

Durante os primeiros oito anos de funcionamento da Universidade Federal do Acre, a Lingüística ministrada no Curso de Letras restringia-se a dois períodos letivos. O material de exemplificação utilizado no ensino desta disciplina, na UFAC, sempre foi do português. Em termos de prioridade, portanto, o que se consegue divisar, a partir das aulas de Lingüística, no Acre, aponta para o domínio da língua portuguesa.

Em 1978, a Universidade Federal do Acre lança-se a campo, para executar o projeto de pesquisa "Dimensões Sociolingüísticas no Estado do Acre", de autoria do saudoso Prof. Hugo Antunes da Silva. Era ele o responsável pelo ensino da lingüística no Curso de Letras da UFAC, quando, em julho de 1977, veio a falecer. Deixou pronto o projeto, cuja negociação de financiamento, junto à SUDAM, já se encontrava em fase adiantada. Na época, o controle das iniciativas de pesquisa - gênero de atividade praticamente ausente na instituição, até então - era feito pelo Serviço de Extensão, órgão da Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. A pesquisa não contava com infra-estrutura alguma na universidade. E o financiamento para aquele projeto foi obtido.

Junto com a incumbência de assumir a cadeira de Lingüística, a partir de agosto de 1977, foi-nos entregue também a responsabilidade de coordenar a execução da pesquisa. Seríamos obrigados a alongar-nos muito se, a bem da verdade, empreendêssemos a narrativa dos fatos que marcaram a execução daquele projeto. A história coincidiria com a própria história da Universidade Federal do Acre, no difícil passo de dar espaço ao surgimento da infra-estrutura de pesquisa que tem hoje. Procuraremos ater-nos aos aspectos indispensáveis à consecução do objetivo a que nos propusemos ao tratar deste tema: a crítica do alcance de visão, como pré-requisito para o estabelecimento de prioridades no estudo da linguagem na Amazônia.

O projeto de pesquisa "Dimensões Sociolingüísticas no Estado do Acre" previa duas etapas de trabalho: 1^a) o estudo da norma culta em Rio Branco, Ac.; 2^a) um estudo da linguagem nos municípios do interior do Estado, cuja identificação não estava explicitada, mas que

não cabia no tema da primeira etapa. Cada uma delas voltava-se para um universo totalmente diverso do universo visado pela outra. A primeira etapa colocava-se na linha de pesquisa proposta por Lope Blanch (1964), reconhecida pelo PILEI (1967) e assimilada pela equipe brasileira do projeto MURC (1970). A segunda etapa punha em relevo os fenômenos de contacto entre línguas, tanto na fronteira, como no interior do Estado, visando às influências do espanhol e de línguas indígenas sobre o português, no padrão popular. O projeto previa ainda a constituição de uma equipe interdisciplinar para executá-lo, bem como prescrevia a participação de alunos de letras da UFac, tanto do curso regular (escalados para a 1ª etapa), como do Curso de Licenciatura Curta Parcelada (para a 2ª etapa). A quantidade de informantes a serem inquiridos era de 200, em cada etapa. O tempo previsto para a execução do projeto inteiro era de dois anos: 1978 e 1979.

Procuramos nos organizar na Universidade Federal do Acre. Graças à compreensão da Profa. Wanir de Almeida Horácio e Silva, na época chefe do Departamento de Línguas e Letras, conclamou-se a Universidade, em cada uma de suas unidades acadêmicas, e realizou-se o 1º Seminário Universitário de Atividades de Pesquisa (2 a 6 de outubro de 1978).

Durante aquela semana, debateu-se sobre a situação da pesquisa na instituição. O seminário não se restringiu, nem se centralizou nos problemas da pesquisa lingüística. Foi uma atividade aberta a todas as iniciativas e aspirações de pesquisa na instituição e na localidade.

Das unidades acadêmicas convidadas, apenas uma minoria foi receptiva e compareceu. Mesmo assim, na síntese final, o seminário conseguiu oferecer, com bastante objetividade, uma proposta viável para institucionalizar-se a atividade de pesquisa na universidade: alinhou o processo que se poderia seguir, para tal institucionalização no âmbito da Prô-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (PROPEX); apontou os objetivos deste serviço (assim pensado, em equiparação ao Serviço de Extensão existente na época), delineando as metas e substância para a explicitação de uma política de pesquisa; apresentou sugestões para a ação, a partir da organização de núcleos de pesquisa nos departamentos. No tempo que se seguiu, aos poucos, aquelas reivindicações foram-se tornando realidade: constituíram-se os núcleos nos departamentos; constituiu-se a Coordenadoria de Apoio ao Desenvolvimento da Pesquisa (CADEP), na PROPEX.

Não obstante a pesquisa lingüística ter sido a atividade mo-

tora para a realização do 1º seminário de pesquisa na UFAc, pouco pôde favorecer-se dele. O seminário permitiu a exposição das informações do projeto, apresentação da equipe e medidas que estavam sendo tomadas na execução do trabalho. Mas não se conseguiu discutir, nem, muito menos, tecer qualquer avaliação do exposto, que pudesse melhorar as possibilidades de se levar a bom termo a execução do projeto. Mas isto não constrange. Para contribuir-se na atividade de pesquisa é preciso estar desperto para tal. E, naquele momento, o que se fazia era um esforço para despertar.

Rão obstante o 1º Seminário Universitário de Atividades de Pesquisa ter projetado as linhas com que se montou a infra-estrutura de pesquisa existente hoje na UFAc, mais tarde foi organizado, de novo, um 1º seminário de pesquisa nesta instituição (13 a 18 de agosto de 1981). Desta vez, numa iniciativa da própria PROPEX, através, justamente, da CUBEP, que nada mais é senão a cristalização do que foi proposto naquele seminário de pesquisa realizado em outubro de 1978. Na Amazônia, não é raro as pessoas agirem como se a história estivesse sempre começando de novo.

Procuramos, então, obter orientação técnica nos centros mais avançados do país. Enviamos correspondência a cada um dos coordenadores do projeto NURC, nas cinco maiores e mais antigas capitais: Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Recife e Porto Alegre. Acharos apoio na equipe de São Paulo.

Já no final do ano letivo de 1978, pudemos ter conosco o Professor Doutor Ataliba Teixeira de Castilho (UNICAMP). A colaboração deste homem foi inestimável. Orientou o melhoramento da programação do ensino de Lingüística, ministrou um curso de iniciação à Lingüística na 1ª Semana de Estudos Lingüísticos da UFAc (27 de novembro a 19 de dezembro de 1978) e prestou um aconselhamento paciente e sábio à equipe do projeto.

Ao final daquele ano, havíamos percorrido as sedes dos municípios acreanos, conseguindo fazer as gravações referentes à 2ª etapa do projeto. A inversão na seqüência das etapas, para o trabalho de gravação prende-se às dificuldades naturais de locomoção, típicas da região amazônica. Graças aos esclarecimentos do Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, sabíamos que seria necessário fazer uma segunda viagem, a fim de gravar novamente o que apresentava defeito. Uma reformulação do projeto permitiu obter complementação de financiamento, visando justamente à realização da nova viagem no ano seguinte.

Em 1979 tivemos de ausentar-nos da universidade, para fazer

o curso de mestrado na PUC de Campinas (SP). Sucedeu-nos, na cadeira de Lingüística, na UFAC, bem como na coordenação do projeto, a Profa. Ana Cristina Aldrüge. Neste ano, o Prof. Dr. Dino Preti esteve no Acre e prestou assistência à nova equipe. O material gravado foi considerado, na maior parte, como sem serventia para o desejado aproveitamento científico. A segunda viagem ao interior, por este projeto, não pôde ser feita. E o relatório final da pesquisa apresentou um resultado bem abaixo do esperado. Felizmente, como o material gravado ainda se acha guardado, poderá ser reexaminado assim que a UFAC, através do seu Departamento de Letras, considere este trabalho tão relevante, que mereça apoio institucional para ser feito.

Em 1980, pela segunda vez, um projeto de pesquisa lingüística é lançado à execução na Universidade Federal do Acre. Trata-se do estudo do "Lêxico do Seringueiro", de autoria da Profa. Ana Cristina Aldrüge. Ela própria o executou, contando com a orientação da Profa. Dra. Maria Socorro Araújo (UFPb). Visitou seringais dos municípios acreanos e colheu os dados. Quando, em 1981, preparava-se para se ausentar, a fim de, por sua vez, fazer o mestrado, dispunha de uma lista onde figuravam os verbetes encontrados e um conjunto de textos documentando narrativas fornecidas pelos seus informantes. Este material encorpava o relatório da pesquisa que fizera. Tratava-se, portanto de um resultado parcial, a servir de base para a análise a que a pesquisadora se propunha durante seu curso de mestrado.

Tanto o projeto "Dimensões Sociolingüísticas no Estado do Acre", como o projeto "Lêxico do Seringueiro" correspondem a iniciativas da pesquisa lingüística voltada para a descrição do português. Baseiam-se na proposta da dialetologia social, com a hipótese da co-variação lingüístico-social. Ambos aspiram à aplicação de seus resultados, no ensino do português. Sem dúvida, a análise sistemática dos dados colhidos, em ambos os projetos, reforçará a inclinação do estudo da linguagem voltado para o português. É o que se afere destas duas experiências da pesquisa lingüística, nesta parte oriental da Amazônia, que, em comum, deixam ver até as carências, de maneira análoga, onde se sobressai a necessidade de suficiência técnica nos recursos humanos.

Outras iniciativas apontam para esta mesma área. O conjunto de trabalhos monográficos do Curso de Especialização em Língua Portuguesa (DL, UFAC, 1981-1982), incluindo levantamentos lexicais, abordagens morfo-sintáticas, incursões na gramática histórica e na semântica, ao lado da conquista mais rica do estudo da linguagem, neste

curso: o substancial reforço no trato sistemático da redação escolar, que promoveu o avanço mais significativo de ordem metodológica, graças à preciosa orientação da Profa. Albanita Guerra de Araújo (UFPA).

Está na área do ensino de língua portuguesa, atualmente, o maior número de pessoas qualificadas do Departamento de Letras da UFPA, tanto a nível de especialização, como a nível de mestrado. Tem sido nesta mesma área que têm ocorrido iniciativas de estudo em convergência com a lingüística. Neste plano ganha destaque a atuação da Profa. Lucília Maria Parra Pastro. Em 1980, junto com a Profa. Ana Cristina Aldrique, ela conseguiu aplicar trabalho escolar, a nível de investigação, no terceiro período de letras, em fonética e fonologia. Presentemente, levamos a efeito, com os alunos do quarto período de letras, um experimento sobre o domínio da morfo-sintaxe, em redações de alunos de 1ª à 4ª série do 1º grau.

Hoje, no Curso de Letras da UFPA, já se reservam três períodos para o ensino da Lingüística. Foi mais uma conquista daquele ano fecundo de 1978. Assim, iniciamos o aluno na Lingüística, situando a disciplina e seu objeto no campo geral da comunicação, chamando a atenção para a co-existência e relacionamento entre as entidades simbólicas, bem como para a evolução histórica dos estudos da linguagem, a fim de facilitar a compreensão sobre o avanço metodológico. Ao implantar-se este período letivo, teve-se em mira a ampliação da visão sobre a linguagem, na direção mais segura, sacrificando-se outros rumos que conduzissem a campos, talvez, até mais relevantes. Não obstante, por exemplo, ser o Acre um núcleo de aldeamentos indígenas, a realidade dos fatos da comunicação social está fortemente inserida na vida comunitária. São realidades isoladas, tanto quanto são isolados os próprios grupos. Assim é que, a expectativa de uma pessoa interessada na pesquisa lingüística na Amazônia pode diferir da preocupação de quem vivencia a Amazônia. Do ponto de vista externo, pode ganhar relevo mais alto aquilo que se precisa fazer com a Lingüística na Amazônia; do ponto de vista de quem está na Amazônia, o caminho para isto passa pelo caninho do que se pode fazer, em termos de prioridade.

Mesmo que outras áreas chamem a atenção, como o estudo das línguas indígenas, a aplicação ao ensino de línguas estrangeiras, ou o campo geral dos fatos semiológicos, nenhuma delas suplanta, em termos de prioridade, a tendência da pesquisa lingüística orientada para os fatos da língua portuguesa, no Acre. É o que, atualmente se pode ver.

Prossegue o trabalho árduo de fazer despertar. Quando as instituições, nas pessoas que as dirigem, despertarem para a necessida-

de de criar infra-estrutura para que a pesquisa lingüística na Amazônia tenha suficiente força para debruçar-se sobre os campos que se apresentam mais carentes e, ao mesmo tempo, mais peculiares a esta região, considerando este trabalho verdadeiramente relevante e seu produto uma coisa verdadeiramente útil, passaremos a um novo capítulo na história da nossa gente. Que, até lá, se tenha aprendido a cumprir, com segurança, as etapas técnicas do estudo, como condição para aproveitamento de seus resultados. Que, no esforço para despertar, não se apague na memória os dissabores curtidos nos primeiros passos da pesquisa lingüística na Amazônia. Porque aquela agrura, ao encetar, sem base suficiente, pesquisa lingüística no português também pode ser vista como verdadeiro benefício, em favor das outras áreas de pesquisa, ainda não tocadas. O sofrimento dos resultados pouco animadores são rigoroso aviso, para que não sucedam nas outras áreas perdas irreparáveis.

PRIORIDADES DA PESQUISA LINGÜÍSTICA NA AMAZÔNIA

Maria de Nazaré Vieira

(UFPA)

Aqui nesta exposição interpretamos como pesquisa a atividade de investigação técnica-científica da realidade, feita por Instituições Públicas. E, no Brasil, a atividade de pesquisa sob forma sistematizada é relativamente nova. São marcos históricos da pesquisa científica, entre nós, o Instituto de Mannuinhos e a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. O primeiro, criado no início do século, foi destinado a resolver graves problemas de saúde pública; a segunda, fundada em 1934, marca o reconhecimento da pesquisa científica como uma das funções básicas de nossas Universidades, com a idéia nova de associar-se à investigação e ao ensino.

Ora, em se tratando de Amazônia, a primeira instituição para pesquisa foi o Museu Emílio Goeldi, criado em 1866, ligado ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, órgão do CNPq, em 1954. Em sua fase áurea, a inicial, o Museu Emílio Goeldi realizou pesquisa sobre botânica e zoologia na região Amazônica. Após uma fase de declínio, a investigação ressurgiu no Goeldi, tornando-se ele o órgão de pesquisa, entre nós, no campo das ciências naturais e sociais.

É claro que outras instituições importantes surgiram na região. Na década de 30, no Pará, surgiram: o Instituto Agrônomo do Norte, que deu origem à Faculdade de Ciências Agrárias e ao órgão regional da EMBRAPA; o Instituto de Patologia Experimental do Norte que se transformou no atual Instituto Evandro Chagas. Em 1957, constituiu-se a Universidade Federal do Pará, e em 1966, a Universidade Federal do Amazonas, afora outras mais jovens ainda. Também como centro de pesquisas médicas, no Amazonas, há o Instituto de Doenças Tropicais.

Do exposto acima, vê-se que na Amazônia o trabalho científico, além de ser atividade bastante nova, não oferece oportunidades, especialmente, nas áreas da Educação, das Letras, das Humanidades, embora sabendo-se que a Amazônia reúne, ainda, uma população que se destaca do resto do país pelos aspectos de sua cultura local, com idéias, conhecimentos, artefatos, padrões de comportamento e atitudes peculiares a sociedades de pouco contato.

Pois é dentro desse contexto da pesquisa na Amazônia que já se pode imaginar a situação da pesquisa lingüística. Nota-se, de fato, uma grande lacuna, nesse sentido, por parte das instituições radica-

das na Amazônia. O que se vê são entidades estrangeiras, e de fora da região, voltadas para as investigações lingüísticas, enriquecendo acervos nacionais e estrangeiros, sem, contudo, legar às instituições amazônicas qualquer participação efetiva tanto no que diz respeito aos procedimentos técnicos-metodológicos, quanto ao treinamento de pesquisadores locais.

Tudo é difícil na Amazônia e para a Amazônia.

Naturalmente, sabemos que a região se ressentir de pessoal qualificado. São ainda poucos os que têm, realmente, condições de levar a bom termo trabalhos de pesquisa e estes poucos que começam a emergir não são incentivados, não são apoiados, ficando os mesmos a se debaterem em águas contrárias tentando, todavia, sobreviver. Não há credibilidade por parte das Instituições de pesquisas e das Financiadoras, porque o exigido logo é o "know-how" do pesquisador. Mas como "know-how" para quem inicia? Serão que os grandes pesquisadores, os grandes cientistas já nasceram prontos? Essa é uma das realidades com que se depara o estudioso na Amazônia.

No Pará, a pesquisa lingüística ainda é iniciante como em toda a Amazônia. Não há linhas de pesquisa. Existem, sim, estudiosos preocupados em fixar, antes que desapareçam com o caminhar da civilização, aspectos das diferentes culturas existentes na Região e algumas delas em via de desaparecimento.

Até 1975 os estudos lingüísticos entre paraenses foram marcados por "estudos pessoais de gramáticos e amadores de coisas da linguagem" (A. Campos, 1980, pag. 53). Após 1975, na UFPA, com o desenvolvimento do Projeto de pesquisa dos Falares Paraenses, e com a apresentação de dissertações de Mestrado, os estudos lingüísticos paraenses, de base científica, marcam a sua presença na história das nossas letras. Todavia não se pode ainda falar em linhas de pesquisa definidas, num Estado integrante de uma região que ainda abriga em seu Território uma grande quantidade de grupos tribais, muitos, ainda, não estudados, e abriga ao mesmo tempo uma população de falar peculiar à sua própria cultura com características remanescente dos primitivos habitantes da região, do branco conquistador e do negro escravo.

No Museu Emílio Goeldi, além de pesquisas lingüísticas dispersas, não há também pesquisas sistemáticas na área da Lingüística. Só agora parece o Museu querer iniciar uma nova frente de pesquisa, a da Lingüística indígena.

Embora já se vislumbrem no Pará caminhos que identificam du

as linhas de pesquisa, o das línguas indígenas e a dos falares ou dialetos regionais, não há, todavia, uma filosofia nessas possíveis linhas de pesquisa, por parte das instituições que a desenvolvem ou venham a desenvolvê-las. Cada instituição traça o seu caminho, de acordo com os interesses dos que apresentam seus projetos de estudos sem, todavia, um plano diretor de pesquisa entre as instituições locais, esquecidas de que juntas poderiam chegar a melhores soluções: a de projetos com resultados mais rápidos, o da formação de pesquisadores na Amazônia, o da constituição de um grupo de trabalho voltado para o regional, recolhendo dados de inestimável valor, sem os quais a memória nacional ficará irreversivelmente comprometida.

2. O que a Universidade do Pará tem feito, desde 1957, na área da lingüística

Com a febre de mestrado e doutorado em todas as Universidades, os trabalhos a seguir relacionados, de professores do Centro de Letras, foram realizados:

01. Estruturas Subjacentes de algum tipos de frases declarativas do Dialeto Gavião-jê, Leopoldina Maria Araújo, 1977, UFPa (UFS-SC).
02. Aspectos do Falar Paraense, (Fonética-Fonologia e Semântica), M. de Nazaré da Cruz Vieira, 1978, UFPa (PUC-RJ).
03. A Língua Portuguesa do Século XVI, Rosa Coelho de Assis, 1979, UFPa (UFRJ-RJ).
04. O Léxico e as Variações Extra-Lingüísticas, Claudette Reis Prieto, 1980, UFPa (PUC-RS).
05. A Interferência da Língua Japonesa na Morfossintaxe da Língua Portuguesa, Célia Brito, 1980, UFPa (PUC-RS).
06. Essai de Délimitation de Contenus Lexicaux pour un Programme de Debutants en Français (Pre-Adolescents Brésiliens du Système Scolaire, José Carlos Cunha, 1980, UFPa (Toulouse - França).
07. Aspectos do Falar Bragantino fixados em "Menina que vem de Itafara", Maria de Lourdes Maués, 1981, UFPa (PUC-RS).

38. A Concordância nominal e verbal no Analfabeto da Zona Bragantina, Terezinha de Jesus Carvalho Nina, 1981, UFPa (PUC-RS).
39. "O Africanismo em Bruno de Menezes", Elanir Pessoa Gomes da Silva, 1981, UFPa (PUC-RS).
40. Estudos Sociolinguísticos: Medicina Caseira Paraense, Maria de Nazaré da Cruz Vieira e José Melo Viana Neto (Colaborador), 1982, UFPa.

Também, dois projetos de pesquisa se desenvolvem na UFPa na área da Linguística - o Projeto que estuda os Falares ou Dialeto Paraenses, e o projeto que estuda os desvios Linguísticos do Português nas Redações dos Vestibulandos da UFPa. UM projeto sobre o Levantamento e Estudos Preliminares das Línguas Indígenas da Amazônia foi elaborado por nós, e encaminhado à FINEP, através da FAPESP, em 1979, não obtendo até hoje nenhuma resposta positiva ou negativa. Talvez o "Know - How" de que falamos anteriormente seja o problema.

Como já dissemos, no início desta exposição, o Parã, como toda a Amazônia é um celeiro de riquezas inexploradas, e, dentre essas, a linguagem de seu povo, de seus habitantes. Em seu território existem grupos indígenas ainda não estudados. A língua popular, a língua cabocla apresenta a diversidade na unidade de que fala S. S. Neto (1960), sem comprometer a unidade com traços dialetais característicos face às demais regiões brasileiras, sobretudo, no nível léxico-semântico onde se não domina, mas equilibra-se em 40% a 50% com um vocabulário de características tipicamente indígenas na sua forma e conteúdo, 20% com um vocabulário, predominante, refletindo a língua gem quinzentista. Ainda nos falares populares, no nível fonético-fonológico, traços dialetais portugueses são marcantes, como por exemplo o fonema /o/ se realizar foneticamente como (u) em todas as posições dentro do vocabulário o caso da não realização do /r/ final; a realização do /r/ duplo não velar, mas alveolar-palatal; a realização do /r/ inicial fricativo, etc. O falar paraense apresenta sub-falares de acordo com as influências étnicas de cada uma das 15 micro-regiões em que está estatisticamente dividido o Estado. E até o aparecimento dos trabalhos acima mencionados, o que se faz no Parã limitou-se a trabalhos teóricos sobre aspectos gerais, como organização de glossários, assuntos gramaticais, enfim, estudos que não chegaram, no dizer de Silvio Elia, a eliminar a "lamentável lacuna" existente na grande área Amazônica, coisas que permitem ajudar uma tomada de posi-

ção sobre a unidade e diversidade fonológica do português em todas as áreas brasileiras.

3. A Formação de pesquisadores na Amazônia

"A formação de nossos pesquisadores requer ambiente, que só pode ser encontrado numa comunidade científica. Por outro lado, a fim de assegurar sua própria sobrevivência, é dever da comunidade produzir sempre novos pesquisadores. A escolha e a iniciação dos novos trabalhadores para a ciência é uma tarefa difícil, tornada ainda mais difícil nas condições atuais de nossas Universidades". São vários os fatores que dificultam a formação de novos pesquisadores: a) reconhecer hoje os bons estudantes, para efeito de seleção; é difícil, uma vez que os professores com encargos de pesquisa, em geral, são os docentes que se encarregam de aulas de maior porte, atendendo a um número excessivo de alunos, que não lhes dá condições nem de conhecer seus próprios alunos. b) é escasso o tempo dedicado para a pesquisa: 50% para aulas e 50% para pesquisa, quando isso acontece, pois o docente além dos cursos de graduação, tem os cursos de Pós-Graduação, que deles exige tempo maior para preparar as aulas: enfim, há realmente falta de incentivo e estímulo ao pesquisador, que encontra todos esses grandes problemas para a sua formação.

4. Engajamento do pesquisador na realidade Amazônica

A importância da pesquisa científica em todos os ramos de conhecimentos é hoje reconhecida no progresso econômico e na transformação das sociedades.

O conhecimento científico tem efeito cumulativo. Ele tem de ser aplicado na geração de novas técnicas e de novos conhecimentos, os quais vão aumentar o avanço das sociedades evoluídas e alargam cada vez mais a distância que as separa daquelas em estados mais inferiores. Fato que não ocorre entre nós, tornando-nos sempre dependentes. Fala-se de uma realidade amazônica, mas muito falta para a compreensão dessa realidade. O que se conhece da cultura, da linguagem de seus habitantes? Sistemáticamente, pouco ou quase nada. Precisamos, portanto, que nos seja dada maior atenção, maior colaboração, dos de dentro e de fora da região, assim como, precisamos da união dos pesquisadores da região para que uma política, dentro de uma linha filosófica, seja adotada pelas Instituições Públicas regionais, especialmente pelas Universidades. Precisamos do apoio dos pesquisadores experientes para a preparação de nós, pesquisadores menos exper-

rientes e preparação de novos pesquisadores. Precisamos de novos conhecimentos teóricos, metodológicos, práticos, enfim, precisamos aprender conhecimentos científicos especializados, sua aplicação e importância em benefício da sociedade e do País.

Somente através dos resultados da aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos na solução dos problemas da sociedade, a região amazônica tornar-se-á a região nação do futuro, de um país rico, mas com tanta miséria e empobrecê-lo, no presente.

5. Sugestão para a Pesquisa Lingüística na Amazônia

1. Traçar uma política de pesquisa na área da Lingüística, direcionada ao estado do Português e das Línguas Indígenas.
2. Integração dos órgãos de Pesquisa locais e regionais.
3. Apoio e incentivo, através de trocas de experiências, dos pesquisadores de fora da região.
4. Apoio das Instituições Nacionais de pesquisa aos grupos emergentes da região.

Mesa-Redonda 2: Variedades do Português do Brasil

Presidente: Luiz Antonio Marcuschi

Expositores: Miriam Lemle (UFRJ)

Dino Preti (USP)

Ataliba T. de Castilho (UNICAMP)

Dia 11 de julho de 1983, das 15 às 18 horas

A VARIAÇÃO NA FORMA FONOLÓGICA

Relevância na alfabetização

Miriam Lemle

(UFRJ)

Quem pára para contemplar as estatísticas da educação no Brasil não pode deixar de ficar estarecido e intrigado com uma característica comum aos gráficos de todas as regiões, de norte a sul do país. Para todas as regiões, as figuras das pirâmides que representam as sucessivas reduções numéricas da clientela do sistema escolar têm o estreitamento maior no mesmo ponto.

A maior de todas as quedas numéricas se dá na passagem da primeira para a segunda série do primeiro grau. É ali que rolam cabeças nas porcentagens mais estarecedoras. O percentual de perda da clientela escolar varia, da primeira para a segunda série, de 60% a 30%. As taxas são um pouco mais elevadas ao norte do que ao sul, sendo a média nacional de 55% de perda só nessa transição. Depois desse estreitamento maior, continua a pirâmide a estreitar-se gradativamente, até virar a diminuta pontinha dos que chegam ao fim de um curso universitário.

Cabe-nos perguntar: por que a perda maior se dá ali, na primeira série? O que há de especial nesse momento? A fome apertada mais os estômagos dos da primeira do que os da segunda série? A necessidade de trabalhar na roça detém mais os da primeira que os da segunda série? Por que aquela transição é tão mais dramática que todas as outras?

Chamou-me a atenção, recentemente, uma pesquisa de Zaia Brandão, Any Dutra Coelho da Rocha e Ana Maria Baeta intitulada "O estado da pesquisa sobre evasão e repetência escolar no Brasil". É uma gigantesca obra de coleta, recensão e avaliação de estudos realizados sobre esse tema em todo o país. Relatório entregue ao INEP/MEC, 1981.

Num sumário mais do que super-resumido desse levantamento, as pesquisadoras descobriram que as pesquisas da área de educação sobre o tema "evasão e repetência" podem ser classificadas em termos de três hipóteses pelas quais se tentaria explicar a grande perda:

1ª hipótese - a hipótese biológica. A subnutrição, as doenças endêmicas, a precariedade das condições físicas do aluno seria o grande obstáculo ao rendimento escolar.

2ª hipótese - a hipótese sociológica. A pobreza das comunidades, a necessidade da contribuição das crianças no trabalho da roça ou outras tarefas, problemas de acesso, transporte, etc., seriam os fatores primordialmente responsáveis pela grande perda da clientela escolar.

As autoras da pesquisa mencionada classificam essas duas hipóteses como "culpabilização da vítima".

3ª hipótese - a hipótese da responsabilidade escolar. A terceira hipótese, que foi encontrada engatinhando num pequeno número de estudos mais recentes, é a de que a falha está dentro do próprio sistema escolar, e desemboca na busca das responsabilidades dentro dele mesmo. As pesquisas que se alinham dentro desta terceira hipótese contestam a primazia do fator fome, considerando que a subnutrição crônica prejudica, sim, a aprendizagem, baixando os níveis de atenção, concentração e motivação, porém, afirmam, a subnutrição não impede a aprendizagem. Prejudica, mas não impede.

Vamos colocar isso de maneira bem nua e crua, meio cínica até: com fome crônica também se pode aprender a ler e escrever. Subnutrição não serve como desculpa para o analfabetismo em massa.

Vejam bem: com isso não se quer minimizar o drama da pobreza nem moderar os discursos da revolta contra a injustiça social. Ainda que continuando esta a merecer a mesma preocupação e luta que antes, o fracasso da escola passa a ser visto como uma resultante de várias carências, não só a alimentar. O mau ensino passa a ter que ser olhado como mais um dos fatores responsáveis pelo fracasso do ensino.

Assumindo esta terceira hipótese para uma tentativa de explicação do fracasso estrondoso das escolas de todo o Brasil na série escolar em que se dá a alfabetização, arrisco uma asseveração: o fracasso tem a ver com o despreparo com que o trabalho da alfabetização é feito.

Finalmente, cheguei ao tema da nossa mesa-redonda. O despreparo com que é feito o trabalho da alfabetização em todo este país resulta nos números vergonhosos das nossas estatísticas.

Ingrediente fundamental da incompetência com que a tarefa da alfabetização é enfrentada é a ignorância generalizada sobre o fenômeno da variação na língua.

Recentemente participei de uma banca de exame de uma dissertação de Mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nessa dissertação, a autora, F. M. Freire, levanta vários fatos que deixam ver a falta de rumo com que os professores enfrentam as classes de alfabetização.

Vou citar só uma de suas patéticas constatações: pronúncias como frô, mulê, cumeno ou minino são, para as professoras entrevistadas na amostra desse estudo, "probleminhas de fala" dos alunos, devidos aos "maus hábitos de linguagem" que recebem como exemplo em suas casas. Vamos por um momento fazer um exercício de empatia com os alunos. Ponha-se na pele de um desses alunos. Junto com a sua linguagem, você todo está sendo desvalorizado, não é mesmo? Qual a reação mais saudável ao menosprezo? Evitar a situação ofensiva. Ou seja, não pisar mais na escola. Ofereço aos psicólogos esta hipótese de trabalho: os alunos que se evadem da escola são os de ego mais forte.

Um outro estudo recém-terminado sobre alfabetização, de Maria da Conceição Paiva, mestranda em Linguística da UFRJ, levantou evidências de que a modalidade de língua falada por alunos de escola primária afeta de maneira regular e previsível os erros de escrita que eles cometem. Conceição comparou primeiro as falas de alunos de duas escolas que atendem clientela distinta socialmente, uma escola municipal da zona Norte e uma escola particular da zona Sul do Rio de Janeiro. Listou as divergências regulares entre a fala de uns e outros. Assim: uns falam /framengo/, outros /flamengo/; uns /pulisa/, outros /pulisia/; uns /falano/, outros /falando/, e assim por diante.

Como não podia deixar de acontecer, nos ditados que Conceição aplicou aos dois grupos de alunos, as grafias das palavras refletiram as formas fonológicas das palavras. Na escrita de uns havia percentuais altos de determinados erros de ortografia que inexistiam na

escrita de outros. É óbvio: só vai escrever Framengo quem fala /fra-
mengo/.

Achado importante da Conceição: onde a convenção ortográfica é infiel à fonologia da língua igualmente para todos os falantes (i.e. nas opções do tipo -ç- ou -ss-?; -z- ou -s-?; com h- ou sem h-?), nesses casos em que a arbitrariedade da relação entre unidades de som da fala e unidades gráficas é igual para os dois grupos de falantes, as taxas de erros ortográficos dos dois grupos de alunos não diferiram, nas terceiras séries examinadas, de maneira significativa estatisticamente.

Agora quero convidá-los para uma pequena viagem lingüística. Vamos dar um pulinho a Roma. Vou ler para vocês um poema escrito na variedade de italiano que se fala nas ruas de Roma, e que se chama dialeto Romanesco. O poema tem o título "Er porco e er somaro", "O porco e o burro". Seu autor é um poeta que escreveu sob o pseudônimo de Trilussa, nascido nos fins do século passado, 1871, e falecido em 1950. O interessante desse poeta é que escreveu uma vasta obra poética em Romanesco. Vou ler primeiro a tradução do poema feita por Paulo Duarte, jornalista de S. Paulo que foi acometido de uma louca paixão pela poesia de Trilussa e lhe traduziu os poemas para o português com talento comparável ao do poeta. Depois da tradução, leio o poema.

O Porco e o Burro

Um dia, o Burro, vendo que o açougueiro
levava pra matança um Porco amigo,
gemeu, em pranto: -Adeus, ô companheiro!
tua lembrança ficarã comigo!

Qual! diz o Porco, a morte é uma alforria,
portanto, amigo, nada de tristeza,
atê podemos nos rever, um dia,
em qualquer mortadela bolonhesa...

Er Porco e er Somaro

Una matina un povero Somaro
ner vede un Porco amico annã ar macello,
sbottò in un pianto e disse: -Addio, fratello:
nun se vedremo più, nun c'è riparo!

Bisogna esse filosofo, bisogna,
je disse er porco, via, nun fã lo scemo,

a música romântica italiana, todas aquelas canções de sucesso internacional, é quase toda cantada em dialeto, ou napolitano ou romanesco.

As três lições que nos vieram a partir de Trilussa, oponhamos três deslições nossas:

1ª) Existem poucos estudos sistemáticos de variedades locais do português. Os poucos que existem são atomísticos, quer se trate dos mais antigos, como Amadeu Amaral, Mario Marroquim ou Antenor Nascentes, quer se trate dos mais recentes, como os vários atlas dialetais que vão espoucando por aí, e até mesmo a nova mania brasileira da sociolinguística laboviana.

A idéia da sistematicidade das divergências entre os falares populares e a língua escrita não chega a coar da estratosfera universitária para a arena das salas de aula. Em consequência, os alfabetizadores fazem o seu trabalho entregues à convicção subvertida de que a língua escrita é a norma da língua falada. Se a língua falada do aluno não soletra, letra por letra, a forma da língua escrita, é "probleminha" dele.

2ª) As modalidades locais de fala não adquiriram aqui o reconhecimento público da sua existência. Não são assumidas pelo sistema. Não têm sequer um nome, e os professores as ignoram.

3ª) Não há um reconhecimento e apreço nacional pelo que existe de literatura em dialeto local. O dialeto local, de uma maneira geral, não é assumido nem mesmo por quem o fala. Pelo contrário, ele é vivenciado como algo digno de vergonha.

Conclusão: a tarefa de pesquisa linguística mais urgente e educacionalmente significativa para o Brasil é a de mapear a diversidade linguística, dando primazia ao mapeamento das correspondências fonêmicas regulares entre os falares regionais e o sistema subjacente à língua escrita.

Parece-me que o registro destas correspondências sistemáticas é, em termos de relevância para o ensino escolar da modalidade da língua escrita, mais importante do que o registro de regionalismos lexicais e mesmo de tipicidades sintáticas. Eu diria (infelizmente, por pura intuição) que não são nem as idiosincrasias lexicais, nem as especificidades sintáticas que colocam os maiores obstáculos linguísticos aos principiantes da leitura e da escrita. Novas palavras são fáceis de aprender. O cérebro humano vem fabricado com espaço de memória bastante para incorporar o conhecimento de quantas palavras novas

forem se tornando necessárias. Em sintaxe, a experiência adquirida com a pesquisa "Competências Básicas do Português" levou à conclusão de que a sintaxe não imporá obstáculos alarmantes ao futuro leitor.

Mas se você diz crube e encontra escrito clube, se diz armoço e a forma escrita é almoço, se diz puliça e lê polícia, se diz viage e o escrito é viagem, se diz mermo e o que está escrito é mesmo (e por aí vai, a lista das diferenças regulares é imensa), a estranheza que a língua escrita vai causar é das dimensões da defrontação com uma língua estrangeira.

No Rio de Janeiro, professoras primárias de uma escola municipal num bairro proletário da zona Norte da cidade receberam de algumas crianças o depoimento de que o som [1] em Flamengo é som de fala de pessoas estrangeiras. Trago esse depoimento como reforço da importância que essas diferenças têm.

Creio que é uma dívida que os lingüistas têm com a sociedade nacional a de fazer chegar a observação e avaliação correta de tais fatos lingüísticos ao sistema escolar. É nossa tarefa produzir o conhecimento das correspondências regulares entre as diversas variedades de língua faladas no Brasil e a variedade escrita.

O que estou querendo apontar é que deveríamos nos organizar para fazer um mapa lingüístico do Brasil, mapa cujo interesse central seria a determinação, região por região, comunidade por comunidade, das correspondências regulares entre as variedades orais e a variedade escrita da língua.

Seria este o nosso meio profissional de contribuir para esta tão necessária psicoterapia lingüística nacional: a conversão das posturas quanto aos traços sociais e regionais, da vergonha ao deleite, do aniquilamento ao cultivo.

Democracia é ou não é pluralismo?

Contudo, reconheçamos a aridez do nosso instrumento. As armas do poeta são mais efetivas que as do lingüista.

Haja Trilussas na nossa poesia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Amaral, Amadeu - O dialecto caipira. São Paulo: Casa Editora "O Livro". 1920.
2. Brandão, Zaia, Any Dutra Coelho da Rocha e Ana Maria Baeta - O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino

4. Freire, Francisca Marques - A alfabetização e a escolarização: um processo descontínuo. Dissertação de Mestrado em Educação. UFRG Norte. 1982.
5. Marroquim, Mario - A língua do Nordeste. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1934.
6. Nascentes, Antenor - O linguajar carioca. Rio de Janeiro: Organização Simões. 1953.
7. Paiva, Maria da Conceição - Variação dialetal e aprendizagem da ortografia. Dissertação de Mestrado em Linguística. UFRJ. 1983.

NORMA E VARIEDADES LEXICAIS URBANAS

Dino Preti
(USP)

Este trabalho visa a analisar o problema da norma lexical , principalmente em dois planos: o da lexicalidade e o da aceitabilidade dos vocábulo, relacionando o primeiro com a natural indeterminação do sistema lingüístico e seus reflexos em nível de norma; e o segundo com a mobilidade das classes sociais nas comunidades urbanas.

1. O léxico reflete a condição dinâmica da língua. Na sua contínua renovação para representar a diversidade material e ideológica do mundo, é o léxico, mais do que qualquer outro campo da língua , que exprime melhor a mobilidade das estruturas sociais. Todo o processo de desenvolvimento cultural tem imediata repercussão no aparecimento de novos vocábulo ou na atribuição de novos significados aos já existentes. De fato, toda coisa ou conceito que aparecem devem ser representados na língua, para que tenham existência social e atendam às necessidades imediatas de comunicação.

O léxico constitui elemento primordial da própria sobrevivência de uma comunidade. Hábitos que surgem, desaparecem e ressurgem em diferentes épocas ficam testemunhados nos fenômenos da neologia ou da obsolescência dos vocábulo, nos muitos significados que os dicionários registram. Ele é a expressão mais imediata da própria vida, parte integrante das normas de existência de uma comunidade, sujeitando-se, como elas, às forças da tradição e da renovação, às regras de aceitabilidade ou rejeição social.

Por isso, a análise do léxico torna-se uma tarefa difícil , na medida em que devemos associar sua dinâmica à dinâmica social. Como os próprios costumes, sujeitos a um processo competitivo de forças sociais opostas, em que se alternam e se equilibram leis da continuidade e da renovação, controladas pelo grau de aceitabilidade em diferentes épocas, assim também o estoque lexical sofre a influência das pressões sociais que ora o prendem à tradição de uma hipotética "boa linguagem", ora o libertam para a aceitação de novos vocábulo, novos significados, surgidos da necessidade de expressar idéias e atividades mais recentes, refletindo, assim, a transformação do pensamento de uma sociedade.

Desse caráter móvel é que decorre a grande dificuldade em se chegar a uma norma lexical, tendo em vista também a grande variação dos usuários na comunidade lingüística. A tarefa apresenta-se extremamente complexa, a partir da própria compreensão do que é comunidade lingüística, não só pela diversidade dos falantes, mas também da situação de comunicação em que os atos de fala são observados. Há um verdadeiro emaranhado de fatores que atua sobre os usuários da língua, como sua origem geográfica, sua faixa etária e sexo, o meio sócio-profissional a que pertencem, o grau de cultura e o tipo de escolaridade, o seu contato com outras línguas, a influência familiar e do círculo de amigos mais próximos, etc. Torna-se penoso separar, nesse conjunto de influências, aquelas predominantes que tenham agido mais decisivamente na formação dos hábitos lingüísticos do falante, tendo em vista que as comunidades modernas, sobretudo as urbanas, apresentam notável grau de mobilidade. Além desses fatos que agem na formação dos dialetos sociais, temos as variantes de uso ou níveis de linguagem, determinadas individualmente pelas situações de comunicação.

Então, se é possível chegar a uma relativa homogeneidade do ponto de vista morfo-sintático ou mesmo fonético-fonológico, há uma instabilidade surpreendente quanto ao vocabulário, porque existe também uma grande variação na capacidade de memorização entre os indivíduos do mesmo nível social e tal fato atinge diretamente o conhecimento do léxico.

2. Uma descrição da norma lexical parece exequível, se limitada a um grupo social de falantes, tanto quanto possível homogêneo, podendo-se chegar a um vocabulário de freqüência entre os informantes, como é o caso do vocabulário das pessoas cultas, no Projeto NURC. Uma experiência nesse sentido é a de autoria de Enzo Del Carratore sobre os materiais desse projeto, intitulada "Léxico de freqüência do português contemporâneo falado em São Paulo", realizado com 25 horas de gravação do corpus mínimo e cerca de 250.000 ocorrências lexicais do Projeto NURC (1).

Uma pesquisa exaustiva que objetivasse levantar todos os vocábulos e respectivos empregos, no plano diacrônico e/ou sincrônico, checaria a uma relação extensa, a nível de dicionário (quais os vocábulos da língua da comunidade que podem ser usados), que dificilmente se completaria, porque a contínua criação lexical concorreria com a

pesquisa, como reconhece Hjelmslev: "Uma lista de signos, um dicionário será sempre necessariamente incompleto, porque signos novos nascem enquanto se redige o dicionário e ainda mais enquanto o utilizamos"(2).

O estudo da norma lexical pode ser feito segundo duas perspectivas: a puramente lingüística, em que se leva em conta a lexicalidade dos vocábulo produzidos pelos falantes dentro das regras da sintaxe lexical, isto é, os processos de composição e derivação; e a social em que se observam os graus de aceitabilidade dos vocábulo, considerando-se uma série de fatores de natureza extra-lingüística, diretamente relacionada com o grupo a que pertencem os falantes.

Assim, tomando-se como exemplo a grande ocorrência de aumentativos formados com morfema -ão, na fala urbana de São Paulo, tais como favelão, timão, descontão, pacotão, projetão, Marinção (de Marín, ex-governador de São Paulo), etc. observa-se que tal fato está em perfeita consonância com as regras da sintaxe lexical e, portanto, com o critério de lexicalidade da língua. Do ponto de vista social, o grau de aceitabilidade desses vocábulo está ligado ao registro coloquial como um recurso corrente de natureza afetiva, freqüente na linguagem falada, na escrita dos jornais e na publicidade.

Mas os problemas de lexicalidade são, muitas vezes complexos, tendo em conta o caráter de natural indeterminação do sistema lingüístico, que libera a escolha do falante para formações vocabulares fora dos limites de uma norma padrão. E essa indecisão do sistema não raro se transfere para as variantes de norma, com reflexos no critério de aceitabilidade dos vocábulo. Suponhamos o processo de derivação dos nomes abstratos que indicam estado ou qualidade. Eles podem ser formados, em nível de sistema, associando-se a um radical de adjetivo os morfemas -ez, -eza, -dão, -dade, -idade, -ice, -ismo, -ura, -itude, etc.(3). Do ponto de vista do sistema, portanto, torna-se indiferente que a um radical como pobr- se acrescente qualquer um dos morfemas referidos, produzindo-se formas reais ou hipotéticas (mas não propriamente "erradas") como pobreza, pobridão*, pobrice*, etc. Em nível de norma padrão, determina-se que aos radicais como pobr-, avar-, etc. se junte o morfema -eza, formando pobreza, avarezza, etc.; que a mulat-, etc. se acrescente -ismo, de onde resulta mulatismo, etc.; que a tol-, velh-, etc. se junte -ice, chegando-se a tollice, velhice, etc.; que a cruel-, dign-, etc. se acrescente -dade, -idade, resultando crueldade, dignidade, etc.; que a honrad-, estupid-, etc. se agregue -ez, daí honradez, estupidez, etc.; que a doç-, branc-, etc. se junte -ura, formando doçura, brancura, etc. ;

que a negr-, solicit-, etc. se agregue -itude, daí negritude, solicit-
tude, etc.

O caráter indeterminado do sistema se projeta em níveis de norma, sendo responsável, por exemplo, pelo aparecimento de variações como mulateza, mulatice, ao lado da forma mulatismo(4).

Da mesma maneira, na formação de nomes que indicam profissão ou agente, em nível de sistema, o léxico apresenta os morfemas -eiro, -ista, -or (-dor, -tor, -sor), -ário, -nte, etc. Em nível de norma padrão, destina-se para os radicais como pedr-, barb-, etc. o morfema -eiro, do que resulta pedreiro, barbeiro, etc.; para os radicais como dent-, grev-, etc. o morfema -ista, de onde dentista, grevista, etc.; para estud-, ouv-, etc. o morfema -nte, do que resulta estudante, ouvinte, etc.; para os radicais como cant-, narr-, jog-, agre-, o morfema -or e suas variantes -dor, -sor, etc., daí cantor, narrador, jogador, agressor, etc.

São as variantes de norma lexical que explicam formas como greveiro ao lado de grevista; estupidez, concorrendo com estupidez(5).

O aparecimento de variantes próprias da norma sub-padrão, como mulateza, grveiro, estupidez e outras podem ser justificadas pelo caráter social da norma, levando-se em conta os dialetos sociais e os registros. Esse fenômeno não deixa também de refletir-se a nível semântico, onde vocábulos populares como mulatice, negrice, etc. possuem semas de julgamento ofensivo.

A possibilidade de construir o vocábulo nas várias maneiras oferecidas pelo sistema não impede o ouvinte de julgar se ele se formou dentro de um conjunto de regras que possuem a mesma produtividade recursiva das regras gramaticais, ou seja, as regras da sintaxe lexical. Portanto, não se trata de discutir a lexicalidade (cujo critério é de ordem puramente lingüística) de formas como grevista/greveiro, negritude/negrice, mulatismo/mulateza, estupidez/estupidez, que estão de acordo com a gramática lexical, mas de saber o grau de aceitabilidade que possuem nas várias situações em que são produzidos. E, nesse aspecto, como o estoque lexical é muito variado nos falantes de uma mesma comunidade (ao contrário da competência gramatical) é muito difícil a um ouvinte julgar inaceitável um vocábulo, apenas pelo fato de não conhecê-lo(6). Quer dizer, é mais fácil ao interlocutor decidir da lexicalidade de um vocábulo do que de sua aceitabilidade, no caso de nunca tê-lo ouvido antes, fato que não impede que ele esteja dentro da norma lexical da comunidade. É esse sentimento de

uma deficiência em nível puramente individual que impede frequentemente o ouvinte de condenar um vocábulo como fora da norma lexical. Mesmo porque, pode-se tratar de um neologismo necessário ou de uma criação estilística, como ocorre na literatura(7).

Em face das variantes lexicais, a tendência normativa se impõe no sentido de regulamentar o uso de um ou mais vocábulos, sinônimos na aparência, diversificando-os semanticamente ou em função do registro em que podem ocorrer (salvação ou salvamento? bancário ou banqueiro? ligamento ou ligação? coroação ou coroamento? motorneiro ou motorista? etc.). Essa diversificação pode originar-se de problemas etimológicos, como em televisar ou televisionar, ambos dicionarizados. E, quando sabemos que uma forma está registrada pelo dicionário da língua, podemos afirmar que se trata de uma forma lexical "aceita", embora nem sempre em nível de uso. Como afirma Louis Guilbert, se a presença de um vocábulo no dicionário não lhe garante sua sobrevivência, pelo menos lhe assegura um certo status no léxico de uma língua(8). Nesse sentido, como a gramática normativa "decide" as questões lingüísticas para o usuário comum, também o dicionário possui esse caráter normativo de indicar ao falante ou a quem escreve se um vocábulo existe, se pode ou não ser empregado em determinado sentido, se é atual e até sua transcrição gráfica. O que equivale dizer que, "lato sensu", o dicionário representa a própria norma lexical. E essa sua marca normativa transparece na orientação sobre a conveniência do uso do vocábulo em determinados contextos, no seu relacionamento com dialetos ou registros, na indicação dos vários significados que pode adquirir.

As classificações que comumente vemos atribuídas aos vocábulos (popular, familiar, técnico, regional, gírio, chulo, etc.) são marcas sociais do léxico, embora sem rigor absoluto, porquanto, à medida que ocorre a transformação dos costumes, essas etiquetas perdem ou mudam o seu valor. O fenômeno é bem expressivo a nível de gíria, de vocabulário obscuro e de linguagem técnica, mormente no contexto urbano, em que a mobilidade natural das classes sociais é maior, as diferenças sócio-profissionais se diluem na multiplicidade de contatos que os falantes mantêm na vida da cidade, e a atuação da linguagem dos meios de comunicação de massa é mais decisiva.

3. Nessas condições, o critério de aceitabilidade do léxico é mais difícil de estabelecer-se, porque os limites entre um vocabulário culto e popular podem tornar-se mais instáveis. Assim, o uso cons

tante e crescente da gíria na linguagem urbana nos mostra como esse vocabulário de origem e marca popular transita livremente pelos contextos cultos, sendo bem aceito (e, não raro, até desejável) e contribuindo para essa instabilidade da norma lexical.

De fato, a linguagem gíria, surgida de um grupo restrito, para o qual representa um elemento de identificação e preservação, quando não de sua própria defesa, cumpre um verdadeiro ciclo social urbano, acabando por generalizar-se na linguagem comum. Esse fenômeno de um vocabulário parasita, de limites e usos imprecisos, mas atuante e presente no léxico urbano, poderia ser denominado de gíria comum. A perda da especificidade, porém, não impede que se conserve a marca gíria nesse vocabulário, muito embora diluída e, numa fase final de seu ciclo, difícil de distinguir-se da linguagem popular(9).

A extensão de seu uso, em vários momentos históricos, como, por exemplo, a época contemporânea, no que se refere à linguagem urbana do Brasil, deve-se a vários fatores sócio-culturais, a começar pelas crises político-econômicas que agravam a insatisfação e a agressividade nos centros urbanos. Nesse contexto, a gíria e a linguagem obscena tornam-se a expressão corrente dos conflitos populares, da tensão social e não raro representam o papel de um importante instrumento na luta de classes(10). Nesse sentido, a grande incidência da gíria marginal na linguagem falada e escrita dos noticiários da imprensa brasileira contemporânea (em particular, no Rio de Janeiro e São Paulo) podem traduzir um índice sociolinguístico expressivo da convivência das classes marginais com a população urbana e do clima de violência em que vivemos. Da mesma forma, a presença de grande número de vocábulos gírios específicos dos tóxicos, na linguagem urbana e até na propaganda comercial e na música popular, faz pensar na interação social entre certos grupos restritos, aparentemente fechados, e a grande comunidade(11).

Por outro lado, a crescente aceitação dos vocábulos gírios acaba por enfraquecer gradativamente a resistência natural dos falantes cultos em empregá-los em situações mais formais da linguagem falada ou escrita. Sob esse aspecto, as entrevistas do Projeto NURC nos dão uma medida de como a gíria vem penetrando no vocabulário desse tipo de falantes, apesar das limitações impostas pela formalidade do ato de fala gravado(12).

Além desses aspectos, a imprensa vem cada vez mais incorporando o vocabulário gírio à sua linguagem, mesmo em nível de editoriais ou manchetes. Até os jornais de maior tradição no Brasil, como

O Estado de São Paulo, cuja linguagem sempre se mostrou conservadora (com revisão muito cuidadosa, etc.), às vezes, surpreendem seus leitores pela presença inesperada dos vocábulos gírios(13).

E, não só a imprensa, mas a televisão, em particular as novelas e os programas cômicos; o rádio e o vocabulário dos disc - jo - keys e dos locutores esportivos; a propaganda comercial com a exploração hábil do sentido culto e gírio de um mesmo vocábulo(14); a letra das músicas populares; a literatura popular de banca de jornais, etc. vêm mostrando o fenômeno do aumento do uso da gíria e do vocabulário erótico, este último também natural decorrência da crescente libertação dos tabus sexuais na sociedade urbana, daí o enfraquecimento do uso dos eufemismo (e até das reticências, na linguagem escrita, prática corrente, por exemplo, até bem pouco tempo, nas legendas dos filmes traduzidos).

A esse respeito, parece-nos que uma das primeiras manifestações contra o tabu lingüístico na linguagem dos meios de comunicação de massa foi dada pelo cinema, primeiramente a nível de filmes nacionais, com uma liberação praticamente total dos vocábulos obscenos em situações emocionais e, em segundo lugar, na tradução dos diálogos dos filmes estrangeiros. Mas o interesse comercial, cremos, foi o maior responsável pelo rompimento do tabu de uma linguagem obscena escrita, enfraquecendo pelo uso seu significado "proibido", embora sem perder sua marca erótica, fator que atende aos interesses da propaganda(15). O fenômeno, na verdade, reduz-se a uma hábil manipulação de certos vocábulos, contando ainda com os recursos visuais para reforçar seu significado erótico original, em alguns casos já apagado na memória do falante. Sobre este aspecto, também a linguagem de alguns comerciais de TV revela a exploração desses significados(16). O fato é um reflexo da atual realidade falada urbana, em que vemos uma generalização cada vez maior do emprego da gíria e das formas obscenas entre os falantes dos dois sexos, em registro coloquial, o que vem contribuindo para o enfraquecimento do significado marcado desse tipo de linguagem e alterando o critério de aceitabilidade desse vocabulário pelo ouvinte, em relação à linguagem oral e escrita dos meios de comunicação de massa. Essa ocorrência, pois, é mais um índice do caráter instável da norma lexical urbana, não só em relação às classes sociais, mas também quanto ao sexo do falante.

Da mesma forma, a linguagem técnica vem revelando essa instabilidade do léxico urbano, saindo de contextos especializados e misturando-se ao vocabulário popular. Um exemplo bem claro do que afirma

mos seria o vocabulário da economia. Formas e expressões técnicas como subsídio, correção monetária, inflação, expurgo cambial, indexar, de-sindexar, etc. aparecem diariamente nos jornais, não só nas seções especializadas, mas também no noticiário, na crônica, no humorismo, etc. e começam a ser empregadas com frequência nunca observada antes, na linguagem falada(17). De tal maneira que é difícil precisar em que nível de norma elas podem ocorrer, o que constitui um índice expressivo da popularização crescente da tecnologia e da ciência, podendo-se pensar mesmo num processo de banalização lexical do vocabulário técnico, para usar uma expressão de Robert Gallisson(18).

Não há dúvida, então, de que, sob o ponto de vista de uma norma lexical, vista pelo enfoque social, assistimos a uma alteração de prestígio desses três tipos de vocabulário, o gírio, o obsceno e o técnico, com a ampliação considerável do uso dos dois primeiros nas mais diversas situações de comunicação e com os mais variados falantes; e com a maior presença do último no registro coloquial, onde sua presença sempre foi restrita.

Por tudo isso, pode-se concluir que, se é relativamente fácil decidir do critério puramente lingüístico da norma lexical, opinando-se sobre a lexicalidade dos vocábulos, torna-se cada vez mais difícil descrever os limites de uma norma social do léxico, pelo menos no contexto da grande cidade, onde a mobilidade natural dos costumes parece coincidir, cada vez mais, com a mobilidade dos dialetos sociais e com o processo de neologia e obsolescência dos vocábulos em sua rápida evolução e transformação.

NOTAS

1. Cf. Nota prévia ao léxico de frequência do português contemporâneo de São Paulo - Projeto NURC. Marília, Lexicografia, UNESP, Fac. de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação, 1983.
2. Le langage. Paris, Editions de Minuit, p. 67.
3. Cf. Herculano de Carvalho, Teoria da linguagem. Coimbra, Atlântida, 1967, v. I, p. 280.
4. "Mas parece que ela não era mulata... disse Lara, por dizer.
- O quê? Não era mulata? Mulateza chegou ali, parou." (Drígenes Lessa - O feijão e o sonho. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 1949, p. 49.

5. - "Eu chego até a pensã que ele é capaz de furã a greve.
- Tião? Deixa disso... Tião é filho de Otávio, o maior greveiro carloca." (Gianfrancesco Guarnieri. Eles não usam black-tie. São Paulo, Brasiliense, 1966, p. 45.
6. Cf. Louis Guilbert. "Peut-on définir un concept de norme lexicale?". Langue française. Paris, Larousse, 16 (29-48), dec. 1972.
7. Nesse sentido, vale lembrar aqui alguns exemplos de um escritor contemporâneo, José Cândido de Carvalho, cujo estilo se caracteriza pelo humor, não raro conseguido às custas da formação de novos vocábulo, aproveitando as possibilidades do sistema lingüístico. De sua obra Porque Lulu Bergantim não atravessou o Rubicon (3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974):
 - "Uma banana das graúdas para quem apreguar que o Dr. Santos Dumont não inventou a aviação". (p. 112)
 - "Não tenho capacitismo, delegado Zozô". (p. 88)
 - "Depois disso, ainda por faltamento de respeito..." (p.100)
 - "Por sorte ganhei um carnosso assentador de moça." (p. 91)
 - "Major, tem suspetante na praça". (p. 86)
 - "A menina tem meu especial consentido para ficar a gosto on de estabeleceu suas partes mais cativosas." (p. 133)
8. Cf. Louis Guilbert, op. cit.
9. É difícil dizer hoje se certos vocábulo como carona, troço, bacana (gíria de ladrões, originada do lunfardo argentino), pato, pistolão, fiteiro, mancar (gíria marginal), etc. registrados por Antenor Nascentes em A gíria brasileira como gíria conservam sua marca original ou se já se incorporaram ao vocabulário popular.
10. Cf. L'arcot. Pierre Guiraud. 4ª ed. Paris, PUF, 1966.
11. São exemplos curtição (fumar maconha, curtir uma xibaba), baratinado (drogado), enrustir (esconder o tóxico), descolar (comprar a droga), barato (estado de euforia), etc.
12. Num levantamento feito em 10 gravações de vários tipos de formalidade, isto é, DID (diálogo entre informante e documentador), D² (diálogo entre dois informantes), EF (elocução formal) foram encontrados, entre outros, vocábulo e expressões como: mancada, quadrado, bagunça, bagunçado, broto, penetra, chato, pintar, cafonice, fofoca, transar, virar-se, a olho, bacana, mixo, na esporitiva, troço, no papo, cara, mixuruco, chuê, etc. (Cf. inquéritos

NURC nº 1, 2, 32, 153, 187, 234, 235, 324, 333 e 390.

13. Sirva de exemplo o uso do vocábulo bagunça (com morfema -unça de clara origem gíria), hoje gíria comum, mas provavelmente vindo da linguagem marginal. Ele ocorre no desenvolvimento imediato à manchete da 1ª página da edição de 05/04/83 de O Estado de São Paulo, sem grifo ou aspas: "Saque e depredação, a democracia de Montorn" [...] a imensa bagunça levou o comércio a fechar as portas, as escolas não funcionaram".
14. Referimo-nos a propaganda como estas: "A grande sacada", referente ao Caixa Real Automático, texto criado pela Ziegelneyer, Pimentel, em que se utiliza a homonímia do vocábulo sacada ("retirada, ato de fazer um saque em dinheiro", do vocabulário dos bancos e dos negócios) e sacada (gíria, da expressão bem sacada, "bem a propósito"). Ou a um texto como "A Carbonel vai pro vinagre", produzido pela DPZ, em que se emprega a expressão gíria ir pro vinagre ("falir"), no sentido denotativo de dirigir-se para a fabricação do vinagre, o que é uma novidade para o comprador, de vez que se trata de uma empresa especializada na fabricação de azeite.
15. Alguns exemplos do que afirmamos, retirados de jornais, revistas e out-doors de São Paulo e Rio de Janeiro: "Deixe de frescura - Leia Interview"; "Encha o saco no seu vizinho - Supermercado Barateiro"; "As novas máquinas de escrever FACIT vão provocar o maior troca-troca nos escritórios deste país".
16. Exemplo expressivo é o comercial elaborado para o dia dos namorados, em que se jogava habilmente com dois significados do verbo dar. O primeiro empregado com objeto direto apagado (dar um presente) confundia-se com o significado erótico de dar (entregar-se sexualmente), num monólogo em que uma jovem manifestava sua indecisão se deveria dar ou não para o namorado.
17. Na secção humorística da Folha de São Paulo de 03/07/83, p. 65, o cartunista Alcindo representa uma cena doméstica entre marido e mulher em que esta diz: "... e se você cortar os meus subsídios, eu me desindexo de você!"
18. Cf. Recherches de lexicologie descriptive: la banalisation lexicale. Paris, Nathan, 1978.

VARIEDADES CONVERSACIONAIS

Ataliba T. de Castilho

(UNICAMP)

Preliminares

0. A conversação é a atividade lingüística básica do ser humano, por meio da qual o falante A se dirige ao falante B para obter uma informação, dar uma ordem, emitir uma opinião ou compartilhar uma experiência.

0.1. - Diferentes situações levam as pessoas a engajar - se numa conversação: (1) Emissão de conceitos típicos a propósito de nosso conhecimento do mundo: o tempo meteorológico, a vida em casa, algum evento marcante recentemente ocorrido. Esses assuntos constituem a forma habitual de iniciar uma conversação com desconhecidos. (2) Exibição de comportamentos sociais e culturais ditados pelas regras de polidez. (3) Emissão de observações convencionais que se espera sejam feitas em determinadas situações sociais: Beaugrande (1980 : 243).

0.2. - Sendo a conversação a atividade lingüística básica, não admira que seu estudo se venha fazendo a partir de considerações muito variadas. Pelo menos três disciplinas da linguagem têm voltado a atenção para seu estudo: a Etnografia da Fala, a Filosofia da Linguagem e a Lingüística do Texto.

A Etnografia da Fala, representada por autores como Sacks-Schecloff-Jefferson (1974), tem procurado responder a indagações tais como: (1) O que leva as pessoas a conversarem? (2) Quais são as técnicas estabelecidas nas diferentes culturas para a condução de uma conversa? (3) Quais são as rotinas conversacionais, e como elas se alteram de uma região para outra, dentro do mesmo domínio lingüístico?

A Filosofia da Linguagem identificou as funções da linguagem, estudou os atos de fala e os fundamentos lógicos da conversação, terminando por lançar as bases de uma nova preocupação lingüística, a Pragmática: Morris (1938), Austin (1946, 1962), Searle (1969), Grice (1967), Dascal (1982).

A Lingüística do Texto vem procurando criar uma nova concepção de gramática (denominada, por vezes, "gramática funcional"), exa-

minando os dados lingüísticos em conexão com as características da enunciação. Além de considerar as conseqüências teóricas acarretadas pela descrição da língua oral, essa nova disciplina procura responder a questões do tipo: quais são as unidades da conversação? que efeitos a progressão temática provoca na seleção dos materiais lingüísticos? quais são as marcas formais da linguagem oral, por contraste com a linguagem escrita? Esses e outros campos de investigação têm sido atacados por autores como Givón (1979), Beaugrande e Dressler (1981), Beaugrande (1980), Marcuschi (1983) e outros.

0.3. - Depois deste "nariz de cera bibliográfico", eu deveria indicar agora como vou me mexer dentro do tema que me foi proposto, a saber, as "variedades conversacionais". Para aquelas pessoas acostumadas a encontros científicos como este, a menção ao tratamento do tema é o primeiro sinal de como o autor do texto vai se justificar para dizer que não tratou exatamente do que lhe fora proposto. Lastimar que o encargo sobreveio tardiamente não funciona, pois o Prof. Marcuschi, Secretário da ABRALIN, é de uma eficiência terrível, e já em maio ele tinha organizado todos os grupos encarregados das mesas-redondas! Assim, só me restam as dificuldades e os espinhos de uma argumentação propriamente científica para justificar o que, afinal, acabei escrevendo debaixo da designação "variedades conversacionais".

Começar por um "distinguo" talvez ajude a me livrar deste apuro. Vamos então dizer que a conversação tem uma face contextual, e uma face cotextual.

A face contextual é a própria situação em que se encontram os participantes da conversação: sua origem social, geográfica e histórica e o tipo particular de intercâmbio em que se envolveram, obviamente assinalado por suas "marcas de origem". O estudo dessa face poderia esclarecer-nos, por exemplo, a respeito das rotinas conversacionais. Florian Coulmas editou há pouco tempo uma série de estudos sobre as situações padrão de comunicação e as formas lingüísticas "pré-fabricadas". O respectivo volume traz artigos sobre as fórmulas de polidez, os estereótipos, as fórmulas de agradecimento e de pedidos de desculpas, o discurso pedagógico oral, etc.: Coulmas (1981). O exame da face contextual nos levaria a uma modalidade de variedade conversacional.

A face cotextual consiste nas estruturas gramaticais da conversação, ou melhor, nas marcas formais deixadas pela especificidade do discurso oral. O exame das propriedades internas da conversação tem revelado alguns fenômenos interessantes, como as regras da deter-

minação do sintagma nominal tais como são traçadas pela progressão temática (Bentivoglio 1981), a topicalização do sintagma nominal (Pontes 1981), a função textual dos tempos verbais (Castilho 1978) e de alguns padrões oracionais (Lavandera 1983), etc. O estudo das estruturas conversacionais nos levará às suas variedades cotextuais.

Neste trabalho de exploração preliminar, vou referir-me sumariamente a essas duas variedades, seguindo algumas sugestões colhidas em Ochs (1979) e Tannen (1982) e baseando-me em alguns materiais do Projeto da Norma Urbana Culta de São Paulo. Secundariamente, estou interessado na possível sobrevivência de propriedades gramaticais da conversação nos textos escritos por escolares. Parece correto supor que, sendo a conversação a primeira experiência lingüística do ser humano, haverá transposições de toda ordem para o código escrito, no momento em que a escola tenta passar ao aluno esse "outro tipo de linguagem". Por isso mesmo, o estudo cuidadoso da conversação pode constituir-se num excelente meio auxiliar para o ensino da redação, dados os contrastes que podem ser estabelecidos entre um canal lingüístico e o outro.

Variedades Contextuais da Conversação: o grau de envolvimento entre os interlocutores

1. Como ficou dito atrás, o essencial numa conversação é o desejo de entrar em contacto, e não propriamente a transmissão de um conteúdo. A conversação fica, assim, sujeita ao princípio geral da cooperação, e "cada participante reconhece (...) um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita" (Grice 1967:86).

Denomina-se turno cada intervenção dos falantes envolvidos numa conversação. O turno é essencialmente uma prática social, e pode ocorrer em situações não lingüísticas, tais como a passagem de duas ou mais pessoas por um corredor ou porta, o cruzamento de veículos no tráfego, a participação nos jogos e nos debates, enfim em todas as circunstâncias em que estejam envolvidos dois ou mais parceiros. A extensão dos turnos, a ordem de entrada dos participantes, o assunto, a ocorrência de silêncios ou de sobreposição de vozes, tudo depende dos diferentes padrões sociais e do grau de formalidade que envolvem os parceiros.

Para que haja uma conversação precisamos de pelo menos dois turnos, e esta seria então a dimensão mínima de uma conversação, como

já afirmou Sacks (1967). Habitualmente, esses dois turnos correspondem ao primeiro par conversacional, do tipo "saudação/saudação", "pergunta/resposta", "reclamação/pedido de desculpas", "advertência/aceitação ou recusa da advertência", "convite/agradecimento", etc. Chamarei seqüência a cada par de turnos. A seqüência seria a unidade discursiva mínima na conversação. Sempre que o assunto ganha importância, e um dos interlocutores passa a dominar a informação, deixa-se de lado a estrutura dialógica, principiando um turno mais extenso, que assume então a forma de uma descrição, narração ou dissertação. Nestas formas conversacionais a seqüência passa a ser definida pela compatibilidade dos tempos verbais, porém neste texto não entrarei nesse tipo de considerações.

Para sustentar a conversação, os interlocutores se envolvem em pelo menos três estratégias: a manutenção do turno, o "assalto" ao turno e a passagem consentida do turno.

Não será possível examinar aqui cada uma dessas estratégias, pois para isso precisaríamos ouvir uma gravação e procedermos à sua análise. Atividade semelhante foi realizada no XXV Seminário do "Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo" (Campinas, 1982), ocasião em que foram apuradas as seguintes estratégias: (1) Para manter o turno: alongamento das vogais finais das palavras, preenchimento dos silêncios com expressões do tipo hmm, hã, autocorreção (para impedir a correção por parte do interlocutor), repulsa da correção do interlocutor, incorporação da correção (uma estratégia arriscada, pois pode implicar na perda do turno), omissão dos argumentos considerados óbvios, etc. (2) Para tomar o turno: complemento da fala do parceiro (mediante o acréscimo de detalhes), indagações para introduzir um tópico novo, do qual o falante tenha um conhecimento maior, etc. (3) Para passar o turno: interrogação direta ao interlocutor, menção a detalhes que se supõe sejam do conhecimento do interlocutor mediante expressões do tipo "agora, você, sabe outras coisas sobre isto, não é?", etc.

Naturalmente, por trás dessas estratégias há uma avaliação contínua das reações fisionômicas e gestuais do interlocutor, por meio da qual se constrói o "jogo de imagens" a que aludem Pêcheux e, entre nós, Osakabe (1979). Em suma, o essencial na conversação é a intersubjetividade, a qual acarreta um alto grau de envolvimento dos parceiros, sem cuja participação ativa a estrutura dialógica da conversação se altera para a já mencionada estrutura monológica de caráter descritivo, dissertativo ou narrativo.

Já a língua escrita, por outro lado, impõe um afastamento entre o falante e o ouvinte, e assim "a primeira pessoa é obrigada a desdobrar-se na segunda" (Pécora: 1980, 80). Quebrada a intersubjetividade, procede-se na prática das redações escolares à constituição de uma imagem estereotipada do professor-leitor por parte do aluno-redator, imagem essa responsável pela chamada "estratégia de preenchimento" (Lenos 1977): a utilização de palavras "de efeito", mesmo que seu conteúdo semântico seja inadequado ao texto, a assunção de uma posição generalizadora, descomprometida, em face do tema proposto. Sem dúvida, essas atitudes redatoriais dão margem a interpretações sobre o ambiente social, político e intelectual em que estão inseridos professores e alunos neste país, e suas reações a esse ambiente.

Verei agora algumas propriedades gramaticais da conversação, e a forma segundo a qual elas afloram nos textos escolares. Antes disso, porém, não será demais acentuar que tomo aqui expressões como "gramática do texto" e "estruturas gramaticais do texto" num sentido amplo. Quero referir-me não às entidades virtuais das gramáticas oracionais, e sim às entidades discursivas do texto que é, como se sabe, um ato de fala, e não um ato de língua, no sentido saussureano.

Variedades cotextuais da conversação: algumas propriedades gramaticais

2. As seqüências conversacionais podem evidenciar uma estrutura "integral", compatível com o modelo oracional da linguagem escrita, a que comparecem todos os constituintes da oração, ou estruturas elípticas, quebradas ou encaixadas, que representam mais de perto a natureza da linguagem oral. Os mesmos fenômenos podem ocorrer no interior dos turnos.

Nos materiais do Projeto MURC o primeiro tipo de estrutura ocorre basicamente nas enunciações formais e nos diálogos entre um informante e o documentador. As estruturas do segundo tipo ocorrem nos diálogos entre dois informantes. Obviamente estas afirmações não têm um caráter absoluto, pois ficou patente em análises anteriores que os informantes da terceira faixa oferecem uma execução lingüística mais integral, enquanto que os mais jovens refletem mais fidedignamente em suas entrevistas a natureza oral da linguagem. Outra variável é a ascendência do informante, matéria de que tratei sumariamente num texto lido na 34^a Reunião Anual da SBPC: Castilho (1982). Não se pode dizer, em suma, que a estrutura integral da oração seja uma propriedade espe-

cífica da linguagem escrita.

As estruturas da linguagem oral são habitualmente descritas como "incompletas", "danificadas" e outros adjetivos como esses, que evidentemente refletem a observação da oralidade através da ótica própria à linguagem escrita. Ora, se estudarmos o texto conversacional não como a execução de um sistema virtual, e sim como um processo real - isto é, se partirmos da consideração dos propósitos específicos que levaram à sua constituição - provavelmente poderemos atingir um nível de objetividade e de adequação maior ao nosso objeto.

É sem dúvida difícil sistematizar esta matéria. Falando de um modo geral, pode-se concluir que o envolvimento dos interlocutores provoca fenômenos próprios tais como a ocorrência significativa de ritmos entoacionais, pausas, o uso extensivo dos pronomes de primeira pessoa, dados os freqüentes relatos dos processos mentais dos falantes ("eu acho que", "eu penso que"), a ênfase em ações e em agentes mais do que em estados, a citação direta, a alta freqüência de expressões enfáticas ("realmente", "é isso mesmo", "é verdade") e dos relativizadores das afirmações - elas também um tipo de "estratégia de preenchimento" muito freqüente no discurso pedagógico - ("altamente", "fundamentalmente", "basicamente", "num certo sentido", "em grande medida", "de certa forma", "quase como", "quase que", etc.).

Falando de modo mais específico, proporei a existência de três estruturas seqüenciais que tipificam a linguagem oral: estruturas com elementos elípticos, estruturas quebradas e estruturas encaixadas.

2.1. - Estruturas com elementos elípticos: ocorrem por força da rapidez da linguagem oral, e ainda toda vez que o falante se dá conta da desnecessidade de se referir a algum tópico bastante claro e presente à conversação. As elipses vão desde a simples omissão de nexos gramaticais, como as preposições, até à omissão de todo um SV, surgindo orações nominais. Alguns exemplos:

(1) "Bom, a cozinha também [em] estilo moderno"
(DID 5: 97).

(2) "Nesses dias, a não ser [para] ir a Maquinê, realmente eu saía do hotel para o congresso"
(DID 11: 100).

(3) "Partindo do princípio (digamos)

que tanto eu — temos curso superior
como minha esposa

Somos, obrigados (digamos)
 ↳ a enfrentar os problemas
 ↳ para solucionar os problemas profissionais

Temos
 ↳ que atualizar (digamos)
 ↳ [tenos que ter] livros
 então eu iria procurar comprar uma biblioteca*
 (DID 5: 111-115).

- (4) "É [exato]
 mas tem uma cidade no Brasil
 ↳ que suplanta a nossa ↳ [em] imóveis ↳
 ↳ [essa cidade é] Maceió" ↳ [no] problema da moradia
 (D2 REC 61).

É sem dúvida freqüente a transposição desse procedimento nas redações escolares, sobretudo nas provas, quando os alunos omitem segmentos indispensáveis à argumentação. Uma vez "cobrados", reagem com evidente sinceridade, argüindo de desnecessário o completamento do texto, por considerarem que a matéria fica clara a partir do "contexto". Só que este não é um contexto de linguagem escrita, e sim de linguagem falada. É o caso, por exemplo, deste período recolhido por Pêcora (1980: 59), em que o primeiro SN ficou solto:

- (5) "O fato do cientista, este homem especializado que vive em laboratórios escuros longe da família e dos amigos, cercado de insetos e tubos de ensaio que nem sabemos para que servem".

2.2. - Estruturas quebradas: a ênfase conferida a determinados segmentos da conversação e a tentativa de abreviar sua extensão levam freqüentemente à deslocação do SN para a esquerda, à confluência dos nexos oracionais e à constituição de orações multilineares.

Alguns exemplos de topicalização do SN:

- (6) "O Banco do Comércio e Indústria, eu já era cliente desde que (...) tive dinheiro para colocar em banco"
 (DID 69).

- (7) "Inclusive o café seco, torna-se mais fácil a sua indus-

trialisção"

(D2 15).

O SN pode ser retomado por um pronome anaforico, como em:

(8) "A casa da fazenda ela era uma casa antiga"

(DID 18: 6).

Trata-se de construção bastante freqüente em nossas redações. Pontes (1981) argumenta que essa construção pertence igualmente à linguagem escrita, e que apenas por uma questão de censura gramatical ela tem sido repelida nesse registro.

A confluência dos nexos explica-se igualmente pelo abandono do esquema sintático que vinha sendo adotado. Exemplos:

(9) "Se a gente ficando aqui cê não faz nada durante o dia inteiro"

(D2 167: 992-993).

(10) "Depende de se você tem família"

(D2 22: 1024).

(11) "(...) então manã fazia tratamento, agulhada e tal, de pois ir na feira com sacola"

(D2 22).

(12) "Ah, eu não cuida [do marido doente]. Tem uns remédios lá, tomar (...) leite, tal"

(ibidem).

Pêcora (1980: 88-89) mostra a ocorrência nas redações de construções semelhantes:

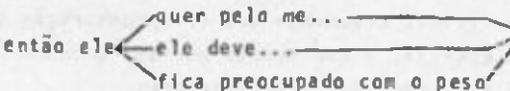
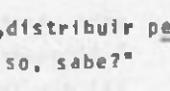
(13) "A sociedade é uma estrutura onde se uma peça não funciona para o todo, as outras também têm de parar".

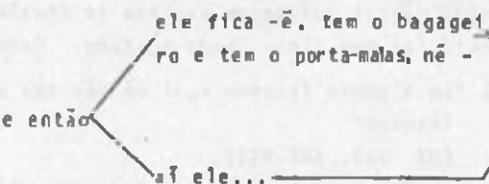
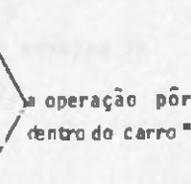
(14) "Suas experiências frustradas fazem com que busque a auto-suficiência e a fuga, coisas que porém não conseguem suprir a sua carência".

Outra estrutura quebrada é exemplificada pelo que estou denominando "orações multilíneas". Neste tipo oracional o falante experimenta diversas estratégias e freqüentemente retorna ao ponto inicial, exatamente onde o havia interrompido, reforçando a idéia de que os padrões oracionais se constituem em esquemas prontos, passíveis de interrupção e de retomada sem maiores problemas. Alguns exemplos:

(15) "Sei que ^{ele...}  o sujeito aparecia lá"
durante vinte anos"
(D2 22: 1211).

(16) "Olha, o preparativo para pôr as coisas dentro do carro - o H. é muito metódico, né - então ele quer distribuir tudo uniformemente, né, no carro,

 então ele  distribuir peso, sabe?"

 e então  a operação pôr dentro do carro"
(D2 167: 794-800).

Lembre-se finalmente o "sintagma janeiro", ou duplamente articulado (Franck 1981), que interrompe a seqüência da oração, ligando-se à oração anterior e à oração seqüente, com funções sintáticas diferentes:

(17) "Eu os ouvi o tempo todo / esses gatos / eles estão brincando".

(18) "Espero que eu possa / dessa vez / nós possamos ver a paisagem".

2.3. - Estruturas encaixadas: decorrem de uma intervenção na progressão temática por parte de um dos interlocutores, que ou tenta tomar a palavra, ou tenta aduzir algum tipo de cooperação. Essa ação caracteriza a conversação como um texto em co-autoria, e implica no surgimento do turno encaixado.

Começarei pela exemplificação do aditamento co-autoral, que não implica propriamente no encaixamento de um turno tematicamente distinto, decorrendo de uma tentativa de "assalto ao turno". Vejam-se os seguintes exemplos:

(19) "--- Por exemplo Campos do Jordão, eu num acampeei no inverno, mas eu acho que lá..."

--- É gostoso...

--- ... no inverno deve ser mais gostoso"

(D2 167: 741-744).

(20)"--- ... mas tava uma louca pra pegar uma estrada, nê.

--- E logo a Dutra.

--- Logo a Butra. Eu tinha pouco tempo de carta, mas..."

(ibidem: 1032-35).

O turno encaixado quebra a seqüência conversacional linear, pois o falante desvia tematicamente a conversa, aparecendo um turno inserido no outro, como neste exemplo, adaptado de Schegloff (1972):

(21)"--- Eu não sei onde fica isso.

--- Bom, é em...

{ Em que bairro você mora? }
{ No Jardim Guanabara. }

--- Bom, não é longe de minha casa".

A oração adjetiva representa uma modalidade de encaixamento sintático que não é privativa da língua falada. Entretanto, nesta modalidade prevalece largamente o pronome que sobre o que preposicionado, o onde e o cujo, estes praticamente desaparecidos da língua falada:

(22)"Meu pai jogava num time chamado Velha Guarda, que jogavam os velhos jogadores, inclusive Zé Fidélis"
(DID 6: 79-81).

(23)"Então este... este engenheiro civil ou nós mesmos podemos contratar o empreiteiro, seria o pedreiro - chefe que entende bem de construção, o que sabe pôr, digamos, na prática a qual que o engenheiro fez na teoria"
(DID 5: 233-237).

(24)"(...) uma varanda na frente, onde que se pudesse armar uma rede"
(ibidem: 418).

Fenômenos semelhantes ocorrem nas redações dos universitários: Pêcora (1980: 40-44).

Alguns procedimentos como a determinação e a pronominalização - melhor observáveis quando ultrapassamos os limites dos turnos e das seqüências - ilustrariam outros tantos mecanismos gramaticais da

conversação, mormente se os estudássemos em sua correlação com o avanço temático. Não cuidarei disso aqui.

Conclusão

A conversação é uma espécie de "texto primordial". E o texto é tanto uma unidade comunicativa como um sistema lingüístico: Marcuschi (1983: 4). É natural, portanto, que o planejamento de seu estudo envolva tanto as condições de sua produção quanto suas propriedades intrínsecas. Neste trabalho, proponho uma "divisão de tarefas" no estudo da conversação, que consiste em entender o texto a partir de sua face dupla de contexto e de cotexto.

Pode-se entender como estudos contextuais da conversação a avaliação das marcas formais deixadas pelos atributos sociolingüísticos dos falantes, pelo tema que eles versaram e pelo canal lingüístico que eles adotaram. A teoria da variação, a semântica argumentativa e os estudos contrastivos dos códigos oral e escrito exemplificam essa modalidade de estudos. Por outro lado, pode-se entender como estudos cotextuais da conversação a consideração das suas unidades, suas propriedades "gramaticais" e sua tipologia.

Refletamos agora sobre as prováveis aplicações pedagógicas deste tipo de pesquisas. Sempre que examino as entrevistas gravadas do Projeto NURC, ou mesmo quaisquer outros espécimes da linguagem oral, pergunto-me se não seria interessante que os professores de português analisassem com seus alunos as manobras sociais que estão por trás do uso lingüístico efetivo. Manobras que são um exercício de poder - ou uma tentativa - e que serviriam aos alunos para uma compreensão mais adequada da linguagem falada. A conscientização dessa especificidade seria útil para a conscientização em torno das diferentes ferramentas próprias à linguagem escrita. Serviria também ao desenvolvimento do espírito crítico, pois se trata de refletir sobre estratégias lingüísticas, facilmente observáveis. Esse tipo de preocupação, ademais, traria para dentro das salas de aula o travo forte da realidade concreta e envolvente, em lugar das abstrações que um ensino excessivamente acadêmico tem cultivado em nossas escolas. O material para essa atividade é abundante, está ao alcance de todos. Ele permite subir aos refinamentos da língua escrita - sem dúvida o alvo maior do ensino escolar - começando pela realidade diária da língua falada.

Naturalmente que os professores necessitam de preparo técnico para isso. Naturalmente, também, que cabe ao componente lingüísti-

co do currículo de Letras ministrá-lhes esse tipo de conhecimento. Sejam estas considerações de interesse para suscitar o empenho pelo estudo lingüístico da conversação, por suas aplicações práticas à realidade do ensino, e pela dignificação da Lingüística no interior dos currículos de Letras, no momento mesmo em que ela sofre um ataque cerrado em órgãos decisórios do governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Beaugrande 1980 Robert-Alain de Beaugrande - Text, Discourse and Process. London, Longman, 1980.
2. Beaugrande e Dressler 1981 Robert-Alain de Beaugrande and Wolfgang Ulrich Dressler - Introduction to Text Linguistics. London, Longman, 1981.
3. Bentivoglio 1981 Paola Bentivoglio - "Concordancia verbal, clíticos y pronombres tónicos como indicadores de máxima continuidad en el discurso", ms. inédito.
4. Castilho 1978 Ataliba T. de Castilho - "A dimensão textual do verbo", Estudos Lingüísticos 2: 1978, 125-140.
----- 1982 Idem - "Norma Culla de São Paulo: singularidade ou pluralidade?" Boletim da ABRALIN 3: 1982, 18-31.
5. Coulmas 1981 Florian Coulmas (ed.) - Conversational Routine. The Hague, Mouton, 1981.
6. Franck 1981 Dorothy Franck - "The double bind structure", ms. inédito.
7. Givón 1979 Talmy Givón - On Understanding Grammar. New York, Academic Press, 1979.
8. Grice 1967 H. P. Grice - "Lógica e Conversação", in: M. Das cal (ed.) - Fundamentos Metodológicos da Lingüística. Campinas, ed. particular, vol. IV, 1982, págs. 81-104.
9. Lavandera 1983 Beatriz Lavandera - "A Textual Function of Conditional Sentences in Spanish", ms. inédito.

10. Lemos 1977 Cláudia Lemos - "Redação no Vestibular", Cadernos de Pesquisa 23: 1977, 61-71.
11. Marcuschi 1983 Luiz Antonio Marcuschi - Linguística do Texto: o que é e como se faz, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1983.
12. Ochs 1979 Elinor Ochs - "Planned and unplanned discourse" Syntax and Semantics 12: 1979, 51-80.
13. Pêcora 1980 Antonio Alcir Bernardes Pêcora - Problemas de Redação na Universidade. Diss. de Mestrado inédita. Campinas, UNICAMP, 1980.
14. Pontes 1981 Eunice Pontes - "Construções de tópico em língua escrita", Ensaios de Linguística 5: 1981, 51-73.
15. Sacks-Schegloff-Jefferson 1974 Harvey Sacks-Emmanuel Schegloff-Gail Jefferson - "A simplest systematics for the organization of turn taking for conversation", Language 50: 1974, 696-735.
16. Tannen 1982 Deborah Tannen - "Oral and literate strategies in spoken and written narratives", Language 58: 1982, 1-21.

ATIVIDADES DA ABRALIN DURANTE A
27^a Reunião Anual da SBPC
Belo Horizonte, 9 a 16 de julho de 1975

Textos Diversos: Anthony J. Naro (UFRJ) e Frank R. Brandon (UNICAMP)

Míriam Lemle (UFRJ)

Yonne de Freitas Leite (UFRJ)

LINGÜÍSTICA E MATEMÁTICA

Anthony J. Naro (UFRJ)

Frank R. Brandon (UNICAMP)

A matemática é usada em Lingüística pelas mesmas razões que é usada nas demais ciências, isto é, para tornar a teoria mais explícita. Expressados claramente os princípios sobre o relacionamento dos fatores percebidos pelo cientista numa formalização apropriada, o raciocínio matemático nos permite tirar as conseqüências lógicas desses princípios. Essas conseqüências, por sua vez, devem ser confrontadas com os fatos empíricos.

Podemos distinguir dois ramos principais da matemática moderna: o que lida com quantidades numéricas e o que lida com entidades distintas, como as letras dum alfabeto. Alguns exemplos do primeiro são: aritmética, estatística, probabilidade, cálculo diferencial. Exemplos do segundo são: lógica simbólica, teoria de conjuntos, álgebra, e teoria dos "automata abstrata".

Comecemos a nossa discussão de matemática e lingüística com as aplicações da matemática não-numérica.

Uma das razões principais por que construímos teorias ou modelos científicos é a de guiar o desenvolvimento da ciência e dar-lhe uma possibilidade de aprofundar sua compreensão dos fatos. Se uma teoria é suficientemente clara, ser-nos-á possível provar que ela é falsa, caso o seja, descobrindo um fato que não cabe nela e assim eliminar uma das possíveis explicações para os fatos. Uma vez provada a falsidade da teoria ser-nos-á possível modificá-la, ou desenvolver uma teoria nova que melhor explique os fatos, desenvolvendo, assim, nossa

compreensão da ciência. Enquanto não nos é possível provar que uma da teoria é falsa, ela estará nos guiando na abordagem dos problemas da ciência e estará, ao mesmo tempo, nos dando uma resposta a problemas que não podemos testar diretamente. Por isso, uma teoria mais clara, mais exata e mais específica - que é chamada de teoria forte - é melhor. Um exemplo para a Linguística de uma teoria que não pode ser provada falsa - e que é tão vazia que não pode orientar o desenvolvimento da ciência da linguagem - seria a seguinte teoria fraca:

- suponhamos que para se comunicar, os seres humanos combinam os fonemas assistematicamente, guiados por uma sorte. As pessoas, então, conseguem se comunicar pelo simples fato de que existe muita sorte no mundo.

Não nos é possível provar que uma teoria como esta é falsa, uma vez que não é possível medir esse tal elemento chamado sorte.

Uma teoria como esta não tem a capacidade de promover o desenvolvimento da Linguística porque, na essência, o que ela está afirmando é que não há sistema embasando a linguagem humana. Por isso, é completamente inadequada, uma vez que sentimos que existe um sistema na linguagem. Existe uma coisa pior: a mera formalização que simplesmente não tem o conteúdo suficiente para ser nem uma teoria fraca. Formalização só existe para expressar uma teoria com clareza, o suficiente para que possamos extrair os resultados ou implicações da teoria. Uma mera formalização seria, por exemplo, a tradução de uma sentença em outros símbolos, ou o uso de símbolos sem defini-los como, por exemplo, dizer que o sentido desta sentença que ora produz é representado por

$$\left[\frac{A_1 + B_2}{p^Q} \right] \quad R_j : r_1$$

Um outro exemplo duma mera formalização seria dar o traço [+emotivo] para todas as formas depois das quais se usa o subjuntivo em Português: isso seria uma lista apenas encoberta por uma formalização que não a explica nem ilumina nosso entendimento do Português. Por outro lado, podemos citar o exemplo duma teoria que pôde promover o desenvolvimento da Linguística e que é falsificável: é a teoria proposta por Charles Hockett e outros. Hockett afirmou que a linguagem pode ser explicada por meio duma gramática de estado finito (ou processo

Markov). Uma gramática de estado finito capta o fato de que só um subconjunto de todas as palavras pode começar uma sentença e que uma vez feita a escolha duma dessas palavras, esta restringe ainda mais a escolha da palavra seguinte. Essa teoria produziu muitos resultados interessantes. Depois foi constatado que existia um número de fatos que não cabia nessa teoria, e a Linguística deu, então, um passo à frente, eliminando um possível modelo de linguagem humana. Voltaremos a examinar isto mais adiante. Antes de rever esta teoria e as teorias que a sucederam, vamos discutir algumas das propriedades das línguas humanas que podem ser formalizadas em termos de matemática algébrica e que têm sido a causa de resultados interessantes na pesquisa linguística.

A primeira e mais óbvia dessas propriedades é que a linguagem é composta de elementos, distintos psicologicamente, embora fisicamente sejam um sinal contínuo. Entre essas unidades estão as palavras e os fonemas. Uma prova óbvia desta propriedade é o fato de que é possível representar as línguas por meio de alfabetos - sejam eles baseados em fonemas, sílabas ou palavras. Também não existe um método meramente mecânico para distinguir fonemas, sílabas ou palavras na fala. Por isso não existem computadores com os quais a gente conversa nem máquinas de escrever que escrevem o que lhes é ditado. Alfabetos são, portanto, a formalização dessa teoria de linguagem que diz que a linguagem é composta de unidades distintas. Essa teoria é o mínimo necessário para colocar a linguagem dentro do campo da matemática algébrica. Também existe uma relação de ordem entre as unidades que compõem a linguagem. Esta ordem entre os elementos não existe somente porque é assim que falamos, sendo capazes de só produzir um som num determinado momento, mas porque existem restrições mais complexas sobre a ordem desses elementos. Não é possível, por exemplo, descrever as palavras como sendo o conjunto de todas as possíveis combinações de fonemas, isto é, o conjunto recursivamente enumerável de fonemas. Dados só quatro fonemas como /P,T,A,O/ é possível fazer 24 combinações das quais somente 4 (topa, opta, pato, apto) são palavras do português e só mais duas poderiam ser palavras possíveis do Português (tapo, pota).

Seguindo um exemplo de Maurice Gross (1972) mostramos que, com um modelo simples de linguagem que só tem as propriedades de distinção e ordem, nós já podemos ver o valor dum formalismo matemático adequado para guiar o linguista a novos fatos significativos. Tomando como exemplo os grupos consonantais iniciais do Português e deixan

de lado os que sã ocorrem uma vez, teremos:

bl,br, dr,tr, fl,fr, gl,gr, kl,kr,kt,kz, pl,pn,pr,ps,pt./

Podemos fatorar os sons como se fossem uma equação algébrica e representar esses grupos da seguinte forma:

$$/ (b+f+g+k+p) (l+r) + (d+t) (r) + k(t+z) + p(n+s+t) /.$$

Se o formalismo ou teoria está certa, então estes grupos devem ter um valor lingüístico. E têm. Podemos ver que as consoantes não-coronais (ou não-apicais) não nasais (b+f+g+k+p) podem preceder uma líquida; que as consoantes oclusivas coronais podem preceder o /r/. Reparemos que quando há consoante vocálica (líquidas) na segunda posição, a vogal /i/ epentética não aparece, como nos outros casos (kt, kz, ps, pn, pt). Reparemos a falta do /v/ com as consoantes não coronais (b, f, g, k, p).

Uma terceira propriedade da linguagem é a ordem hierárquica ou as associações em que podem entrar os elementos da linguagem. Esta propriedade pode ser formalizada com parênteses ou árvores, como por exemplo a frase

ninho de pássaro marron,

cujos dois sentidos podem ser representados assim:

((ninho de pássaro) marron) "um ninho marron de pássaro", e

(ninho (de pássaro marron)) "ninho dum pássaro que é marron".

Ou

Cadeiras e mesas baixas.

cujos dois sentidos podem ser representados assim:



Estas hierarquias são formalizadas em árvores. Uma outra propriedade das línguas é que estas associações de formas (cadeias) às vezes podem se comportar da mesma maneira. Quando isso acontece, como é o caso dos últimos exemplos, - e expressões tais como:

João, um homem, um homem grande, um dos grandes, o homem que conheço desde o carnaval passado, etc. -

é possível formalizar este fato com um símbolo auxiliar, neste caso Sintagma Nominal. Este símbolo designa todas as cadeias ou agrupamentos de formas que têm as propriedades de ser sujeitos de verbos, objetos de verbos, de ser trocadas pela transformação de passivização, etc. Assim, a gramática tem símbolos terminais como N, V, Adj, o símbolo inicial S (Sentença), e símbolos auxiliares como SN (Sintagma Nominal), SV (Sintagma Verbal), etc. Estes símbolos têm valor formal enquanto definem cadeias ou classes de palavras que têm um comportamento semelhante, isto é, que se acham com o mesmo padrão.

Uma quinta propriedade da linguagem é o fato de que existem dependências entre as formas, assim como entre determinante e nome e entre verbo e sujeito. Um nome (substantivo) comum precisa concordar em gênero com seu determinante. É necessário que seja

um homem ou o homem

mas nunca

*uma homem.

Assim:

Um homem saiu O homem saiu

mas nunca

*Uma homem saiu.

Também temos que o verbo concorda com seu sujeito. Precisa ser:

Um homem saiu

e nunca

*Um homem saíram, ou *Um homem saí.

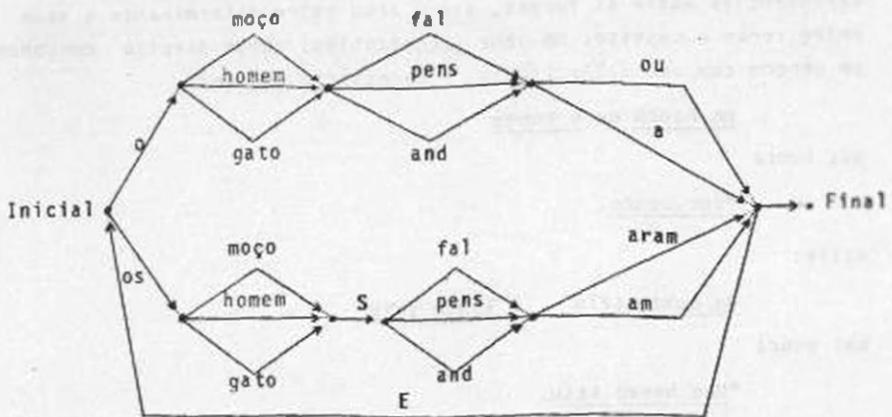
Uma última propriedade importante é a recorrência. Ela funciona por meio de conjunção e encaixamento, como em:

a) João e Maria e Sebastião e Sílvia são brasileiros.

b) Não acha que Maria pensa que Sebastião não sabe que Sílvia é brasileira.

Nestas sentenças, podemos adicionar, em qualquer número, ou tras sentenças encaixadas ou nomes ligados por e. Com estas seis, nós não esgotamos as propriedades da língua - e ainda iremos discutir uma outra mais tarde. Por ora, vejamos como estas propriedades - e as formações a elas relacionadas - têm afetado ou afetaram a ciência lingüística.

Primeira, voltemos ao assunto das gramáticas de estado final. Estas foram sugeridas como modelos de linguagem humana na década de 50 pelos estruturalistas-descritivistas americanos. Elas modelam as propriedades de distinção e ordem, e parte da propriedade de recursão. Esta gramática começa por escolher uma das palavras que pode começar uma sentença. Depois, ela escolhe uma das palavras que pode seguir esta palavra. Uma gramática deste tipo pode ser representada por um desenho assim:



ou que também pode ser escrito como:

- I → o N V K (I= inicial)
- I → os Ns V J (θ= final)
- K → -ou X
- K → -a X
- J → -aram X
- J → -am X
- X → e I
- X → θ

N = homem, moço, gato

V = fal- , pens- , and-

e gera:

o homem falou

o homem pensa e o moço fala

o homem falou e os moços pensaram

o gato anda

e muitas outras sentenças. Gera também:

Os homens pensam e o moço falou e o gato anda.

Os homens pensam e os homens pensam e os homens pensam.

Estas duas últimas sentenças não são boas e esta gramática não gera muitas sentenças do português. Mas é possível dizer que este modelo é correto e que para explicar todas as possíveis sentenças do português é necessário fazer esta gramática mais complicada. Neste caso, a teoria é suficientemente clara e explícita para que seja possível usar a matemática para verificar se esta teoria é realmente uma possível teoria de línguas humanas. Noam Chomsky em Estruturas Sintáticas mostrou que uma teoria dessas não pode explicar línguas humanas, i.e., ser modelo de línguas humanas. Ele fez isso verificando, primeiro matematicamente, que nenhuma gramática de estado finito pode gerar uma sentença na qual há uma outra sentença entre as duas palavras que dependem uma da outra (como o verbo e seu sujeito), porque o único tipo de dependência que uma gramática de estado finito pode mostrar é a dependência entre duas palavras que seguem uma a outro. Então, desde que existem sentenças como:

- Nem S, nem S

- Ou S, ou S

- Se S, então S

- ou sentenças com uma cláusula relativa seguindo o sujeito, uma vez que sujeito e verbo dependem um do outro:

Ex.: (O homem _S [que acaba de chegar] _S é meu tio.).

onde existem dependências entre duas palavras separadas por uma sentença (a escolha de uma depende da escolha da outra), não é possível descrever línguas humanas com gramáticas de estado finito.

Desse modo, não é preciso continuar trabalhando com essa teoria tentando melhorá-la. É possível dar um passo à frente, abandonando-a com base na sua própria forma matemática e nos fatos da língua humana.

Além disso, foi possível mostrar que gramáticas mais poderosas que a de estado finito como as gramáticas independentes-de-contexto e as com-restrições-de-contexto não podem captar os relacionamentos de dependência que se cruzam como foi mostrado por Bar-Hillel e Shamir usando a construção com "respectivamente":

o rubi, as esmeraldas, e a safira são respectivamente vermelho,
 1 2 3 1
 verdes e azul. —
 2 3

uma vez que com tais gramáticas as relações seriam 123 321 ou seja, o rubi, as esmeraldas, e a safira são respectivamente azul, verdes, e vermelha. Postal mostrou que existem sentenças em Mohawk que têm as

mesmas propriedades. E Chomsky, numa referência citada por Postal, mostrou que sentenças com mais X do que Y não podem ser geradas por gramáticas com-restrições-de-contexto. Também existem razões de generalidade. Por exemplo, uma regra transformacional que relaciona uma sentença ativa com sua passiva capta o fato de que os possíveis sujeitos superficiais de sentenças ativas são idênticos aos sintagmas que seguem por nas sentenças passivas e que os possíveis sujeitos superficiais de passivas são justamente aqueles sintagmas que podem ser objetos de formas ativas. Se as ativas e as passivas forem derivadas usando gramáticas independentes-de-contexto ou gramáticas com-restrições-de-contexto seria igual a dizer que estes fatos são mero acaso e seria necessário precisar as mesmas restrições de seleção duas vezes. Por estas razões, o modelo transformacional foi adotado. Mais uma vez, uma teoria bem formalizada pôde ser provada falsa com dados lingüísticos e matemáticos.

Existem, também, resultados matemáticos sobre gramáticas transformacionais. Peters e Ritchie construíram um modelo matemático da teoria transformacional de Chomsky (1965). Este modelo tem uma base

de regras de estrutura frasal com restrições de contexto e um componente transformacional. Os resultados de Peters e Ritchie têm a ver exclusivamente com a geratividade fraca deste modelo transformacional. Geratividade fraca se refere à ordem linear das formas. Geratividade forte se refere às associações ou hierarquias dadas a estas formas. Por exemplo: as duas gramáticas do Português dadas a seguir têm a mesma geratividade fraca, mas uma dá um agrupamento de formas que ninguém aceitaria, isto é:

1) $S \rightarrow SN \quad SV$

$SN \rightarrow N \quad (S)$

$SV \rightarrow V$

$N \rightarrow \text{pássaros}$

$V \rightarrow \text{cantam, voam}$

$T_{rel}: \begin{matrix} N & N \\ 1 & 2 \end{matrix} \xrightarrow{1,2} \emptyset + \text{que}$

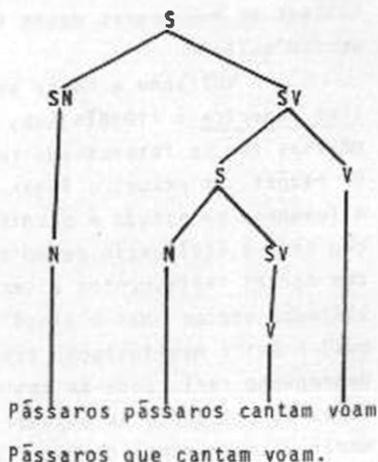
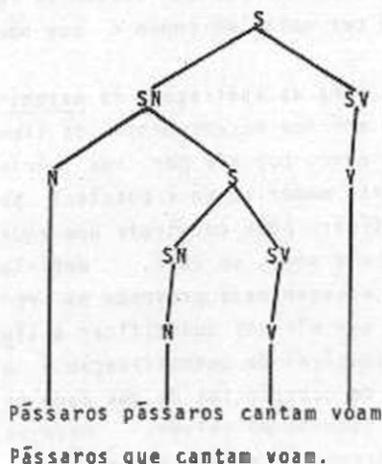
2) $S \rightarrow N \quad SV$

$SV \rightarrow (S) \quad V$

$N \rightarrow \text{pássaros}$

$V \rightarrow \text{cantam, voam}$

$T_{rel}: \begin{matrix} N & N \\ 1 & 2 \end{matrix} \xrightarrow{1,2} \emptyset + \text{que}$



Os resultados de Peters e Ritchie sobre a geratividade fraca da gramática transformacional (como foi descrita em Aspects), mostraram que ela gera o conjunto recursivamente enumerável das palavras duma determinada língua, isto é, todas as possíveis combinações de palavras. Sabemos, no entanto, que nem todas as combinações de palavras do português são possíveis sentenças dessa língua e que certos tipos de seqüência de palavras nunca puderam ser sentenças. Descobriram que o proble-

ma foi criado pelas regras transformacionais. Por exemplo, é impossível que haja uma língua que tenha uma regra de formar perguntas que inverta todas as palavras da sentença. Em outras palavras, há um excesso de regras possíveis. Assim, não foi possível limitar o poder gerativo fraco da gramática, só restringindo a base. Foi possível, de fato, usar uma base com somente duas regras e ainda ter o mesmo resultado.

Deste fato segue que a Hipótese de Base Universal é trivialmente verdadeira porque existe uma infinidade de possíveis Bases Universais. Assim, sem restrições nas regras transformacionais, não existe interesse em se falar sobre a Base, ou a possibilidade duma Base Universal.

Podemos concluir que, ou se deixa de falar da base, ou da hipótese que existe uma base universal a todas as línguas, ou é necessário restringir o poder gerativo das regras transformacionais. Peters (1972), assim como a maioria dos lingüistas, aceita este último caminho, frisando que as regras transformacionais conhecidas formam uma classe bem mais restrita do que o conjunto de todas as regras transformacionais possíveis. Bach (1974) mostra um exemplo com cláusulas relativas de que regras deste tipo parecem ter muito em comum e que não variam muito.

Voltando a nossa atenção agora para as aplicações da matemática numérica à lingüística, notamos que até bem recentemente os lingüistas têm se interessado relativamente pouco por ela por uma série de razões. Em primeiro lugar, um tratamento numérico só é possível se o fenômeno em estudo é quantificável: o físico pode construir uma equação para a aceleração de um corpo porque ele pode, de fato, medi-la com certos instrumentos e verificar se a equação está prevendo os resultados certos. Mas o lingüista, como é que ele vai quantificar a língua? A única manifestação lingüística suscetível de quantificação é o desempenho real: pode-se contar o número de ocorrências de uma dada palavra ou categoria de palavras num texto escrito ou falado. Pode-se medir o comprimento de dado sintagma em termos de número de palavras, fonemas ou categorias nela contidos, pode-se estudar a frequência de uso ou probabilidade de ocorrência de uma construção, pode-se construir medidas numéricas de complexidade de enunciados, etc. Mas a aceitação geral pela lingüística moderna da antiga dicotomia saussuriana entre competência e desempenho, junto com a tendência natural a conceder prioridade ao estudo da competência, trouxe como consequência o desinteresse pelo desempenho e, portanto, de fenômenos quantificáveis em geral. Tais estudos, quando feitos, eram quase sempre marginais às áreas centrais da gramática teórica, dizendo respeito principalmen-

te ao estudo de estilo de certo autor em certa fase, ou a estudos de freqüência de construções com vistas ao ensino dos aspectos mais usados de línguas estrangeiras em cursos práticos, etc.

Atualmente, no entanto, vem se generalizando cada vez mais na lingüística uma inclinação a rejeitar a dicotomia competência/desempenho. Esta nova tendência surge, em parte, como reação à verificação do fato de que muitas vezes os falantes simplesmente não são consistentes nos julgamentos intuitivos que emitem, e tal tendência tem como consequência uma nova orientação empiricista, ou melhor, uma volta à antiga técnica de coletas de "corpora" de desempenho reais em substituição à introspecção.

A nova metodologia se torna especialmente relevante no estudo daquilo que se costumava rotular "regra optativa" na gramática generativa aspectiana. Principalmente como resultado das pesquisas do sociolingüista norte-americano William Labov (Language in the Inner City, University of Pennsylvania Press, 1972) podemos afirmar que a tal "opcionalidade" é, em todos os casos até agora estudados, estreitamente condicionada por elementos do contexto lingüístico e social, sendo portanto determinada e não "livre", como antigamente se chamava. No entanto, a determinação de que se trata não é absoluta, senão probabilística: em dado contexto uma ou outra variante será mais ou menos freqüente, mas todas serão, em princípio, possíveis. Este fato torna aplicável à lingüística um novo ramo da matemática: a teoria da probabilidade e, de modo geral, a estatística aplicada e as suas implementações computacionais.

Em substituição à regra optativa a nova visão propõe "a regra variável", na qual cada fator contextual, seja estrutural ou social, - e que possa influenciar na freqüência de uso de uma regra gramatical - é associado a uma probabilidade numérica no intervalo entre 0 e 1. Nessa base podem ser construídos modelos matemáticos para a interação e combinação dessas probabilidades fatoriais, predizendo a probabilidade global da ocorrência de tal ou tal variante em dadas circunstâncias. Com base num corpus adequado as probabilidades fatoriais poderão, então, ser calculadas e confrontadas com os dados experimentais.

Podemos ilustrar a noção de regra variável com o caso do complementizador que no francês de Montréal, estudado por D. Sankoff e H. Cedergren num número recente da revista Language (vol. 50, 1974, nº 2, pp. 333-355). A variação de que se trata aqui é a presença ou ausência daquele morfema em sentenças do tipo

Au début je pense que ça a été plutôt un snobisme

"Ko começo eu acho que aquilo foi só um esnobismo".

Os dois grupos de fatores contextuais que mais efeito exercem no uso do que são:

- 1) a natureza fonológica dos segmentos que precedem e se-
quem e
- 2) a classe profissional do falante.

Com efeito, uma consoante sibilante no contexto fonológico inibe a presença do que e falantes da classe operária o suprimem mais que os da classe profissional. Para o estudo desse fenômeno os autores levaram dados numa amostra de montrealenses francófonos, e os utilizaram como dados de entrada para um programa computacional baseado num modelo multiplicativo, isto é, um modelo que postula que a probabilidade global é igual ao produto das probabilidades fatoriais presentes. Nesse modelo o fator de cada grupo que mais favorece a regra é associado à probabilidade máxima, isto é, 1. Nos grupos dos contextos fonológicos anterior e posterior o traço "sibilante" ficou associado à probabilidade 1, como seria de se esperar. No caso do contexto anterior a probabilidade para as consoantes não-sibilantes foi computado em 0,85 e a para as vogais em 0,37 (= 1/2,7), o que pode ser interpretado no sentido de uma sibilante ser 2,7 vezes (= 1/0,37) mais poderosa do que outra consoante como fator causador do apagamento do que e 2,7 vezes mais poderosa do que uma vogal nesse mesmo sentido, sem levar em conta a classe social a que pertence o falante. Quanto a essas classes sociais, a probabilidade 1 ficou associada aos operários, enquanto a dos profissionais foi computada em 0,35; em outras palavras podemos dizer que, sem levar em conta o contexto estrutural, a probabilidade de um operário deixar de usar o que é 2,9 vezes (= 1/0,35) mais alta do que seria para um profissional.

A importância do uso de uma teoria matemática da probabilidade em estudos desse tipo é que ela permite que a contribuição de cada fator do contexto seja avaliada independentemente das outras. Por exemplo, se tivéssemos usado as porcentagens experimentais em vez das probabilidades calculadas no estudo do francês montrealense já aludido teríamos chegado a uma visão incorreta da distribuição das variantes entre as classes sociais. Com efeito, no corpus levantado por Sankoff e Cedergren os operários deixavam de usar o que em 37,3% das

suas ocorrências possíveis enquanto que os profissionais deixavam de usá-lo em 9,6% dos contextos paralelos. Com base nestes dados teríamos dito que os operários apagam o que 3,9 vezes (= 37,3/9,6) mais que os profissionais. Comparando este resultado de 3,9, baseado em percentagens empíricas com o anterior de 2,9, baseado em probabilidades calculadas, vimos que há uma discrepância da ordem de 34%. Qual é o resultado certo, o que mais corretamente representa a distribuição social das variantes em estudo? Os dados, quando cuidadosamente examinados, é que poderão dar a resposta. Como já vimos o contexto estrutural mais favorecedor do apagamento do que é entre sibilantes (ou outra consoante precedente). Agora, acontece que, por puro e mero acaso, no corpus levantado, estes contextos mais favorecedores calharam de ser 22,4% do total dos dos operários e só 16,7% dos dos profissionais, o que representa uma diferença percentual da ordem de 34%. Em outras palavras, o resultado de 3,9 derivado diretamente dos dados é exageradamente alto porque estes dados tiveram, por azar, uma maior concentração em contextos fonológicos favorecedores para os operários do que para os profissionais. Por outro lado, o resultado de 2,9, derivado das probabilidades, corrige esta deficiência casual na distribuição dos dados experimentais e dá, portanto, uma visão mais realística dos fatos.

Quando estamos lidando com um número reduzido de fatores contextuais, como no caso acima, propositadamente simplificado, um pesquisador alerta poderia, talvez, notar e até certo ponto corrigir tais falhas eventuais nos dados experimentais. No entanto, quando se trata de um número maior de fatores, só um computador programado com sofisticadas técnicas numéricas poderá resolver o problema. Por exemplo, num estudo da concordância sujeito-verbo em português, atualmente em andamento, há nada mais que 17 fatores, distribuídos em 4 grupos, a serem avaliados.

Do ponto de vista da lingüística teórica o isolamento do peso de cada fator estrutural ou social na probabilidade geral da aplicação de uma regra gramatical "optativa" vem abrindo toda uma série de novos horizontes. Por um lado, é possível ver agora como certos fatores antes considerados diacrônicos, operam sincronicamente. Por exemplo, já é de geral conhecimento dos filólogos e lingüistas tradicionais que através dos séculos formas verbais irregulares tendem a sobreviver durante períodos muito mais longos que as flexões regulares. No estudo do português em andamento já aludido, estamos verificando que, abstraídos os outros fatores, esta hierarquia morfológica funciona

na sincronicamente na operação da regra de concordância sujeito-verbo do dialeto popular: o falante quase-analfabeto faz a distinção ê/são mais frequentemente que falou/falaram, e esta mais frequentemente que fala/falam, etc. Outros pesquisadores, trabalhando com outras línguas tão diversas quanto o quêchua e o inglês negro, também vem verificando a operação sincrônica de diversos fatores antes tidos como diacrônicos, o que está conduzindo uma certa corrente, ainda pequena, a rejeitar a fundamental dicotomia Saussuriana entre diacronia e sincronia. A rejeição das duas dicotomias competência/desempenho e diacronia/sincronia, à qual uns lingüistas foram conduzidos pelos fatos (tais como regras variáveis) descobertos através das técnicas numéricas, é ainda muito prematura. Tal rejeição destruiria os fundamentos utilizados pelos grandes teóricos modernos, especialmente Chomsky e os gerativistas. Esse é um exemplo do possível alcance teórico dos resultados obtidos pela aplicação de técnicas numéricas na lingüística. Um outro exemplo deste alcance teórico se encontra na conclusão do trabalho de Sankoff e Cederoren (p. 352-354). Eles acham que seus resultados sobre regras variáveis mostram que a idéia de competência precisa ser fortalecida. Eles acreditam também que o valor das técnicas numéricas que usaram se verifica também na relação econômica e bem definida que é possível mostrar entre competência e desempenho lingüístico, análogo àquela existente entre a distribuição probabilística e uma amostra. Isto é, é realmente possível relacionar competência e desempenho.

Concluindo, podemos reafirmar que o papel desempenhado pela matemática na lingüística é paralelo àquela que ela tem nas demais ciências; cada uma formalização adequada, os métodos matemáticos nos permitem averiguar quais as conseqüências lógicas de nossa teoria da linguagem. Em outras palavras, a matemática pode nos dizer: a nossa teoria implica que uma proposição P deve ser verdadeira. Se P for, de fato, verdadeira, a teoria fica confirmada, e é dada uma explicação a P. Se, por outro lado, P for falsa, a teoria que a tem como conseqüência terá que ser modificada até chegar a ter conseqüências verdadeiras, ou, se isso não for possível, tal teoria terá que ser abandonada. Enquanto a teoria não for provada falsa, ela nos diz otimamente quais fatos são interessantes, onde podemos buscar falhas da teoria, e também dá direção à nossa pesquisa. Sem este esquema geral de trabalho, não pode haver progresso na lingüística.

BIBLIOGRAFIA

- BACH, Emmon (1974) Syntactic Theory, Holt, Rinehart & Winston, New York.
- CHOMSKY, Noam (1957) Syntactic Structures, Mouton, The Hague.
- (1965) Aspects of the Theory of Syntax, The MIT Press, Cambridge, Mass.
- GROSS, Maurice (1972) Mathematical Models in Linguistics, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, New Jersey.
- PETERS, Stanley ed (1972) Goals of Linguistic Theory, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, New Jersey.
- PETERS, Stanley (1972) "The Projection Problem: How is a Grammar to Be Selected" em Peters ed (1972).
- PETERS, Stanley e R. W. Ritchie (1971) "On Restricting The Base Component of Transformational Grammars", Information & Central 18 = 483-501.
- POSTAL, Paul (1970) "Limitações de Gramáticas de Constituintes Imediatas" em Novas Perspectivas Lingüísticas, Vozes, Petrópolis.
- SANKOFF, D. e H. Cedergren (1974) "Variable Rules" Language 50 = 333-356.
- WALL, Robert (1972) Introduction to Mathematical Linguistics, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, New Jersey.

As necessidades específicas de cada um desses grupos não podem deixar de ser levadas em conta na elaboração dos objetivos dos programas de lingüística.

A segunda taxonomia que nos deveria guiar ao pensarmos no nosso problema é a dos objetivos educacionais em geral.

Em teoria da educação admite-se que a educação formal é capaz de moldar a personalidade do educando nas suas formas de pensar, sentir e atuar. Paralelamente, classificam-se os objetivos educacionais em objetivos cognitivos, objetivos afetivos e objetivos psico-motores.

Os objetivos cognitivos dizem respeito ao uso de processos intelectuais (memorização, julgamentos, raciocínios).

Os objetivos afetivos envolvem os sistemas de valores que orientam a atuação do indivíduo, suas opiniões, crenças e atitudes delas decorrentes.

Os objetivos psico-motores se traduzem no desenvolvimento de uma coordenação neuro-muscular e dos órgãos dos sentidos para a execução de habilidades exigidas para a realização de determinadas tarefas.

Seguindo essa taxonomia, proponho que nos coloquemos diante do nosso problema subdividindo-o nas três perguntas seguintes:

O que o aluno deverá saber?

De que valores o aluno se deverá inibir?

O que o aluno deverá aprender a fazer?

Tentarei formular um esboço de resposta a cada uma dessas três perguntas, limitando-me, porém, ao caso da formação de professores de línguas (i.e., faculdades de letras), seja por motivo da limitação do tempo disponível seja devido à extrema exiguidade da experiência pessoal que tenho nas outras áreas mencionadas.

Começemos com os objetivos cognitivos.

Obviamente, é desejável que um professor de línguas tenha uma noção da estrutura do sistema com que lida, dos conceitos necessários para descrevê-lo, das unidades que o constituem, dos traços universais nas gramáticas das línguas naturais, em suma, da forma da gramática das línguas humanas. Portanto, o seu currículo precisa conter cursos nos quais se desenvolva um modelo coerente de gramática e um método de descrição lingüística decorrente desse modelo. Explicitamente, os fundamentos de fonologia, sintaxe e semântica.

Ne posse de um sistema formal descritivo poderoso e consistente, o professor fica capacitado a voltar sua atenção para fatos que dantes nem sequer notava, a descrevê-los e ver seu aporte no todo da gramática da língua estudada e mesmo para a teoria lingüística geral. Torna-se-lhe possível diagnosticar tipos de "erros" e carências no uso lingüístico de seus alunos, e inventar formas adequadas de remediá-los.

Indispensável também é o conhecimento da teoria da variação e da mudança lingüísticas. Em sua vida profissional, certamente o professor se defrontará com falantes de variedades diversas da língua que ensina, e é necessário que saiba colocar-se adequadamente diante desse fenômeno. Sabemos que atitudes preconceituosas nessa área podem criar graves problemas psicológicos e até tensão social.

Essa oposição entre conceitos e preconceitos nos levou, na verdade, para o âmbito da nossa segunda pergunta, a dos objetivos afetivos: que critérios de valoração de língua um professor deve adquirir?

O primeiro passo para responder a essa pergunta exige a sua formulação na forma negativa: que valores um professor de línguas deve deixar de aceitar?

Todos nós sabemos a quantidade de premissas falsas que existem na área da variação lingüística, reveladas em expressões estereotipadas como língua rica, língua pobre, língua sonora, língua racional, língua evoluída, língua atrasada, língua pura, língua boa, língua má. Todos nós sabemos que de um ponto de vista científico todo cuidado é pouco, no uso de tal tipo de valoração. Sabemos também que pode ser extremamente deletério para uma personalidade em formação ter a sua forma de falar negativamente valorizada por um mestre ou por um outro grupo social. Sabemos também que a história do mundo é farta em casos de não só tensão mas beligerância social em torno de problemas de diferenciação lingüística entre grupos sociais, quem sabe evitáveis se a ciência lingüística tivesse podido ser conscientizada a tempo pelas partes envolvidas nos conflitos. A aquisição de informações sobre os universais lingüísticos e sobre a variação lingüística com seus fatores internos e externos leva automaticamente a uma revisão nas crenças sobre e atitudes quanto à língua: o normativismo absolutista é substituído por um descritivismo relativista, a intolerância lingüística pela sociolingüística, daí nascendo uma atitude de curiosidade, aceitação e mesmo simpatia com relação à variação dialetal em todas as suas formas. O professor deixa de ser um juiz da língua

alheia, para ser um estudioso dela. Essa perda de intolerância nem por isso traz consigo uma atitude de *laissez-faire*. Pelo contrário, a capacidade de ver racionalmente o fenômeno da variação linguística em seu pano de fundo dos fenômenos de valoração social tornará o professor apto a discriminar entre o que merece um esforço para a mudança e o que deve ser deixado intacto nos hábitos dialetais de seus educandos, e apto a justificar tais opções.

Chegamos, finalmente, à terceira pergunta, relativa aos objetivos psico-motores: O que o professor de línguas deve saber fazer? Ligo-me a sugerir uma lista de habilidades que deveriam ter sido incorporadas ao final da faculdade:

- ser capaz de perceber diferenças fonéticas sutis;
- ser capaz de registrar dados fonéticos (realizar gravações em fita) e transcrevê-los num alfabeto fonético;
- ser capaz de produzir uma gama de sons linguísticos que vai além dos da sua língua nativa ou da segunda língua que leciona;
- ser capaz de classificar dados linguísticos segundo os critérios relevantes para uma descrição linguística (por exemplo, ser capaz de segmentar exaustivamente uma cadeia linguística, e de determinar-lhe a análise em constituintes imediatos); e
- ser mais agudo do que a média dos seres humanos em realizar julgamentos de aceitabilidade, não aceitabilidade e gamas de aceitabilidade de sentenças, em perceber e encontrar sinônimas, ambigüidades, relações de implicação ou de oposição.

A pergunta que logicamente se segue à de "quais os meus objetivos?" é a de "como posso atingi-los?". Responder a essa pergunta é estruturar currículos. Se considerássemos o esquema de objetivos proposto acima válido e suficiente para responder à primeira pergunta, e à luz dele partíssemos para uma tentativa de responder à segunda, veríamos que os currículos necessários não conteriam uma lista de tópicos assustadoramente vasta. Os tópicos a serem cobertos podem, muito sumariamente, ser listados da seguinte maneira:

- Características gerais das línguas humanas: fonéticas, morfofonêmicas, morfológicas, sintáticas, semânticas.
- Conceitos e unidades de cada um desses níveis necessários a uma descrição lingüística. A forma da gramática. Metodologia de descrição lingüística.
- Variação lingüística, seus fatores.
- Mudança lingüística, princípios lingüísticos e fatores extra-lingüísticos determinantes.
- Prática com dados lingüísticos: colheita, organização e análise.

Do fato de essa lista ser relativamente reduzida não necessariamente se segue, porém, que o número de horas-aula necessárias para o preenchimento dos objetivos propostos seja também reduzido. E isso pelo simples fato de termos partido de uma taxonomia de objetivos educacionais que não se limita a objetivos de ordem cognitiva, mas abarca também objetivos afetivos e objetivos psico-motores. A colocação de objetivos de tal ordem nos obriga a conduzir os alunos em vivências e experiências pessoais com dados lingüísticos, o que requer muitas horas de contato docente-discente, não necessariamente horas de aula expositiva: aulas práticas, pesquisas dirigidas, treinamentos em coleta, organização e análise de dados, seminários. A gama de formas de labor conjunto de professores e alunos fica muito expandida, com essa filosofia.

Quero concluir mostrando uma última faceta conseqüente à elaboração de um programa por objetivos: a concernente à avaliação. Uma vez formulados objetivos educacionais em um curso, são os mesmos colocados como um compromisso a ser cumprido por professores e alunos. A avaliação passa a ser a averiguação da consecução desses objetivos, e não da maior ou menor sapiência do aluno. A circunstância de um aluno não haver alcançado uma parte dos objetivos poderá implicar em trabalho de recuperação do aluno ou de reformulação do currículo ou dos próprios objetivos. O processo didático passa a girar em torno do aprendizado e não do ensino, e será eminentemente dinâmico, ajustando-se à mutação das realidades culturais e institucionais da coletividade.

OBS.: O texto de Yonne de Freitas Leite - "Lingüística e Antropologia" foi publicado em Ciência e Cultura: Volume 27 (12), 1975.

ATIVIDADES DA ABRALIN DURANTE A
26ª Reunião Anual da SBPC
Brasília, julho de 1976

A) Simpósio sobre Línguas Minoritárias no Brasil

Presidente: Nelson Rossi

Expositores: Charlotte Emmerich (UFRJ)

Mary A. Kato e Leila Bárbara (PUC-SP)

Pauline Mandrosen (UFSC)

Jean-Pierre Legendre (UFFA)

Dia 9 de julho de 1970

PALAVRAS DE ABERTURA

Nelson Rossi (UFBA)

Forçado pelo impedimento de nosso colega ROSÁRIO MANSUP GUF-
ZIOS a coordenar este simpósio, o que me ocorre como abertura dele são
as palavras de ANDRÉ MARTINET no prefácio à obra clássica de UGIEL
WEINREICH, Languages in Contact, Nova Iorque, 1953, segundo as quais
seria tempo de restabelecer o equilíbrio entre o estudo da "conver-
gência" e o da "divergência" lingüísticas.

A observação de MARTINET refere-se a uma predominância na in-
vestigação lingüística do estudo da divergência em desfavor da conver-
gência e cita os esforços, contra esse desequilíbrio, de HUGO SCHU-
CHARDT, a quem a tradição atribui ter formulado de maneira expressiva
o princípio da "unidade na diversidade e diversidade na unidade" como
característica essencial de uma língua.

Creio que no Brasil, ao contrário, é a convergência, a unida-
de que tem predominado na preocupação dos lingüistas, que com as ine-
vitáveis exceções negligenciam ou minimizam a relação de pressuposição
recíproca em que ela se encontra com a diversidade*. Relação essa que
a nosso ver impõe, para o real conhecimento de uma, o reconhecimento e
o domínio da outra.

Parece-nos que razões extra-científicas, mais frequentemente
implícitas do que explícitas, têm obscurecido, ainda que de boa-fé, nos
sa realidade lingüística. De fato, se em termos relativos justifica-se
a qualificação de "espantosa" que não raro se atribui à "unidade lin-
güística" do Brasil, mais espantoso pareceria que nos faltasse a diver-

sidade que como disse ela pressunõe. Mais espantosa não sã no plano teõrico ou lingüístico-formal stricto-sensu, mas também no plano histórico-social, dadas as características indiscutivelmente pluriculturais tanto de nosso passado quanto de nosso presente.

Esse pluriculturalismo talvez universal quanto às origens mas certamente menos remoto em umas sociedades que em outras, entendo que deve ser reconhecido como componente de nossa identidade nacional. Reconhecido e estudado como essencial, não como episódico, esporádico ou aleatório.

Que este simpósio possa contribuir de algum modo para isso, na área de maior interesse e responsabilidade da Associação Brasileira de Lingüística, é o que desejo e espero.

* Ver E. HAUGEN, "Dialect, Language, Nation". American Anthropologist, vol. 68 (1966), págs. 922-935. Reproduzido em J. B. FOLDF-JANET HOLMES (ed.), Sociolinguistics. Penguin Books, 1970 e 1974.

LÍNGUAS INDÍGENAS
Charlotte Emmerich (UFRJ)

Num momento em que cada vez mais freqüentes são os noticiários sobre nossas populações autóctones, sejam elas remanescentes aculturados ou grupos silvícolas descobertos em seus recônditos refúgios hileanos, uma pergunta salta-nos aos olhos de imediato, qual seja a da uniformidade étnica destas tribos.

Muito diferenciados culturalmente, os grupos indígenas brasileiros refletem esta diversidade também em suas línguas. Rodrigues registra para o Brasil 25 famílias lingüísticas, das quais as famílias Tupi-Guarani, Jê, Karib e Aruak são as mais representativas com cerca de 120 línguas e dialetos (Rodrigues, 1972).

Porém, não é apenas o grau de diversidade tipológica que gera a complexidade do quadro das línguas indígenas brasileiras. As formas e a intensidade de interação desses grupos com a sociedade nacional determinam estágios de aculturação lingüística que vão desde monolingüismo absoluto na língua materna até o total abandono da língua nativa com substituição pelo português, passando por situações lingüísticas diversas. Esta realidade decorre dos estágios de contato, conforme definidos por Darcy Ribeiro, em 1957, no levantamento feito sobre as línguas e culturas indígenas do Brasil (Ribeiro, 1957).

Ele estabelece quatro etapas no contato, desde o isolamento até a integração, passando por contatos intermitentes e permanentes. Utiliza como critério de classificação a intensidade e forma de contato dos grupos indígenas com a sociedade envolvente. Alguns grupos passam sucessivamente por todas as etapas, dentro de um processo de aculturação progressiva, porém, freqüentemente, as circunstâncias do contato intensificam o processo de integração, levando-os drasticamente da condição de isolados à interação permanente, com perda irremediável de padrões culturais e lingüísticos.

Cada um desses estágios se caracteriza por comportamentos culturais que encontram paralelismo nas atitudes lingüísticas do grupo. Assim, enquanto isolados, eles se caracterizam por autonomia cultural e lingüística. Na situação de contato intermitente, a cultura sofre mudanças expressas na língua sob forma de interferências, de nível geralmente lexical, que refletem as novas experiências. À medida que a interação se torna sistemática, os padrões culturais são modificados por condicionamentos e necessidades novas que impõem ao grupo a aquisição de uma lín-

gua de contato e levam a um maior ou menor grau de bilingüismo. Ao atingirem o estágio de integrados, os índios pouco conservam de seus valores culturais originais subsistindo apenas "certa lealdade a sua identidade étnica que os faz sentir ainda como povo" (Ribeiro, 1957). Nesse estágio muito grupos tribais já não se expressam na língua nativa.

É significativa a preocupação de uma velha Índia Kaingang, Maria Mulata, que, com mais de noventa anos, procura ensinar a sua língua a todos seus descendentes: "Se eles esquecem a língua, a tribo desaparece" (Jornal do Brasil, 13/07/74).

O levantamento de Ribeiro (cf. quadros 1 e 2) demonstra como, em apenas meio século, a situação indígena no Brasil sofreu profundas modificações. Se considerarmos as mudanças significativas da realidade brasileira neste último quartel de século, é mais do que certo supor que a situação hoje esteja bem longe daquela exposta por Ribeiro em 1957. O ritmo mais acentuado com que novos grupos vêm sendo contactados e as mudanças rápidas sofridas pelas comunidades tribais conhecidas, convivendo com número crescente de frentes de penetração, são seguramente os principais fatores determinantes dessa mudança.

Dados de 1975, constantes de levantamentos da Fundação Nacional do Índio, nos dão um panorama bastante atualizado da situação indígena hoje no Brasil (cf. quadro 3).

Diante desta realidade, um estudo abrangente e atualizado das línguas indígenas brasileiras e das variantes lingüísticas decorrentes dessas diversas formas de contato se impõe como objetivo prioritário. Por outro lado, estudos intensivos precisam ser programados sobretudo para documentar aquelas línguas mais ameaçadas de extinção. É preciso captar e analisar as formas e graus do bilingüismo e pesquisar os processos e as variáveis implícitas nas mudanças lingüísticas, que podem trazer contribuições valiosas para os âmbitos da etno, sócio e psicolingüística.

Vozes isoladas se fizeram ouvir no passado propugnando pela causa das línguas indígenas brasileiras. Entre outros, Mattoso Câmara Jr. e Rodrigues enfatizaram reiteradas vezes, em artigos e palestras, a relevância dos estudos das línguas indígenas para o desenvolvimento da lingüística no Brasil (Rodrigues, 1961). Darcy Ribeiro, em 1957, delineia tarefas prioritárias para os estudos lingüísticos que continuam de maior pertinência. Trata-se, na verdade, de um considerável acervo cultural e científico de que o Brasil dispõe e que nos arriscamos a perder irremediavelmente se não conseguirmos mobilizar o interesse de maior número de lingüistas.

QUADRO I

SITUAÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS BRASILEIROS EM 1900, QUANTO AO GRAU DE INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE NACIONAL

Isolados	Contacto In- termitente	Contacto Perma- nente	Integrados
TUPI			
AMINIAPÉ	AMANAYÉ	AFIACA	GUARANI
ARAWINE	EMERILON	GUAJAJARA	KARIPÓNA
ARÉ (XETA)	JURÓNA	MUNDURUKÓ	KOKAMA
ARIKÉN	KURUAYA		MAWE
ARUA	OYANPIK		
ASURINI	TEMBE		
AWETI	TURIWARA		
BOCA-NEGRA	XIPAIA		
CANOEIROS (AVA)			
GUAJÁ			
GUARATEGAJA			
IPOTEWAT			
ITOGAPÓK			
JABUTIFÉD			
KABI XIANA			
KAMAYURA			
KARITIANA			
KAYABI			
KEPKIRIMAT			
MANITSAWA			
MAKURAP			
MIALAT			
MONDÓ			
MUDJÉTIRE			
PAPANAWAT			
PARAKANAN			
PARINTINTIN			
PUROBÓRA			
RAMA-PAMA			
SANAMAÍKA			
TAKUATÉP			
YAPI RAPE			
TUKUMANFÉD			
TUPARI			
URUBUS-KAAPG?			
URUMI			
WIRAFÉD			
ARUAK			
AGAVOTOKIHENG	HOMODENE	KATIANA	KAYUXANA
BARAWANA	KANAMARI	KUNIBA	KINIKINAO
IPURINAN	KARUYANA	MANITENERI	LAYANA
IRANTXE	KAXARARI	MARAWA	PASE
KULINO	KORIPAKO	PALIKÓR	TERENA
KUSTENAO	KUJ JENERI	PARESI	WAINUMA
MANDAWAKA	PAUMARI	WAPI TXANA	
MAOPITYAN	TARIANA		
MEHINAKU	WAREKENA		
MAURA	YAMAMADI		
XIRIANA	YUBERI		
YABAANA			
YAWALAPITI			

KARIB

AIPATSE

ARARAS

ATRUAH
BAKAIRI
(Rio Curisevo)

KALAPALO
KUIKORO
MATIPUHV
MAYONGONG
NAHUKUA
NARAVOTE
PARIKOTO
PIANOKOTO
SALUMA
TIRIO
TSUVA
WAIMIRI
KAIWAJ

APALAI

BAKAIRI
(Rio Batovi)
INGARIKO
KATANIAN

KAXUJANA
PURUKOTO
SIKIANA
TAULIPANG
WAYANA

EAKAIRI
(Rio Paranatinga)
PAUXI

PAUXIANA

GALIBI

MAKUXI

PALMELAS

JE

DIODE
GAVIOES

GOROTIRE

KAINGANG
(S. Paulo)
KUSEN-KRAN-KEGN
KUBEN-KRAGNOTIRE

MENTUKTIRE
SUYA
XAVANTE (AKIEN)
XIKRIH
XOKLENG

KAYAPO-KRADAU
KREM-YE
(Cajuapara)
KRAHO

RANKOKAMEKRA

APANIERRA
APINAYE

XENKATEYE

KREM-YE
(Bacabal)
KRIKATI
TIMBIRA
(Araparitia)
TXAKAMEKRA
XERENTE

KAYAPO DO SUL
KAINGANG
(Parana)
KAINGANG
(Sta. Catarina)
KAINGANG
(R. G. do Sul)

OUTROS

AIWATERI

ARIKAPU
BAENAN
BOTOCUDOS
(Pancos)
BOTOCUDOS
(Crenaque)
GUAMARIBO
HUARI
JAVAE

JABUTI
KAKIXI
KREEN-AKARORE
MAKU
(Auarí)
MAKUNABODO
NAMBOKUARA

AMAHUAKA

BORORO
DESANA
TAWANO

KANAMARI
KAPANAWA
KARAJA
KATUKINA
(Pano)
KATUKINA
KAXINAWA
KOBENA
KURINA

MARI NAWA
NUKUINI

BOTOCUDOS
(Itambacuri)
ESPINHOS
GUATI
KADINEU

KARIPUNA

KAYUNAWA
MARAKANA
MAROBO

MATANAWI
MAXAKALI
MAYORUNA
MURA

PARAWA
POYANAWA

FULNIO

KAMAKAN
MIRANIA
NATO

PAKARARA

PANKARARU
POTIGUARA
UAMUE

WAKONA
XOKO
XURUKU
TUXA

OFAIÉ
OTI
PAKAANOVAS
PAKIDAI
PATAXŪ
TAPAYŪNA
TRUMAI
TXIKŪO
UMOTINA
URUPA
WAIKA
WAYORŪ
XIRIANA

PARANAWA
POKANGA
TUKANA
TUKŪNA
TUYUKA
TUXINAWA
WANANA
WAIKINO
WITŪTO
XIPINAWA
YAKINAWA

SAKUYA
TORA
YUMA
YURI

Darcy Ribeiro, *Línguas e Culturas Indígenas do Brasil*, 1957.

QUADRO II
SITUAÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS BRASILEIROS EM 1957. QUANTO AO
GRAU DE INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE NACIONAL

Isolados	Contacto intermi- nente	Contacto perma- nente	Intentados	Extintos
TUPI				
ASGRINI	ARE (xetá)	JURGMA	AHANAYE	AHANARE
BOCA-NEGRA	AMETI	MUNDURUKÚ	GUAJAJARA	APIAKA
CANDEIROS (AVA)	KAMAYUURA	PARANAMAT	GUARANI	ARAKINE
GAUJÁ	KARABI	PARINTINITIR	KARIPONA	ARIKEN
MUDJETIRE	PURUBORA	TAPIRAPÉ	MAKÉ	ARUA
PARAKAHAN	UPUBUS-KAAPOR	TUKUNANFED	TENRE	EMERILON
		TUPARI		GUARATEGAUA
		MIRAFED		IPOTEKAT
				ITOGAPÓ
				JABUTIFED
				KASIXIANA
				KARITIANA
				KEPKIRIMAT
				KOKAMA
				KURUAYÁ
				MAKURAP
				MANITSAMA
				MIALAT
				MONDE
				QIAMPÍK
				RAMA-RAMA
				SANAMAÍKA
				TAKUATEP
				TURIWARA
				URLMI
				XIPÁYA
ARUAK				
AGAYOTQUCENG	MEHINÁXU	HSHODENE	KANAARI	KATIANA
BARAKAYA	MAURA	IPURIHAN	PALIKOR	KAXARARI
MANDAMAKA	YAWALAPITTI	IRANTXE	PARESI	KAVIXIANA
MAODITYAN		KARUTAWA	TARIANA	KINIKINAO

XIRI'ANA
YASIANA

KORIPAKO
KULINA
PAU'ARI
YAMAMADY

TERENA
MAPITAXANA

KUJAJENERI
KUNIBA
KUSTENAO
LAYANA
MANTINERIT
MARANA
PASE
MILINUA
MAREKENA
YUBERI

KARIB

ATRUANI

APALAI

INGARIKO

BAYARI
(Rio Paranatinga)
GALIBI
MAKUXI

AIPATSE

MAYONGONG
PARIKOTO

KALAPALO
KATAMIAN

TAULIPANG
WAYANA

ARARAS
BAKARI
(Rio Bato)

ARARAS
BAKARI
(Rio Bato)

TIRID

KAXUANA

BAKARI
(Rio Curitiba)
NARAYOTE
PALMELAS
PAUXI

BAKARI
(Rio Curitiba)
NARAYOTE
PALMELAS
PAUXI

WAIMIRI

KUIKORO
MATIPUHY
MAUKUA
PIANOKOTO
SALUMA
SIKIANA
MATAI

PAUXIANA
PURUKOTO
TSUVA

JE

DI'ORE
GAYIDES

KUBEN-KRAN-KEGN
KAVANTE AKUEN

GOROTIRE
KRAHO

APINAYE
KAINGANG
(S. Paulo)
KAINGANG
(Paraná)

APANIEKRA
KAYAO KRADAD
KAYAPD DO SUL

KUBEN-KRAGNOTIRE

XIKRIN

RAMOKANEKRA

KAINGANG
(Sta. Catarina)

KEKATEYE

MENTUKTIRE

SUYA

KREMYE
(Bacabal)
KREMYE
(Cajupara)
KRIKATY

KAIRANG
(R. G. do Sul)
XEREYTE

KREMYE
(Bacabal)
KREMYE
(Cajupara)
KRIKATY

XOKLENG

KREMYE
(Bacabal)
KREMYE
(Cajupara)
KRIKATY

TIMBIRA
(Arparititua)
TXAKAMEKRA

OUTROS			
AIWATERI	JAVAE	AMAHUAKA	FULNIŌ
GUAMARIBO	NAMBIKUARA	ARIKAPŪ	KAPAMAWA
KADIXIT	TRUWAI	BORORO	KAXINABA
KREEN-AKARORE	XIRIAMA	DESANA	MARINAWA
MAKU (R. Auará)		IAWAND	MURA
MAKUNABODO		KADIWEU	PAKARARĀ
PARANOVAS		KARAJĀ	PAKARARĀD
PAKIDAI		KATUKINA	POTIGIARA
TAPANYDNA		KATUKINA	TUXINKAWA
TXIKŌ		(Pano)	URĀUE
WAIKA		KOSEWA	UMOTINA
		MARŌBO	WAKONA
		MAXAKALT	XIPINKAWA
		NUKUIRI	XOKŌ
		PAKANAWA	XUKURŪ
		POKANGA	TUXA
		TUKARA	
		TUKUNA	
		TUYUKA	
		URUPĀ	
		WATEIPO	
		WANAWA	
		WITOTO	
		YAWINKAWA	
			BAENAN
			BOTOCUODS
			(Itambaturá)
			BOTOCUODS
			(Crenaque)
			BOTOCUODS
			(Pancas)
			ESPINHOS
			GUATŌ
			HUARI
			JABUTI
			KAMAKAM
			(Habahsi)
			KANAMARI
			KARIPIWA
			KURINA
			KUYANTAWA
			MARAKAWA
			MATANAWI
			MAYORÉWA
			MIRANIA
			NATŪ
			OFATE
			OTI
			PARAWA
			PATAXŌ
			POYANAWA
			SAKUYA
			TORĀ
			WAGORŌ
			YJMK
			YURI

Darcy Ribeiro, *Linguas e Culturas Indígenas do Brasil*, 1957.

O empenho atual mais significativo pela documentação e estudo dessas línguas vem sendo desenvolvido pelos membros do Summer Institute of Linguistics que, através de convênios com o Museu Nacional em 1959, a Universidade de Brasília em 1963 e a Fundação Nacional do Índio em 1969 vem estudando sistematicamente quarenta e quatro línguas. Sua contribuição, sobretudo no campo da lingüística descritiva, foi decisiva nestes últimos vinte anos para transformar o panorama do conhecimento das línguas indígenas brasileiras.

Embora o número de lingüistas brasileiros que se dedicam a estudos indígenas seja ainda bastante reduzido, já se faz sentir um maior interesse pelo assunto. Até recentemente os motivos desta limitação podiam ser procurados na desinformação nos meios universitários. Fator de igual importância e meio natural eram as dificuldades de acesso e permanência por períodos longos nas áreas de estudo. Estas restrições parecem agora, em parte pelo menos, superadas, graças à existência de Campi Avançados de algumas Universidades em áreas indígenas e atividades como o Projeto Rondon. A possibilidade de desenvolver projetos de pesquisa lingüística de cunho indígena, junto a programas de pós-graduação, é mais um fator favorável, que pode aumentar o número de especialistas nessa área de estudos.

Paralelamente, a Fundação Nacional do Índio está empenhada em contar com a colaboração das universidades brasileiras, sobretudo de antropólogos e lingüistas, no desenvolvimento de projetos de pesquisa junto às comunidades indígenas mais expostas ao contato.

Como vimos, menos da metade das línguas indígenas brasileiras estão sendo estudadas presentemente, com documentação e análises, geralmente de cunho descritivo, já publicadas. Das demais, várias têm número de falantes tão pequeno que a sobrevivência da língua corre sérios riscos, como, por exemplo, no caso dos Avã-Canoéiros.

Outros tantos grupos, em decorrência de um contato permanente, estão ameaçados de perderem seus padrões culturais e lingüísticos. Muitos entre eles talvez já os tenham abandonado, sem que deles sem mais do que casuais vestígios.

Esta situação demanda estudos de caráter etnolingüístico, bem como a linguagem mítica, ritual e os campos semânticos da fauna e flora medicinal e de pajelança, antes que estes sejam influenciados, ou mesmo substituídos, por padrões nossos.

A partir do momento em que passa a haver intercâmbio, mesmo que intermitente, com grupos da sociedade envolvente, o Índio incorpora novos campos de experiência à língua nativa. Esta interferência, ini-

cialmente apenas lexical, pode levar à formação de uma língua de contato, dependendo da natureza do contato.

No seu estágio inicial, ela apresenta formas nítidas de pidginização e obedece a um desenvolvimento análogo ao observado em estudos de aquisição da linguagem. A maneira como se processa a interação determinará a longevidade dela e a sua evolução para uma forma de português que se aproxime do português regional.

O grau de progressão, a natureza e forma desta língua de contato estamos estudando, presentemente, com enfoque numa área que apresenta um quadro de acentuada diversidade lingüística e de interação com a sociedade nacional, como é o Alto Xingu.

Num estudo inicial com cinco informantes, procuramos analisar a frequência de aplicação da regra de concordância entre a pessoa verbal (primeira e terceira) e o verbo, partindo de enfoque teórico semelhante ao de Cedergren & Sankoff (1974). Os resultados vêm convergindo bastante com os de Harn & Lemle nas suas pesquisas realizadas com informantes de baixa escolaridade no Rio de Janeiro (1975).

Além deste enfoque sociolingüístico, vários outros poderiam ser estudados no âmbito das línguas indígenas. Assim, o bilingüismo é um tópico pouco abordado. Estudos desta natureza vêm sendo realizados com a língua Kamayurá por Rosa Virgínia Mattos e Silva (1969/72).

Várias áreas do Brasil se caracterizam por abrigar grupos indígenas de filiação lingüística diversa, porém com marcada uniformidade cultural. Áreas como o Xingu e o Uaupés apresentam este mosaico lingüístico, tendo sido estudadas aquele sob um enfoque etnolingüístico por Monod (1975) e este de um ponto de vista antropológico por Sorensen (1967). Ambos representam uma primeira tentativa de abordar o problema do multilingüismo, porém não esgotam o assunto do ponto de vista teórico.

Situação análoga ao multilingüismo parece repetir-se em menor escala em grupos que, por seu condensamento demográfico, são levados através de casamentos intertribais a situações de interrelacionamento lingüístico estável. No momento estamos desenvolvendo um estudo sob este enfoque com alunos do Museu Nacional, no grupo Yawalapití do Alto Xingu.

Outro aspecto que merece atenção da sociolingüística seria o estudo da correlação entre as variáveis sócio-culturais e o grau de fluência na língua nacional, pois parece existir uma correlação direta entre o estágio de contato e o domínio do português.

Um exame das línguas em estudo pelo Summer Institute of Linguistics confirma esta situação (Relatório, SIL, 1973). Assim, gru-

pos autônomos, como os Jūma, Surui, Mamaindê, se mantêm monolíngües, enquanto os Hixkaryãna, Jamamadî, Mura-Pyrahã, Kaiwã, que estão em contato intermitente, revelam um certo grau de bilingüismo, que se acentua em grupos como os Apalaí, Bacairi, Assurini, etc., vivendo em situação de contato permanente.

No entanto, apesar desta nítida correlação, há grupos que fogem à previsão. Como explicar, por exemplo, os hábitos lingüísticos dos Maxakali, no Estado de Minas Gerais, que vivem em contato permanente com a sociedade envolvente, porém conservam língua e costumes, situação análoga ocorrendo com os Fulniô em Pernambuco e outros grupos tribais?

Paralelamente aos aspectos acima mencionados, ainda outra situação exige uma participação dinâmica da lingüística, em especial da lingüística aplicada. Trata-se da alfabetização bilíngüe. Implantada pelo Estatuto do Índio, através da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe no Título V, Artigo 49, que "a alfabetização dos Índios far-se-á na língua do grupo a que pertençam, e em português, salvaguardado o uso da primeira", a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) desenvolve no momento quatro projetos de educação com a colaboração do Summer Institute of Linguistics: Projeto Kaingang nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Projeto Karajã na Ilha do Bananal (Aldeia Macaúba), Projeto Xavante, em Mato Grosso e Projeto Guajajara no Maranhão.

É objetivo da educação bilíngüe alfabetizar o indígena na língua materna e gradativamente introduzir o português, inicialmente oral, até atingir um estágio de fluência que permita a alfabetização em português. Sua meta é constituir "uma ponte de transição pela qual o indígena possa e deve se autopromover, autovalorizar e se emancipar, possibilitando a sua integração na vida e no sistema de educação nacional" (Relatório do SIL, p. 70, 1973).

Pela sua própria estrutura a educação indígena vem exigindo um maior envolvimento de educadores e lingüistas, através do treinamento de monitores indígenas, preparação de material didático e cartilhas, nas respectivas línguas nativas.

Como monitor, o índio é chamado a colaborar. Selecionado pela própria comunidade e munido de um treinamento especial, cabe a ele tornar-se o professor de seu grupo tribal.

Com a progressão dos projetos ele se torna também o responsável pela elaboração de seu material didático, para o que é orientado em seminários de literatura indígena. Esta mais recente experiência visa a treinar o índio para produzir textos com temática e estilo calcados

nos próprios padrões culturais e lingüísticos.

Além da autovalorização pretendida na formação do monitor, está implícita a possibilidade dele vir a desenvolver, através do conhecimento mais consciente das estruturas da sua língua materna, interesses lingüísticos e tornar-se, num futuro não muito longínquo, o lingüista de seu próprio grupo, se incentivado para tanto.

Confrontando esta situação com um passado não muito remoto, podemos dizer que o progresso foi considerável. Em termos de realidade brasileira, no entanto, a colaboração de número cada vez maior de entidades que se dedicam à pesquisa e à lingüística aplicada é imprescindível, sobretudo se pensarmos naquelas comunidades que no contato perderam padrões culturais e lingüísticos vitais a sua sobrevivência como indivíduos e como grupo étnico e necessitam de uma ponte de transição para o mundo dos brancos e para si mesmos.

QUADRO III
DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS POR
DELEGACIAS REGIONAIS DA FUNAI E PARQUES INDÍGENAS

1ª DC

GRUPOS INDÍGENAS
EM VIAS DE INTEGRAÇÃO

MURA-PIRAHÁ	ARAPACO
MUNDURUKU	WAIKINA
MAHE (SATARÉ)	YANANA
MURA	PIRATAPUIO
KULINA	HIRITI-TAPUIO
APANÁ	BUXÁGANA
TAPIANA	TSELÔA
DESANA	BARÁ
TUKAPO-BETOYA	POKANGA
TUKUNA	NHUMACIARA
XOBEWA	PARAIMANARI
BANIWA	WITOTO
WANARA	MARUBO
HAKU	MAYORÔNA
KARUTANA	KATUKINA
HONDENE	KURINA
ARIPASO	YAMAMADJ
JURUPARI-TAPHIA	IPURINÁ
JAWAREYÉ-TAPUIA	KANAMARI
IRÁ-TAPUIA	OMÁQUA
KAUÁ-TAPUIA	PANIXANA
SIUCI-TAPUIA	YANOMANI (WAIKÁ)
PACU-TAPUIA	ATROAFI (ATRUANI)
UÇÁ-TAPUIA	WAIMIRI
YPECA-TAPUIA	YUMA
KARAPAHÁ	PIPATAPUIO
BAÛNA	KAXARARI
TIJUCA-TAPUIA	PAUNARI
TUKANÁ	YUBERI

JAUARA
PARINTINTIN
ARARAWA

GRUPOS INDÍGENAS ISOLADOS

WAIMIRI
ATPOARI (ATRUANI)
WAI-WAI
MAWAWA
UASSANI
PARIKI
ANFIYA
YANOMANI (WAIKĀ)
PARAHORJ
AJWATERI

PAKIDĀI
BARAWANA
SURARA
GUANAPIBO
YABAANA
MANDAWAKA
KAMA
MAKU
WARIKENA
MARUBO
YUMA
MAYOPUMA
MAYĀ
KUERETU
KAKUNABODO (PUINAVE)
YUMANA
WUAINUMA
YAUAPERI
PAKATĀI
DANANTĀI
KUATATĒRI
MARAXITĒRI
PARIHITĒRI
MAITĀ
XAMATARĒ
AIPO-SISSI
WABUI
HICHKARUYANA
AFĒHNE
BOCA NEGRA
CINTA LARGA (KAWAHYB)

KUBEN-BRAN-KEIN (KAIAPŌ)
KOKPAIMORO (KAYAPŌ)
KARARŌ (KAYAPŌ)
KARAJĀ
MENKRAGNOTIPE (KAYAPŌ)
MUNDURUKU
PIANOKOTO-TIRIYŌ
PALIKUR
PARAKANAN
LURUI (MUDJETIRE)
TEMBE (TENETEHARA)
TUPIWARA
URUKUYANA
WARIKYANA
XIKRIN (KAYAPŌ)

GRUPOS INDÍGENAS ISOLADOS

ARIMCHOTŌ
ARAPAGOTO
APAMINTCHŌ
AKURIYŌ
AHI
ARARA
APAMA
DULUDY
PARAKAKARU
TURUAPU
HICHKARUYANA
ITIIYANA
KUKUYANA
KARAHUYANA
KAYAGADJANA
KAIKUTS-YANA
KAIKUIDJANA
KUAYANA
KREEN-ARAKŌRE (KRENAKORE)
KAPITĀ
KARAPĀUYANA
KURUPĀUYANA
KALINA
KUMUYANA
KRAPTĒ
MAIPURIDJANA
MARAHCHŌ
MAWAYANA
MAWARI
MAOPITYAN
MAWAYANA
MARĀCHA
MURĒYANA
MOHEYANA
MEPEYŌ
PATCHUKUI
MEBĒWĀ
MEKYANA
CIAMPIK
OKOMOYANA
GEBRIKŌ
PIAJTŌNO
PIANOIKA
PARAKANAN

2^o DR

GRUPOS INDÍGENAS
EM VIAS DE INTEGRAÇÃO

APALAT (APARAT)
ASUPINI
DIŌRE
EMERILLON
GALIBI
GOROTIPE (KAYAPŌ)
GAYĀŌ (PUKOBIE E NATIGE)
KAYABI
KARIPUNA

PIANOISI
PĀKUFADJANA
PAUXI
PATAGANJANA
PIAKŪI
PĀŪYANA
PIANOKOTŌ - TIRIYŌ
PĀRUKOTŌ - XAPUMA
RĀCU-PKI
SIKJANA
TIRIYŌHETĒSSEM
TOTŌ-IJŌ
TOHARĀUMARE
TCHĒPĒU
TUNAYANA
TANAYANA
TCHIKŌYANA
TCHIHAYANA
TCHAGŌYAKA
TCHURUTAYANA
TĀPIPIYŌ
TOTŌRŌ
TCHURMŌTĀ
HAYNANĀ
UFINI
UIAPII
WYANA
WĀRIPI
WAMA
WĀYARIKURĒ
WĀBUŪ
XONĀWĀ
WĀRYANA
WĒYANA
WŌTĒHĒYANA
YANĀPĒMEYANA
YĀTHEYANA
WĒREYANA

3^a DE
GRUPOS INDÍGENAS
EM VIAS DE INTEGRAÇÃO

ATI KUM
FULHIĒ
KĀRIPI - XUKURU
KĀRĀRI - XOKŌ
KĀRIPI
KAMBĪWĀ
PŌTIGUARA
PANKĀRĀRU
TUXĀ
WĀKONĀ
XUKURU

4^a DE
GRUPOS INDÍGENAS
EM VIAS DE INTEGRAÇÃO

GUARANI
KAIANGANG
TERĒNA
XOKLĒNG
XETĀ

5^a DE
GRUPOS INDÍGENAS
EM VIAS DE INTEGRAÇÃO

BAKĀIRI
BORŌBO
IRANTXE
KAYABI
KĪBEN-KRAN-YANRANTI
APIAKĀ
MENKU (IRANTXE)
MENKU
EPICPACTSĀ (CANDEIRO)
NAMRIKĪARA
(NĀGAROTU, NĀMAINDĒ,
WĀSUSU, SARARĒ,
SĀRANĒ, ALANTESU)
PĀPESĀ (ARETI)
UMUTINA

GRUPOS INDÍGENAS ISOLADOS

APIAKĀ
ERIGPACTSĀ (CANDEIRO)
KUBEN-KRAN-YANRANTI
MENKU (IRANTXE)

6^a DE
GRUPOS INDÍGENAS
EM VIAS DE INTEGRAÇÃO

APĀNIEKA (CANELA)
GAVIĀO (PUKŌBIĒ)
KĒM-YĒ (TIMBIRA)
KĀIKATI (TIMBIRA)
GUĀJAJĀPA (TENĒTEHARA)
KĀNKŌKĀMEKĀ (CANELA)
TEMBE (TENĒTEHARA)
URĪBU-KĀPOR
GUĀJĀ

GRUPOS INDÍGENAS ISOLADOS

GUĀJĀ

7^a DRGRUPOS INDÍGENAS
EM VIAS DE INTEGRAÇÃO

APINAYÉ
(TIMBIRA)
AVA-CANOCIRO
KARAJÁ
KRAHÓ
(TIMBIRA)
XAMBIOÁ
XERENTE
XAVANTE

GRUPOS INDÍGENAS ISOLADOS

AVÁ-CANOCIRO

8^a DRGRUPOS INDÍGENAS EM VIAS
DE INTEGRAÇÃO

ARUÁ
ARIKAPU
ARARA
AKAHUAKA
GAVIÃO (TUPI)
JABUTI
KAPITIAMA
KAXINAWA
KANAMAPI
KARIPUNA (ELOF)
KONTAKÍPO
KAPPA
KONTAKAKA
KAPIXANA
KANOÉ
KANI TENEPI
KARINAWA
MAKURAP
MONDE
NUKUNTI
KANSIKHARA (HAMMINGO, NAGAROTU)
POYARAWA
PAKAE-NOVA (URUPÁ-KWINE)
SURAPA
TUXINAWA
TUKUPINA
TUPARI
URUPÁ
XIPINAWA

GRUPOS INDÍGENAS ISOLADOS

AMNIAPÉ
BOCA PRETA
BOCA NEGRA
KANOÉ
KAPIXANA
KARIPUNA

KABIXI
MASSAKÁ
MAKURAP
PALMELA
URUPÁ-KWINE
UPUKU-DIGUT
URU-EU-WAU-WAU
WAIDORÓ
GUARATECUAJA

9^a DRGRUPOS INDÍGENAS
EM VIAS DE INTEGRAÇÃO

GUARANI
KAIWA
KADIWÉU
TERENA

10^a DRGRUPOS INDÍGENAS
EM VIAS DE INTEGRAÇÃO

ATROARI (ATRUANI)
HICKAPUYANA
MAKUXI
TAULIPANG
WAPITXANA
JAWARI
YANOMANI (WAIKÁ)
YANOMANI (MINAN)
YANOMANI (SAMUMAN)
INGARIKÓ

GRUPOS INDÍGENAS ISOLADOS

ATROARI (ATRUANI)
TEKUANA
UASSANI
WAIMIRI
WAI-WAI
YANOMANI (WAIKÁ)
YANOMANI (MINAN)
YANOMANI (SAMUMAN)

11^a DRGRUPOS INDÍGENAS
EM VIAS DE INTEGRAÇÃO

GUARANI
KAMAKAN
KRENACK
MAXAKALI
PATAXÓ
XAKRIABÁ
TUPINIONIM

PQARI

GRUPOS INDÍGENAS
EM VIAS DE INTEGRAÇÃO

CINTA LARGA (KAWAHYB)
SUPUY (KAWAHYB)

GRUPOS INDÍGENAS ISOLADOS

CINTA LARGA (KAWAHYB)
SUPUY (KAWAHYB)

GRUPOS INDÍGENAS ISOLADOS

AKURIYŌ
KUKUYANA
PIANDI
PIANOKOTŌ-TIRIYŌ
PIANOKOTŌ-XARUMA
TCHIKAYANA
TIRIYORŌTESSEN
WAMA
WAPARIKURE

PQARA

GRUPOS INDÍGENAS
EM VIAS DE INTEGRAÇÃO

JAVAE
KARAJĀ
TAPIRAPE

POXIM

GRUPOS INDÍGENAS
EM VIAS DE INTEGRAÇÃO

AWETI
IHALAPITI
JUPUNA
KALAPALO
KUIKURO
KAWAYUPĀ
KAYABI
MEINAKU
NANUKŪ-MATIPĪ
SUYĀ
TRUNAI
TXUKARRANAE (KAYAPŌ)
TAPUYUNA
TXIKĀN
KAUPĒ
KPEEĪ-ĀKAROPE (KPENAKORE)

POTUI

GRUPOS INDÍGENAS
EM VIAS DE INTEGRAÇÃO

APALAT (APARĀI)
PIANOKOTŌ-TIRIYŌ
URUKUYANA

Fundação Nacional do Índio. ASTEC, 1975.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

CONVENÇÕES	
	POSTOS DE SITUAÇÃO
	RESERVAS FUNDADAS
	ÁREAS INTERIORES
	POSTOS INTERIORES
	ALDEIAS
	FALSOIAS INTERIORES
	LIMITES DO REGIÃO
	LIMITES INTERIORES
	LIMITES INTERIORES
	CIDADES E CÔRPORES

SA - ASPLAN
 GOVERNADOR DO PARANÁ
 1960
 ESCALA 1: 5.000.000

Estes dados constam do mapa original.

BIBLIOGRAFIA

- CEDERGREN, H. J. and D. Sankoff. "Variable rules: performance as a statistical reflection of competence". Language, Vol. 50, nº 2, 1974.
- Estatuto do Índio, Fundação Nacional do Índio, 1974.
- MAYTOS E SILVA, Rosa Virgínia. "Informação preliminar sobre o português falado na aldeia Kamayurã". Revista de Antropologia, nº 17-20, 1969-72.
- MONOD, Aurore. La Pratique Linguistique des Indiens Trumai, Tome I. Société d'Études Linguistiques et Anthropologiques de France, Paris, 1975.
- NARO, A. J. and H. Lemle. Variation and the Synchronic / Diachronic Dichotomy. PUC/RJ & UFRJ, 1975.
- RIBEIRO, Darcy. Línguas e Culturas Indígenas do Brasil. Educação e Ciências Sociais, nº 6, 1957.
- RODRIGUES, Aryon D. "Línguas Ameríndias", in Grande Enciclopédia Delta Larousse, Vol. 9, p. 4034-36, 1972.
- "Os Estudos de Linguística Indígena no Brasil". Revista de Antropologia, XI, 1963.
- SORENSEN JR., A. P. "Multilingualism in the Northwest Amazon". Sociolinguistics, ed. J. B. Pride & J. Holmes, Penguin, 1974.
- SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS. Relatório de Atividades. Brasília, 1973.

LÍNGUAS ASIÁTICAS

Mary A. Kato e Leila Bárbara
(PUC-SP)

0.1. O presente relatório resumir-se-á a expor resultados preliminares obtidos numa pesquisa piloto efetivada na colônia japonesa radicada no Estado de São Paulo. Os objetivos dessa pesquisa piloto foram a) testar a metodologia utilizada para extrair as informações desejadas e b) a partir dos seus resultados, levantar certas hipóteses, que poderão ou não ser consubstanciadas numa pesquisa mais ampla, pesquisa essa que se pretende empreender, se houver condições materiais e humanas para isso, não só dentro da colônia japonesa como também em outras comunidades minoritárias, orientais ou não.

0.2. Essa pesquisa mais ampla terá como objetivos: a) descrever e testar os possíveis tipos e graus de bilingüismo existentes nas comunidades analisadas; b) descrever as possíveis variantes operantes na escolha lingüística do falante; c) tentar estabelecer se há fatores que co-variam com a diferença na proficiência em uma ou em outra língua. Os dois primeiros objetivos têm interesses nitidamente sociolingüísticos enquanto o terceiro tem implicações psicolingüísticas, na medida em que envolve análise dos fatores operantes no processo da aquisição e da aprendizagem¹.

0.3. Para a pesquisa piloto optou-se por uma metodologia de trabalho que garantisse em pouco tempo, embora com limitações, uma primeira visão do quadro real da situação analisada. Foi elaborado um questionário, constituído basicamente de questões de múltipla escolha, mas contendo também algumas de respostas abertas a fim de tornar possível a codificação dos itens de escolha ou a rededinição das categorias existentes, porém mal-formuladas. O questionário visa a obter informações dos seguintes tipos: a) dados demográficos; b) nível de proficiência nas quatro habilidades; c) condições de uso de cada língua; d) atitude e e) uso de formas de tratamento. Esses questionários foram aplicados por estudantes de pós-graduação em lingüística na PUC de São Paulo, 'nissai' ou não, e membros da colônia japonesa interessados neste tipo de pesquisa. O entrevistador fez as perguntas oralmente e marcou as respostas nos formulários, registrando numa folha à parte ou no verso do questionário qualquer dado adicional sobre o informante². Para informante, foram escolhidas apenas 'nissai', isto é, membros da comunidade nascidos no Brasil, mas com pais de nacionalidade japonesa. O informan

te deveria fornecer dados sobre si mesmo, sobre seus pais e sobre seus filhos se os tivesse³. Ao todo foram entrevistados 108 sujeitos assim distribuídos:

QUADRO I

Residência	Capital			Interior			
	Idade ⁴	≤25	26-40	>40	≤25	26-40	>40
Sexo							
Homem		10	10	10	8	8	8
Mulher		10	10	10	8	8	8
Soma		20	20	20	16	16	16
Totais		60			48		
Total geral		108					

0.4. A tabulação dos dados deu os seguintes percentuais nas questões demográficas:

QUADRO II

Residência		Capital	Interior
		60 amostras	48 amostras
1. Prenome	a. brasileiro	60,0%	45,0%
	b. japonês	40,0%	55,0%
2. Escolaridade ⁵	a. Ø	-	-
	b. I	1,7%	20,5%
	c. II	13,3%	13,6%
	d. III	18,3%	18,2%
	e. IV	11,7%	9,1%
	f. V	55,0%	38,6%
3. Origem	a. Interior	61,7%	89,6%
	b. Capital	38,3%	10,4%
4. Ocupação ⁶	a. E	30,0%	18,8%
	b. PL	33,3%	10,4%
	c. PD	16,7%	12,5%
	d. V	20,0%	58,3%

Os seguintes fatos podem ser observados no quadro IV:

- A grande maioria dos 'nissei' é bilíngüe, bilíngüe aqui não entendido como aquele que é plenamente proficiente nas quatro habilidades lingüísticas: compreensão, produção oral, leitura e escrita, mas que o é em algum grau em pelo menos uma dessas áreas. Teríamos, portanto, bilíngües de vários tipos, segundo a nomenclatura de Mackey (1969: 555), desde o completo até o passivo compreendendo em tre esses extremos o parcial e o incipiente.
- A ausência de membros da categoria J-P e a pequena incidência na categoria JP-P (apenas um sujeito) em oposição à grande porcentagem de sujeitos nas categorias J-JP e JP-JP (80,5%) parece indicar que, uma vez que o indivíduo aprendeu o J como primeira língua, houve condições favoráveis para a sua manutenção.
- A língua usada em casa ou a língua a que o sujeito foi mais exposto na fase de aquisição foi o J para 58,3% dos informantes, o J e o P para 23% e o P para apenas 18,5%.
- A incidência maior do tipo P-JP sobre P-P, somente na Capital, faz crer que o estudo do J como segunda língua possa ser motivado por orientação instrumental.⁹

QUADRO V

Idade \ Tipo	≤ 25	26-40	> 40	
J-JP (63)	27,0%	34,9%	38,1%	100%
JP-JP (24)	50,0%	37,5%	12,5%	100%
JP-P (01)	-	100,0%	-	100%
P-JP (13)	15,4%	30,8%	53,8%	100%
P-P (07)	71,4%	14,3%	14,3%	100%

- Observe-se que há maior número de elementos P-JP nas faixas etárias acima dos 25 anos, o que parece corroborar a hipótese de que a motivação para a aprendizagem do J seja instrumental.
- As categorias JP-JP e P-P crescem em proporção inversa à idade enquanto as categorias J-JP e P-JP crescem em razão direta à idade. É possível, portanto, que a maioria dos 'nissei' mais jovens tenham

sido criados em ambientes bilíngües JP ou monolíngües P, podendo - se pressupor que os pais desses 'nissei', apesar de nascidos no Japão, são bilíngües razoavelmente competentes no P.

QUADRO VI

Proficiência na fala do	nada e pouco		regular e bem			
	Progenitor		Progenitor			
Tipo	Pai	Mãe	Pai	Mãe		
J-JP	34,0%	56,1%	66,0%	43,9%	100%	100%
JP-JP	22,8%	33,3%	76,2%	66,7%	100%	100%
P-P	66,7%	33,3%	33,3%	66,7%	100%	100%

- a. Note-se que este quadro reforça a suposição acima para a categoria JP-JP, conquanto surpreendentemente não o faça para a categoria P-P. É possível que numa amostragem mais ampla, contudo, o mesmo padrão de JP-JP seja obedecido. Outra explicação plausível seria a de que a proficiência da mãe pesa mais na fase de aquisição do que a do pai.

QUADRO VII

Tipo	Sexo		
	Homem	Mulher	
J-JP	42,9%	57,1%	100%
JP-JP	52,3%	47,7%	100%
JP-P	100,0%	-	100%
P-JP	53,8%	46,2%	100%
P-P	71,4%	28,6%	100%

- a. O quadro evidencia que somente na categoria J-JP há mais mulheres do que homens.

QUADRO VIII

Área de Proficiência ¹¹ Tipo	Compreende	Compreende e fala	Compreende fala, lê e escreve	
J-JP	3,8%	24,5%	71,7%	100%
JP-JP	16,7%	62,5%	20,8%	100%
P-JP	-	61,5%	38,5%	100%

- a. Observa-se que a categoria J-JP é a que apresenta a maior porcentagem de bilíngües com as quatro habilidades, sendo que os bilíngües passivos perfazem apenas 3,8% do total dessa categoria.
- b. A categoria JP-JP tem mais de 60% de seus membros com habilidade para compreensão e produção oral, mas apenas 20,0% com proficiência nas quatro habilidades. É o grupo que apresenta maior número de bilíngües passivos.
- c. É curioso notar que a categoria P-JP não tem membros bilíngües passivos e tem maior número de bilíngües com as quatro habilidades do que o grupo JP-JP. A explicação desses fatos talvez esteja na orientação instrumental que proporciona alta motivação para a aprendizagem da língua.
- d. Usando-se as conclusões dos quadros VII e VIII como premissas podemos montar o seguinte silogismo:
1. Há mais mulheres na categoria J-JP
 2. A categoria J-JP é a que apresenta maior número de bilíngües completos
- Logo
3. Há mais mulheres com proficiência nas quatro habilidades.

Esta conclusão é atestada pelo quadro IX abaixo, que relaciona área de proficiência com sexo do informante.

QUADRO IX

Área de Proficiência \ Sexo	Sexo		
	Homem	Mulher	
C (03)	66,7%	33,3%	100%
CF (18)	44,4%	55,6%	100%
CFLF (22)	45,5%	54,5%	100%

QUADRO X

Tipo \ Falas	Falas				
	Pouco	Regular	Razoavelmente	Bem	
J-JP (62)	14,5%	15,5%	25,8%	24,2%	100%
JP-JP (20)	25,0%	25,0%	30,0%	20,0%	100%
P-JP (13)	15,4%	46,2%	15,4%	23,1%	100%

- a. A categoria J-JP é a que apresenta o maior número de falantes com proficiência máxima na produção oral e a menor porcentagem em indivíduos com proficiência mínima.
- b. A categoria JP-JP é a que apresenta o menor número de falantes com proficiência máxima na fala.
- c. A categoria P-JP parece ser, à primeira vista, mais proficiente do que JP-JP. Se recategorizarmos, porém, os níveis acima em apenas duas categorias, teremos os falantes de P-JP distribuídos mais na faixa menos proficiente enquanto os falantes de JP-JP se acham igualmente distribuídos nas duas faixas.

QUADRO XI

Tipo \ Falas	Falas		
	Pouco ou regular	Razoavelmente ou bem	
JP-JP (62)	50,0%	50,0%	100%
P-JP (13)	61,6%	38,5%	100%

Resumindo, temos o seguinte quadro geral:

Tipo	Características
J-JP	<ul style="list-style-type: none"> -É o maior grupo. -Cresce em proporção direta à idade. -Há mais mulheres do que homens. -É o que apresenta maior porcentagem de bilíngües com as quatro habilidades e o menor número de bilíngües passivos. -É o que apresenta maior número de falantes com proficiência máxima na fala e menos porcentagem com proficiência mínima.
JP-JP	<ul style="list-style-type: none"> -É o segundo em tamanho. -Cresce em proporção inversa à idade. -Os pais ou um dos pais é razoavelmente proficiente no P em produção oral. -Há mais homens do que mulheres. -Há mais de 50% com habilidade para compreensão e produção oral, mas apenas 20,0% com proficiência para as quatro habilidades. -É o que apresenta o menor número de falantes com proficiência máxima na fala. -No conjunto, é mais proficiente do que o grupo P-JP.
P-JP	<ul style="list-style-type: none"> -Constitui apenas 12,0%. -O estudo do J parece ser motivado por orientação instrumental. -Cresce em proporção inversa à idade. -Há mais homens do que mulheres. -Não há bilíngües passivos e apresenta uma porcentagem maior de bilíngües com as quatro habilidades do que o grupo JP-JP. -No conjunto, são os menos proficientes em produção oral.

1.7. Com relação às perguntas relativas ao uso do J, tivemos os seguintes resultados:

QUADRO XII

Pessoas com quem fala Japonês	Capital	Interior
a. japoneses recém-vindos	64,3%	46,0%
b. avós ou pessoas da geração dos avós	67,9%	57,0%
c. pais ou pessoas da geração dos pais	78,9%	98,0%
d. outros 'nissei'	17,9%	44,0%
e. filhos ou pessoas da geração dos filhos	12,5%	24,0%

- O 'nissei' usa o J basicamente na comunicação com os mais velhos e com os japoneses recém-chegados.
- Há uma maior tendência à preservação do J, através das gerações, no interior do que na capital.
- O contacto do 'nissei' com japoneses recém-vindos é pouco maior na capital do que no interior.

QUADRO XIII

Assuntos em que fala japonês	Capital	Interior
a. casa e família	87,5%	90,2%
b. trabalho e profissão	25,0%	46,3%
c. política, arte, religião	10,7%	31,7%
d. outros ¹³ Qual(is): _____	5,4%	4,9%

- O domínio¹⁴ em que mais se fala J é casa e família, tanto no interior como na capital.
- Nos diversos domínios, fala-se mais J no interior do que na capital.
- Dos subdomínios de c., o que foi mais referido foi religião, seguido de arte e, depois, de política.
- Entre os itens outros foram mencionados: esportes, banalidades e qualquer assunto.

0.8. Afim de se colher alguns dados relativos a registro, introduziu-se uma questão relativa a formas de tratamento no questionário:

QUADRO XIV

Das seguintes formas de tratamento, quais você		
	a) sabe quando usar	b) usa
a. anata ou anta		
b. kimi		
c. omae		
d. watashi		
e. washi		
f. ore		
g. boku		
h. kare		
i. kanojo		
j. odissam (a)		
k. Nissam (nicham)		
l. obaactam (a)		
m. okaassam (a)		
n. nome + sam		
o. nome + cham		

Faremos aqui a apresentação dos resultados obtidos apenas na coluna (b), introduzindo, ao mesmo tempo, uma explicação esquemática do uso das formas de tratamento incluídas no questionário.

QUADRO XV¹⁵

Locutor → Interlocutor	Referente	% dos que usam
♂ → ♀	kare ♂	30%
	kanojo ♀	26%
♀ → ♂	kare ♂	31%
	kanojo ♀	18%

- a. As formas kare e kanojo são relativamente pouco conhecidas e pouco usadas pelo nissei, que prefere usar o nome próprio ou, no caso de desconhecê-lo, um sintagma nominal completo como aquela pessoa (ano kata).
- b. Observe-se o fato pitoresco de que há mais homens que usam a forma kanojo (ela) do que mulheres, o inverso sendo também verdadeiro.

QUADRO XVI

locutor	Interlocutor	
	odissam(a)	(+velho, +íntimo) ¹⁶
	nome + sam	(+íntimo, +respeito)
	(o)nissam(a)	=irmão ou cunhado mais velho
	okaassam(a)	=mãe ou sogra
	ohaacham(a)	=avô
	nome + cham	(+íntimo, +afetivo)
		} 87,8%

A grande maioria dos informantes usa as formas acima com interlocutores consanguíneos ou não.

QUADRO XVII

Locutor	Interlocutor	
♂		
boku 79%	anata (<idade, +íntimo)	65%
watashi 49%	anta (<idade, +íntimo)	
ore 42%	kimi (<idade, +íntimo)	51%
washi 19%	onae (inferior)	28%
boku	nome + sam	
	odissam(a)	
	an(a)ta	
	kimi	
	ore	
	nome + cham	
watashi	nome + sam	
	odissam(a) (?)	
	anata	
	*anta	
washi	*anata	
	anta	
	kimi (?)	
ore	nome + sam	
	odissam(a) (?)	
	kimi	
	anta	
	*anata	
	kimi	
	onae	

- a. As formas usadas para primeira pessoa masculina, na colônia, são, em ordem de porcentagem, boku, watashi, ore e washi.
- b. Indicamos, no mesmo quadro, as formas de segunda pessoa com que cada forma de primeira pessoa pode ocorrer. Boku é a forma mais neutra, podendo ser usada tanto em situações relativamente formais como também em situações descontraídas, resultando desse fato a alta porcentagem do seu uso. Ore é a seguinte em restrições, não podendo ser usada em situações muito formais. Washi, uma forma já bastante rara e usada muito pela primeira geração, é a que tem maiores restrições; daí sua baixa porcentagem. O resultado com relação a watashi foi surpreendente, pois trata-se de uma forma utilizada por locutor masculino somente em situações muito formais.
- c. Há falantes que usam apenas uma das formas acima elencadas para primeira pessoa, mas há também aqueles que usam até quatro formas. No quadro abaixo encontra-se a descrição percentual das combinações encontradas:

QUADRO XVIII

ore, boku, washi e watashi	10,3%
ore, boku e watashi	12,8%
ore, boku e washi	5,1%
ore e boku	7,7%
ore e watashi	5,1%
boku e watashi	23,1%
washi e watashi	2,6%
sō boku	26,7%
sō ore	2,6%
sō watashi	2,6%

- d. Com relação à segunda pessoa, há da mesma maneira que em c., falantes que usam apenas uma forma, levando-nos a crer que usam J num domínio restrito, como também outros que usam as três formas e, portanto, que utilizam o J em vários domínios. Abaixo estão os percentuais de cada combinação encontrada:

QUADRO XIX

an(a)ta, kimi e omae	22,0%
an(a)ta e kimi	22,0%
an(a)ta e omae	2,4%
omae e kimi	4,9%
sô an(a)ta	22,0%
sô kimi	4,9%
nenhuma forma	22,0%

É preciso que se aponte como uma falha em nosso questionário não termos feito a distinção das formas anata e anta. Embora a segunda seja apenas uma corruptela da primeira, da mesma maneira que em watashi e washi, a forma fonologicamente mais curta corresponde a um registro menos formal e/ou menos elegante. Sendo assim fica-se sem saber se aquele que usa an(z)ta e kimi usa a) anata e kimi, b) anta e kimi ou ainda anata, kimi e anta, o que é perfeitamente possível. Podemos supor por ex. um falante que se dirige a) a um elemento não-intimo, do mesmo sexo ou não e da mesma faixa etária, usando a forma anata, b) a um elemento amigo, do mesmo sexo e da mesma faixa, usando a forma kimi, e c) a uma criança, usando anta. Apesar dessa falha, podemos observar alguns aspectos interessantes no quadro XIX:

- a. 22% dos falantes não usa forma alguma para se dirigir ao interlocutor de faixa etária igual ou inferior. Duas situações são possíveis nesse caso: a) o falante tem ocasiões de conversar com pessoas de faixa etária igual ou inferior, mas quando o faz não usa forma de tratamento; b) o falante não tem ocasiões de falar J com pessoas dessas faixas¹⁷. É de se supor que esse caso seja o mais frequente, dado que no quadro XII vimos que a grande maioria dos 'nisssei' usa J para se comunicar com os mais velhos e poucos com outros 'nisssei'.
- b. Omae, que pressunõe do locutor um status superior em relação ao interlocutor, podendo ser usado pelo chefe ao dirigir-se ao empregado, pelos pais ao se dirigirem aos filhos e muitas vezes pelo marido ao se dirigir à esposa, tem baixa ocorrência, o que nos leva a crer que a maioria dos 'nisssei' ou é mais democrática ou não fala J quando tem interlocutores desses tipos.

- c. A forma kimi, considerada a mais apropriada para um falante do sexo masculino dirigir-se a um interlocutor do mesmo sexo, faixa etária igual ou inferior, é usada por apenas 51% dos sujeitos, segundo os quadros XVIII e XIX, sendo em seu lugar usadas as formas an(a)ta ou Ø.

QUADRO XX

Locutor		Interlocutor	
♀			
watashi	96,0%	an(a)ta	85,7%
*washi	2,0%	?kimi	6,1%
*ore	8,2%	omae	16,3%
*boku	8,2%	nenhum	16,3%
<p>watashi → anata</p> <p>watashi → anta</p> <p>watashi → orae</p>			
anata, kimi e omae		6,1%	
anata e omae		10,2%	
an(a)ta		67,3%	
nenhum		16,3%	

- a. 96% das informantes usa watashi, que é a forma apropriada para o locutor feminino.
- b. Formas não apropriadas ocorreram com falantes cuja proficiência lingüística é marcadamente baixa, o que nos leva a duvidar que a informante as usasse com fins humorísticos.
- c. Da mesma maneira que com os informantes masculinos, observa-se aqui uma alta porcentagem de sujeitos que não usam uma forma específica para dirigir-se a um interlocutor de faixa etária igual ou inferior, donde se conclui que ou o informante evita usar formas de tratamento de 2ª pessoa ou não tem ocasião de usá-las.

A conclusão geral a que se chega com relação às formas de tratamento usadas pelo 'nissei' é a de que há uma tendência a usar formas mais neutras com maior abrangência de tipos de referentes, mesmo que para isso adote-se uma forma considerada de menos prestígio como anta ou de escopo menos abrangente como odissan.

0.9. Nada a exatidão do tempo disponível para tabular e relatar os resultados da pesquisa piloto, apenas alguns de seus aspectos foram apresentados. Os dados a respeito dos pais e filhos do informante bem como a interpretação das respostas às perguntas sobre atitude, por exemplo, não constam deste relatório. Em vista disso, as conclusões e generalidades tiradas até o presente momento devem ser tomadas somente como preliminares.

NOTAS

01. É comum na literatura fazer-se a distinção entre os termos aquisição e aprendizagem, reservando-se o primeiro para a primeira língua e o segundo para a segunda língua.
02. A alguns dos informantes de profissão liberal foi solicitado a) preenchimento de próprio punho e b) sugestões sobre os quesitos e formato do questionário.
03. Seguiu-se aqui a orientação da pesquisa feita na Nicarágua, na qual procurou-se obter dados sobre quatro gerações perguntando-se a cada sujeito sobre duas gerações ascendentes e uma descendente (vide Lieberson (1969)).
04. O menor informante tem 13 anos e o mais velho 56 anos.
05. I=primário; II=industrial; III=colonial; IV=profissional de nível médio; V=superior.
06. E=estudante; PL=profissional liberal; PD=prezadas domésticas; V=várias.
07. J=japonês; P=português; JP=japonês e português.
08. Nas categorias estabelecidas acima, poderíamos dizer que a) os tipos J-JP e P-JP são do tipo bilingue coordenado segundo Fishman (1964: pp. 431-434), isto é, daqueles que adquiriram uma das línguas com os pais, por exemplo, e a outra fora do lar; e b) os tipos JP-JP são do tipo composto, isto é, daqueles que cresceram num ambiente onde as duas línguas eram faladas pelas mesmas pessoas. Consultando-se os dados relativos aos pais, todavia, constatou-se que, embora a grande maioria tivesse pelo menos um dos pais que falava J e P com os filhos, há indivíduos nessa categoria cujos pais são ambos monolíngües de uma mesma língua. Portanto, para esses su

jeitos alguém além dos pais deve ter suprido o 'input' em português.

09. Lambert et alii (1972) postulam dois tipos de motivação para a aprendizagem da segunda língua: a instrumental e a integrativa. A primeira é aquela em que o estudo da segunda língua reflete mero valor utilitário da conquista lingüística e a segunda é aquela em que o estudo da segunda língua se faz no sentido de aprender sobre a outra comunidade cultural para se tornar um membro potencial do outro grupo.
10. Os níveis para as quatro habilidades, tanto para a proficiência do informante no J como para a proficiência dos pais no P, não foram graduados da maneira como está no quadro (nada, pouco, etc.), mas usando-se certos referenciais um pouco mais concretos para o falante poder se situar melhor. Por exemplo, para os pais a pergunta foi formulada da seguinte maneira:
- Fala
- a. só quando alguém fala bem devagar e misturando um pouco de J
 - b. alguns assuntos falados em ritmo normal
 - c. qualquer assunto em ritmo normal
11. No questionário, foram colocadas quatro categorias: C (compreende), CF (compreende e fala), CFL (compreende, fala e lê) e CFLE (compreende, fala, lê e escreve). Não tendo observado diferenças significativas entre CFL e CFLE resolveu-se juntar as duas categorias.
12. Vide nota 10.
13. As categorias novas que apareceram aqui foram: banalidades, esporte, 'fofocas'.
14. De acordo com Fishman (1964), o termo domínio é preferível ao termo função, que hoje é usado com outras conexões. Outros domínios seriam, segundo Schmidt-Rohr (Schmidt-Rohr, G. Muttersprache, Jena, Eugen Diederichs Verlag 1933, apud Fishman (1964)), o recreio e a rua, a escola, a igreja, a literatura, a imprensa, o exército, o juízo e a burocracia governamental.
15. Seguiu-se aqui o esquema utilizado por Biederman (1972/73: 371).
16. A forma odissam(a) é reservada por alguns falantes apenas para tios ou parentes masculinos mais velhos. Na colônia japonesa é muitas vezes usada não só para pessoas mais íntimas de mais idade como também para qualquer pessoa não íntima de sexo masculino mais velho que o locutor.

17. É o caso do relator 'nissel' desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

01. DIEDEPPIAN, M.T.C. (1972/3) "Formas de Tratamento e Estruturas Sociais", Alfa, 18/19, Parília.
02. FISHLAI, J. (1964) "Language Maintenance and Language Shift as a Field of Inquiry", Linguistics, 5(32-70).
03. LAMBERT, U.E. F.G. Garner e G. Clon (1972) "A Study of the Roles of Attitudes and Motivations in Second-Language Learning", in J. Fishman (1972) (ed.) Readings in the Sociology of Language, Mouton (473-491).
04. LIFGEPSON, S. (1969) "How Can We Describe and Measure the Incidence and Distribution of Bilingualism" in L. G. Kelly (1969) (ed.) Description and Measurement of Bilingualism: an International Seminar - University of Moncton (June 6-14, 1967), University of Toronto Press (285-295).

LÍNGUAS EUROPÉIAS

Paulino Vandresen

(UFSC)

1.0. Introdução - As línguas minoritárias européias, trazidas por grupos de imigrantes, podem ser abordadas sob diferentes aspectos e métodos dentro da lingüística. Antropólogos e sociólogos como Emílio Villens, Jean Roche, Egon Schaden apontaram importantes fatores sócio-culturais que têm papel decisivo na conservação e no estabelecimento de "prestígio" social para línguas ou dialetos. Há trabalhos extensivos sobre a interferência do português em vários "dialetos" alemães, particularmente sobre a interferência lexical. Há observações interessantes sobre funções e uso das línguas em contato e mesmo algumas descrições sistemáticas de dialetos alemães e italianos.

Apesar de um razoável número de trabalhos sobre as línguas européias no Brasil de forma geral podemos afirmar que o campo de pesquisas nesta área é vasto e pouco ou nada se fez, pelo menos em relação a algumas línguas européias.

2.0. Analisando os dados estatísticos disponíveis (Tabela I), observamos que imigraram para o Brasil até 1922 cerca de 510.814 espanhóis, 30.503 franceses e 19.455 ingleses (sem mencionar imigrantes americanos que aqui chegaram após a guerra da secessão dos USA). Não conheço nenhum trabalho sócio-lingüístico sobre estas línguas européias nem sobre as colônias belgas, holandesas, húngaras, gregas, etc.

TABELA 01

NÚMERO DE IMIGRANTES DO BRASIL NO 19 SÉCULO (Nash e IBGE)

DECADA	AFRICANOS (em milhares)	ITALIANOS	PORTUGUESES	ESPAÑÓLES	ÁRABES	FRANCOSES	ALEMANES	POLONES e RUSSES	AUSTRIACOS	INGLÊSES	SUÍÇOS	JAPANESES	DETRAS NACIONAL.	TOTAL
1821/30	450.000	-	-	-	-	-	1.894	-	-	-	-	-	5.439	457.333
1831/40	500.000	130	461	-	-	-	270	-	-	-	-	-	1.971	502.838
1841/50	550.000	5	461	132	-	273	2.719	-	-	232	332	-	2.573	555.795
1851/60	-	271	68.914	39	-	141	28.320	-	-	-	2.335	-	31.290	121.947
1861/70	-	1.973	50.162	571	-	2.556	12.772	-	104	2.815	833	-	22.615	97.571
1871/80	-	60.829	75.281	5.177	52	4.457	17.005	8.501	7.782	3.042	1.719	-	35.990	213.037
1881/90	-	1.295.053	2.117.761	39.799	103	5.160	22.628	28.337	6.537	1.180	1.008	-	14.068	2.530.906
1891/00	-	675.751	202.421	157.123	4.326	4.964	12.483	14.440	38.830	2.784	525	-	27.435	1.143.902
1901/10	-	215.891	228.171	137.613	19.704	4.795	17.623	17.221	15.990	3.815	2.125	-	46.295	698.249
1911/20	-	134.017	301.511	170.244	34.788	7.867	26.120	35.772	11.206	5.454	1.834	27.497	40.963	818.231
TOTAL	1.500.000	2.389.093	2.655.167	510.914	58.573	30.503	121.941	105.370	75.953	15.458	10.098	27.497	928.524	7.146.209

TABELA 02NÚMERO DE ESTRANGEIROS NO BRASIL

Ano do Censo	Brasileiros	Estrangeiros	% de Est.
1872	9.723.602	380.459	3,9%
1890	13.982.370	351.545	2,5%
1900	16.159.371	1.279.063	7,3%
1920	29.045.227	1.590.378	5,2%
1940	39.822.487	1.283.833	3,1%
1950	51.944.397	1.085.287	2,1%
1970	91.909.909	1.229.128	1,3%

Os dados oficiais sobre línguas minoritárias são os coletados pelos recenseamentos de 1940 e 1950 realizados pelo IBGE. Infelizmente, a informação coletada é muito escassa para uma apreciação completa sobre a manutenção dessas línguas ou para indicar um crescimento ou declínio no seu uso. O censo de 1920 revela somente o número de estrangeiros por nacionalidade indicando o estado da União em que estão radicados.

Em 40 e 50 temos informações sobre os que não falavam o português no lar, sem no entanto fornecer qualquer informação sobre o número de bilíngües em cada grupo minoritário. Por outro lado, o número de pessoas que declarou falar uma língua minoritária no lar é pequeno, se comparado ao número de estrangeiros e seus descendentes.

TABELA 03

PESSOAS DE MAIS DE 5 ANOS QUE NÃO FALAM PORTUGUES NO LAR (TAB.1)

LINGUA MATERNA	BRASILEIROS		NATURALIZADOS		ESTRANGEIROS		TOTAL	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950
ALEMAO	520.114	502.920	5.083	3.560	59.169	45.419	644.458	551.951
KRAJE	-	1.529	-	257	-	6.815	-	8.601
GUARANI - OUTRAS INDIGENAS	50.670	42.432	79	26	7.243	3.749	58.027	46.208
ITALIANO	405.024	352.804	5.776	4.399	47.069	27.474	458.054	285.689
JAPONES	70.475	95.307	2.007	3.181	119.395	101.920	192.598	200.991
POLONES	-	64.722	-	2.053	-	14.583	-	81.362
ESPAHOL	28.072	11.379	1.906	1.643	44.262	30.377	74.381	43.901
OUTRAS - LINGUAS	?	28.985	?	1.034	?	51.749	?	82.583
TOTAL	1.124.424	1.002.166	15.751	16.953	276.598	212.085	1.427.613	1.301.236

Esse fenômeno é facilmente compreensível se levarmos em conta a "Campanha da Nacionalização" e a situação do após guerra em que havia uma forte relutância para se declarar falante de alemão, italiano ou japonês. Mesmo assim, em 1950, mais de um milhão de brasileiros-natos não falava português no lar e mais de 400.000 declararam não falar esta língua.

(A tabela 3 mostra, em detalhe, estes dados).

Outro aspecto interessante é avaliar a perda ou retenção de falantes na 1ª e 2ª gerações, por língua minoritária. Uma amostra realizada aleatoriamente revela o seguinte quadro (Ianni, 1966):

TABELA 04

Língua Minoritária	de 100 da 1ª geração % falam como língua materna	de 100 da 2ª geração % falam como língua materna
Alemão	57,72%	49,49%
Italiano	16,19%	9,17%
Polonês	47,75%	42,95%
Espanhol	20,57%	6,14%
Japonês	84,71%	66,32%

A amostra apresentada, entretanto, não é reveladora da situação. Há inúmeras variáveis sócio-culturais que precisam ser analisadas. Lenard (1975) observou que na localidade de PICO, interior do município de Rodeio, quase todas as crianças italo-brasileiras chegam à idade escolar sem saber o português, conforme dados colhidos exatamente cem anos após a chegada dos imigrantes. Vê-se claramente que a retenção da língua materna, neste caso, foi superior à do alemão e do japonês.

3.0. Os fatores sócio-culturais que Willems (1946) apontou como variáveis para a conservação e uso do alemão podem ser aplicados também a outras línguas minoritárias.

3.1. O isolamento de muitas comunidades, com contatos apenas fortuitos com falantes do português, era uma situação comum há quatro ou cinco décadas. Às vezes havia mais contatos com outras línguas minoritárias, como no Vale do Itajaí, onde imigrantes poloneses e italianos se

tornaram bilingües aprendendo o alemão para os negócios comerciais e administrativos na Colônia de Blumenau. De forma geral há pesadas perdas de falantes de línguas minoritárias em áreas de intenso contato com o português ao passo que em áreas remotas a conservação é a regra.

O desenvolvimento brasileiro e o sistema de telecomunicações vêm encurtando distâncias e acabando com o isolamento, acelerando o desaparecimento dessas línguas minoritárias.

3.2. As escolas comunitárias (de orientação étnica ou religiosa) tiveram um papel importante na conservação do alemão e outras línguas.

Há inúmeras contribuições na literatura existente, sobre as escolas e a imprensa (jornais, revistas, calendários, etc.) em línguas minoritárias e sua importância para a manutenção e aumento nas habilidades de uso das línguas minoritárias. Infelizmente a maioria dos trabalhos se restringem à escola e imprensa alemã, com outras poucas informações sobre a escola e imprensa polonesa e italiana. Com a proibição de escolas em língua estrangeira, desde a época da segunda guerra mundial, estes fatores passam a ter um valor apenas histórico. Mas, em qualquer quadro sobre usos e habilidades em uma língua minoritária vão marcar profundamente os grupos etários que passaram pela escola comunitária ou que se habituaram à leitura nestas línguas.

3.3. O fator religioso é particularmente importante como uma variável no estudo da aculturação lingüística de alemães católicos e protestantes. De forma geral, também o clero polonês e italiano se manifestou sempre favorável à manutenção da língua materna.

3.4. Ainda fatores como a participação na política, serviço militar obrigatório, o crescimento do sistema de comunicações, particularmente o rádio e a televisão, estão levando a um rápido desaparecimento das línguas minoritárias, particularmente nos grupos etários mais jovens. A família tem sido o último baluarte das línguas minoritárias europeias. Neste sentido o alemão tem sido apontado como o grupo mais conservador mas, em estudos comunitários realizados por Albertsheim (1962) e Kaudresen (1963), constatou-se um aumento sensível no uso do português, particularmente em áreas urbanas.

Embora a hipótese de um aumento progressivo do uso e das funções do português seja altamente provável, face aos fatores sócio-culturais em ação, faltam trabalhos em diferentes comunidades, para se ter uma quantificação dos dados e uma avaliação do papel de cada um dos fatores sócio-culturais apontados por Heineich.

4.0. O estudo da interferência do português nas línguas minoritárias mereceu a atenção de vários estudiosos como Oberacker (1939 e 1957), Schaden (1942), Fausel (1959), Willems (1946), Bossmann (1963), Vandresen (1963), Koch (1968 e 1974), Bonatti (1968) e tantos outros. Infelizmente estes trabalhos dão demasiada importância aos empréstimos lexicais com poucas observações sobre a interferência fonológica e gramatical no sentido de Weinreich.

O trabalho de Fausel "Die Deutschbrasilianische Sprachmischung" é sem dúvida o trabalho mais completo sobre interferência lexical e mesmo sobre os dialetos alemães no Brasil.

Todos esses trabalhos sobre interferência lexical apresentam algumas limitações do ponto de vista da metodologia lingüística. Não há preocupação por explicações estruturais baseadas nos sistemas das línguas em contato. A explicação para estas limitações é que os autores estavam realmente motivados para salientar a aculturação por fatores não estruturais e não pela interferência num sentido lingüístico. Outro fato a salientar é que a maioria desses autores não tinha treinamento lingüístico. Isto significa que os estudos de interferência precisam ser retomados dentro de uma metodologia mais elaborada e principalmente abordando as interferências no português falado por esses grupos minoritários.

5.0. As descrições estruturais de dialetos ou línguas minoritárias conta igualmente com poucos trabalhos e limitados apenas a análises fonológicas.

5.1. A comparação entre o dialeto Trentino de Pomeranos (SC) e Matarello (Itália) foi a contribuição de Mário Bonatti da Fafi de Lorena - SP. Realizou trabalho de campo no Brasil e na Itália mostrando algumas diferenças estruturais entre os sistemas fonológicos do dialeto Trentino de Pomeranos e Matarello. Fazem parte deste trabalho outros aspectos sociolingüísticos como a aculturação lexical, multilingüismo dos colonos de Pomeranos, em contato com o alemão e com o português.

5.2. Outra descrição estrutural apresenta a "Fonologia do Vestfaliano", baseada em um corpus de dados colhidos em Rio Fortuna - SC. A análise fonológica é desenvolvida segundo a orientação tagmêmica de Kenneth Lee Pike, com análise de todos os níveis da hierarquia fonológica propostos pelo modelo seguido.

5.3. Já salientamos as informações de Bossmann (1963) e Fausel (1959) sobre os dialetos alemães. Há igualmente pesquisas em curso sobre a distribuição de dialetos italianos e alemães no Rio Grande do Sul desen

volvidas principalmente na UFPR e na Unisinos, destacando-se particularmente as contribuições de Heinrich Bunsse com apresentação de mapas de distribuição dialetal do italiano. Foram igualmente levantados dados sobre dialetos alemães partindo-se do mesmo questionário usado para o Atlas dialetológico da Alemanha, mas infelizmente o trabalho não foi concluído ainda. Outro projeto em desenvolvimento estuda os dialetos italianos no Espírito Santo em projeto de pesquisa coordenado por Maurizio Cenerre.

5.4. Deveria destacar, ainda, por sua importância para o conhecimento dos problemas de uma língua minoritária, os trabalhos de análise de uma comunidade bilingüe.

Um dos primeiros trabalhos nesse sentido é de Ursula Albertshein, publicado em 1962 pelo CBPR/MEC intitulado "Uma Comunidade Teuto-Brasileira - Jarim". Apesar de um enfoque predominantemente antropológico há informações valiosíssimas sobre usos, atitudes e funções da língua alemã na comunidade de Jarim.

Dentro do mesmo aspecto, são igualmente importantes, como de consulta, as pesquisas que estão sendo efetuadas em áreas afins por programas de Mestrado em História, Ciências Sociais, Economia Rural, etc. Com a institucionalização dos programas de Pós-Graduação vários alunos tomaram por tema de tese assuntos relacionados às línguas européias de grupos minoritários. Os estudos de comunidade podem oferecer ótimos subsídios para uma compreensão global do comportamento dos falantes de línguas minoritárias, desde que a seleção dessas comunidades leve em conta a atuação diferenciada dos vários fatores sócio-culturais apontados.

Já mencionamos que o trabalho de Lenard (1975) revelou uma situação lingüística extremamente conservadora em uma comunidade de imigrantes italianos. Outros trabalhos dessa natureza trarão mais dados para uma avaliação exata da situação atual das diversas línguas minoritárias européias no Brasil.

5.5. Merece também destaque o trabalho de Fritz Hensey e Pona sobre a interferência do Espanhol sobre o Português falado em vários departamentos do Uruguai e a influência do espanhol nas comunidades brasileiras na fronteira com aquele País.

6.0. Tem-se realizado trabalhos de campo em áreas bilingües com o objetivo de: a) avaliar a situação do bilingüismo português-alemão, português-italiano e português-polonês em comunidades rurais, entrevistando elementos da 2ª e 3ª geração; b) analisar aspectos e as principais manifestações em relação às atitudes para com as línguas em con-

ato; c) correlacionar a situação sócio-econômica do falante com o tipo e grau de bilingüismo; d) analisar alguns problemas de conservação de línguas minoritárias com o planejamento lingüístico; e) descrever a estratificação lingüística nas duas comunidades. Os trabalhos resultantes dessas pesquisas, como Bonatti e Heye (1973) Vandresen (1974) apresentados em Congressos, refletem entretanto as limitações de um trabalho de campo feito sem observação participante e usando alunos sem experiência anterior neste tipo de pesquisa. Mesmo assim, estes trabalhos são importantes por mostrarem a situação atual das línguas minoritárias.

7.0. Conclusões - Dadas as limitações de tempo não pudemos nos demorar em enumerar e analisar todos os trabalhos existentes que de alguma forma contribuem para o estudo das línguas minoritárias no Brasil.

Do ponto de vista de uma metodologia sociolingüística as investigações sobre o bilingüismo apenas começaram. E para algumas línguas européias não temos ainda qualquer estudo. Há, entretanto, perspectivas otimistas de se ter num futuro próximo um maior interesse e melhores condições para desenvolver projetos de pesquisa nesta área. Descrições de "dialetos" ou línguas européias tal como são faladas pela 1ª 2ª ou 3ª geração, estudos de interferência, funções, atitudes, grau de bilingüismo, implicações para o ensino do português, estudos de comunidades bilingües são tarefas que aguardam os pesquisadores brasileiros.

Seria interessante reunir especialistas de diferentes centros de pesquisa, especialmente dos estados que receberam maior fluxo de colonização européia, para organizar um projeto, unificado em seus objetivos e metodologia para facilitar a comparação de resultados numa avaliação global das línguas minoritárias.

Há também necessidade de uma coleta sistemática e de uma classificação dos dados colhidos. Para o alemão existe o Instituto Hans Staden mas parece não haver organização congênere para as demais línguas européias. No momento, o acesso a material informativo completo sobre línguas européias é quase impossível e num relatório desta natureza é possível que não nos tenhamos referido a uma série de contribuições realmente valiosas. Mas, felizmente, temos alguns minutos para debate em que os presentes são convidados a completar com suas informações as omissões involuntárias e talvez imperdoáveis de nosso relatório.

BIBLIOGRAFIA

- ALGERSTHEIN, Ursula - Uma Comunidade Teuto-Brasileira (Jarim) COPN/MEC Rio-GB - 1962.
- ARZIUS - Album Cooperativo do 74º Aniversário da Colnização Italiana no Rio Grande do Sul - Porto Alegre, "Revista do Globo S.A." - 1950.
- SALIMANI, Altiva Pilatti - Santa Felicidade, um processo de Assimilação - Tip. Haupt & Cia. - Curitiba - 1958.
- BATTISTI, Carlo - Studi de Storia Lingüística e Nazionali de Trentino - Firenze: Felice Le Monnier - 1972.
- BETILEM, Hugo - Vale do Itajaí, Livraria José Olympio Editora, Rio - 1939.
- EDMATTI, Mario - O Dialeto Trentino de Pomeranos (SC). Doctoral Dissertation: Lorena - SP. 1968 (publicação em 1974 "Aculturação Lingüística numa Colônia de Imigrantes Italianos em Santa Catarina).
- BOSSMANN, R. - "Zur deutsch-brasilianischen Mischsprache" - In: Letras 1. pág. 96-114. Curitiba - 1963.
- DUNSE, Heinrich A. H. - Aspectos lingüístico-etnográficos do município de São José do Norte - 1959. Porto Alegre, Ed. Globo.
- - Estudos de Dialetofonía no Rio Grande do Sul. Problemas, Métodos, Resultados. Edições da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - 1969.
- - Dialetos Italianos no Rio Grande do Sul. Monografias do Instituto de Letras da UFERS, Nr. 01. Porto Alegre - 1975.
- - O Viticultor e a Viticultura na Antiga Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (com glossário de 900 palavras). Instituto Estadual do Livro - no prelo. Porto Alegre.
- - Estudos Dialetofônicos no Rio Grande do Sul. Editora da UFERS. Porto Alegre - 1969.
- - "Colonização e Língua". In: Anais do 1º Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. São Paulo. 1969.
- DEPKEN, F. - "Deutsch in brasilianischen Polândia". In: Mutterssprache 76. pág. 263-5. 1966.

DIEGUES JUNIOR, Manuel - "Delimitação de regiões culturais no Brasil como sugestão para estudos de dialetologia", Plo - 1958.

(Ed) Atas do I Cong. Bras. de Dial. e Etno. (Porto Alegre) 1960.

(Ed) Regiões Culturais do Brasil (Rio: Centro Bras. de Pesquisas Educacionais):

- Etnias e Culturas do Brasil. 3ª ed. (Rio: Ed. Letras e Artes) Rio, 1963.

DI PIETRO, R. J. - "Bilingualism". In: Current Trends in Linguistics, edited by Sebeok, Vol. IV: Ibero - American and Caribbean Linguistics. Mouton, The Hague. 1968.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICAS - Sinopse do Recenseamento Realizado em 19 de setembro de 1920, Tip. da Estatística, Rio, 1920.

FAUSEL, E. - Die deutschbrasilianische Sprachmischung. Probleme, Vorgang und Fortbestand, Berlin, 1959.

FISCHER, M. - "O Problema da conservação da cultura alemã". In: Anais do 10 Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros - Porto Alegre. 1963.

FROSI e MORANZA - A Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul. Ed. Movimento - Porto Alegre. 1975.

HENSEY, F. G. - "Livramento/Rivera: The Linguistic Side of International Relations", Journal of Inter-American Studies VIII: 4 (Gainesville, Florida: University of Florida Press), 520-34, 1966.

HENSEY, F. - "Socio-Lingüística da Fronteira Sul", Letras de Hoje 3 (Porto Alegre, RS), 107-17, 1969.

- "The Phonology of Border Portuguese", Hispania 54. 495-7, 1971.

- "The Sociolinguistics of the Brazilian - Uruguayan Border", Mouton, The Hague. 1973.

HEYE, Jurgen - "Bilingualism and Language Maintenance in two communities in Santa Catarina, Brazil" in Proceedings of the IX th International Congress of the Anthropological and Ethnological Sciences, Chicago. 1973.

- IANNI, Octávio - Paços e Classes Sociais no Brasil. Civilização Brasileira - São Paulo - SP, 1966.
- IBGE - Recenseamento Geral de 1920.
Recenseamento Geral de 1940.
Recenseamento Geral de 1950.
Recenseamento Geral de 1970.
- IBGE - Estudos sobre as Línguas Estrangeiras e Aborígenes Faladas no Brasil. Rio, 1959.
- KOCH, Walter - "O Brasil, sua terra e sua gente, nos contos de Koseritz's Deutschen Volkskalender für die Provinz Rio Grande do Sul (1874-1890)". In: Anais do 1º Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros - Porto Alegre, 1963.
- - "Aspectos da Interferência Lingüística num texto literário". In: Anais do II Colóquio Teuto-Brasileiro. Recife, 1966.
- - Falares Alienas no Rio Grande do Sul. Ed. UPFS - Porto Alegre, 1974.
- - "Neuere Untersuchungen über die Deutsche Sprache in Rio Grande do Sul". In: Acta do VI Congresso Int. Americano de Estudos Germanísticos - São Paulo, 1974.
- - Deutsch in der Bezeichnung mit Anderen Sprachen. IPS, Mannheim, 1974.
- LAPPERT, Jacques - Os Poés Brasileiros (Rio: Centro Bras. de Pesquisas Educacionais). 1959.
- LAYTENS, Fausto - "O Italiano e seus descendentes no Rio Grande do Sul". In: Atas comemorativas do 750 Aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul - Ed. Globo, Porto Alegre, 1959.
- LENARD, A. - A localidade lingüística em Pudele - Tese de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1975.
- MACKEY, William F. - "The Description of Bilingualism". Canadian Journal of Linguistics 7, 51-85, 1962.
- MARTINS, Wilson - Um Brasil Diferente. Editora Anhembi, São Paulo, 1955.

- MORTARA, G. - "Línguas estrangeiras e aborígenes faladas no lar no Estado de Santa Catarina". In: Revista Brasileira dos Municípios, 3. Nr. 11, s. 673-704. Rio de Janeiro. 1950.
- NASH, Roy - A Conquista do Brasil - Cia. Editora Nacional - São Paulo. 1939.
- OBERACKER Jr. C. H. - "Transformações da Língua Alemã no Brasil". In: Revista de Antropologia Vol. 5. Nr. 1, s. 1-36. São Paulo. 1957.
- PETTINTI, Fr. - O Elemento Italiano na Formação do Brasil, São Paulo. 1939.
- PIAZZA, Walter F. - Atlas Histórico e Geográfico de Santa Catarina - Florianópolis. 1963.
- RAMRO, Balduino, S. J. - A Fisionomia do Rio Grande do Sul, 2ª edição revista, Livraria Selbach. Porto Alegre. 1956.
- RIBEIRO, René - Religião e Relações Raciais. Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, Rio. 1956.
- RIOS, José Arthur - Aspectos Políticos da Assimilação do Italiano no Brasil. Edição da Revista Sociologia, São Paulo. 1959.
- ROCHE, J. - La Colonisation Allemande et le Rio Grande do Sul. Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine. Paris. 1959.
- - A Colonização alemã no Espírito Santo. (Tradução de Joel Rufino dos Santos). Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1968.
- TEMPSKI, Edwino - "Os Poloneses e o Paraná", em Ilustração Brasileira. Ano XLIV, Nº 224, Rio. 1953.
- SCHADEN, E. - "Aculturação lingüística numa comunidade rural". Separata do Jornal de Filologia Vol. 1 Nr. 1. pág. 3-18. São Paulo. 1942.
- - "Aspectos Sociológicos e Históricos da Escola Rural Teuto-Brasileira". In: Anais do 19 Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros - Porto Alegre. 1963.
- SILVA, José Ferreira da - A Colonização do Vale do Itajaí. 1ª Edição. 1962.
- - História de Blumenau - Edeme. Fpolis. 1972.

- VANDRESEN, P. - "A língua e as Mudanças Culturais em Rio Fortuna". In: Anais do 10 Colóquio Teuto-Brasileiro, Porto Alegre. 1963.
- - Fonologia do Mesfaliano - Tese de Doutorado. Porto Alegre. 1970.
- - "A Escola em Comunidades bilingües". In: Mensagen Pedagógica. Ano V. 1971.
- - "Tarefas da Sociolinguística no Brasil". In: Revista de Cultura Vozes nº 8. 1973.
- VÄPIÖS - Elteräcä Polska II. Brasylil-100 lat asadnetwa - Tamka Warszawa. 1971.
- WAGSMAN, E. - Die deutschen Kolonisten im Brasilianischen Staate Eschrito Santo. München. 1915.
- WASEL, Lec. - Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. 186E - Rio de Janeiro. 1958.
- WEINREICH, Uriel - "Is a Structural Dialectology Possible?". Word 10, 388-400. 1954.
- - Languages in Contact. 2nd printing. Mouton, The Hague. 1963.
- WENDLING, Líbia - "O Imigrante Polonês no Rio Grande do Sul". In: Estudos Leopoldenses nº 17. 1971.
- WILLIAMS, E. - Assimilação e populações marginais no Brasil. Estudos Sociológicos dos Imigrantes germânicos e seus descendentes. Série Brasileira 186. São Paulo. 1940.
- - "Processos de Acluturação Lingüística entre Poblaciones Brasileñas de Origen Germánico". In: Revista Mexicana de Sociología Vol. 3 Nr. 1, pág. 35-45. 1941.
- - "Linguistic changes in German-Brazilian Communities". In: Acta Americana. Revista de la Sociedad Interamericana de Antropología y Geografía Vol. 1, pág. 448-63. 1943.
- - "Acculturation and the horse complex among German - Brazilians". In: American Anthropologist 46, pág. 153-61. 1944.
- - A Acluturação dos Alemões no Brasil. Série Brasileira 250. São Paulo. 1946.

LINGUAS AFRICANAS

Jean-Pierre ANGENOT

(UFBA)

Alors que de nombreux travaux s'inspirant de la grammaire générative ont été réalisés dans des domaines pour lesquels la théorie initiale n'était pas conçue - tels que notamment la linguistique historique ou la psycholinguistique -, le phénomène universel de l'emprunt linguistique n'a, à notre connaissance, jamais subi de traitement approfondi qui s'inscrirait dans ce courant de pensée.

La présente communication reprend les résultats d'un travail publié au Zaïre (cf. J. P. Angenot, J. J. Spa & Yengo dya maeso, Interprétation Générative du Phénomène de l'Emprunt Linguistique, Université Nationale du Zaïre, CELTA, Lubumbashi, 136 p., 1974), et que nous souhaiterions voir éditer au Brésil.

Notre recherche se veut un essai dans la direction générativiste dans la mesure où nous nous proposons d'expliquer par des ensembles ordonnés de règles les modifications progressives que subissent des données lexicales d'une langue à l'occasion de leur intégration dans une autre langue.

Nous introduirons successivement, et hélas succinctement, un modèle de compétence d'emprunt et un modèle mathématique de l'emprunt. Ensuite, nous présenterons deux applications: nous montrerons d'abord comment s'opère l'intégration graduée de l'exemple français "mille francs" dans le système phonologique du kikongo (langue bantoue parl e au Congo, au Zaïre et en Angola); puis nous soumettrons un jeu ordonné de règles qui explique la réduction du système tonal de la langue yoruba (langue kwa du Nigéria et du Dahomey) dans le système accentuel du portugais de Bahia. Ces dernières règles sont empruntées à la thèse d'état de notre collègue Y da Pessoa de Castro da l'UFBA (cf. De l'Intégration des Apports africains dans les Parlers de Bahia au Brésil. Dissertation doctorale, Université Nationale du Zaïre, 800 p., 1976), thèse dont nous avons eu le plaisir d'être le promoteur.

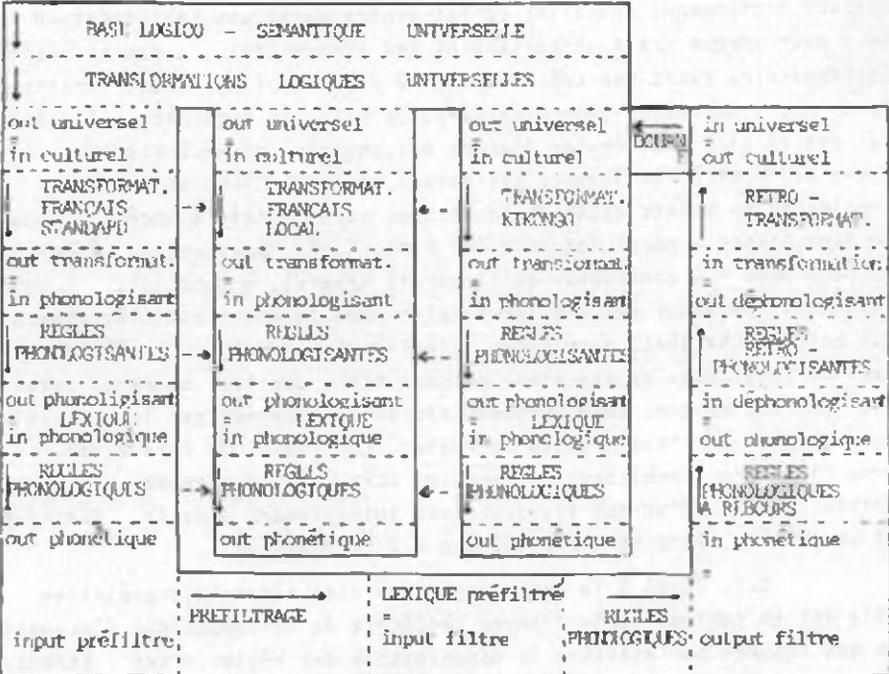
1. Dans le modèle théorique que nous avons élaboré, les ensembles hiérarchisés de règles ordonnées se situent dans une compétence d'emprunt, qui s'intercale entre les manifestations les plus superficielles d'une langue étrangère et l'input culturel d'une langue

dont les diversités relèvent d'autant de choix culturels, résulte de l'existence d'une base universelle logico-sémantique. A cette base universelle fait suite un ensemble de transformations d'abord quasi-universelles puis de plus en plus culturelles.

La compétence d'emprunt diffère de la compétence d'accueil par la présence, dans la première, de trois composantes sans correspondant dans la seconde. Il s'agit, avons-nous vu, des sous-compétences préfiltrante et filtrante qui sont responsables de l'adaptation de chaque emprunt, et de la sous-compétence douanière qui évalue le résultat de ces adaptations.

2.1. Le préfiltre constitue le premier stade du parcours dérivationnel que suit un emprunt. La fonction essentielle du préfiltre consiste à procéder à des rajustements mineurs, sémiques ou phoniques, de certaines réalisations de l'output de la langue-source en vue de permettre la constitution d'un lexique d'emprunts. En d'autres termes, le préfiltre élimine le phénomène de l'exception.

SCHEMA DE FONCTIONNEMENT:



2.2. Le rôle du filtre, quant à lui, consiste à adapter les emprunts au système phonologique de la langue qui les reçoit. Il se présente sous la forme d'un ensemble ordonné de règles situé entre une matrice phonologique (correspondant à la matrice phonétique préfiltrée de la langue-source) et une matrice phonétique (correspondant à celle de la langue d'accueil). La double application présentée ci-dessous est représentative de l'action d'un filtre phonologique.

Les règles phonologiques que nous posons s'inscrivent dans le cadre d'une phonologie qui peut être qualifiée de pure, en ceci que seul un contexte de nature exclusivement phonique est susceptible de conditionner un changement phonique. Ce principe écarte, sans concession possible, toute condition d'entourage qui ne serait pas phonique, telle que, par exemple, sémantique, syntaxique ou "morphologique". En pratique, une telle conception est le résultat récent de la libération du phonème sous-jacent de la nécessité d'être segmental. Il est opportun, en effet, de considérer qu'à côté des phonèmes canoniques systématiques (c'est-à-dire segmentaux) coexistent des phonèmes qui sont asegmentaux en raison de la spécification négative de leur trait segmental. Ces asegmentaux abstraits et opérationnels se répartissent entre des asegmentaux entièrement spécifiés (c'est-à-dire ayant une spécification + ou - pour chaque trait universel) et des asegmentaux sous-spécifiés (c'est-à-dire ayant une spécification 0 pour la plupart des traits). Parmi ces asegmentaux sous-spécifiés, ce sont les tons dits flottants qui ont le plus fait couler l'encre des phonologues générativistes soucieux de décrire les langues africaines tonales. C'est ainsi que la complexité de maints systèmes tonétiques superficiels a amené un groupe de bantouistes - parmi lesquels les Prof. A. E. Meeussen, J. Voorhoeve et nous-même - à considérer qu'il serait naturel, économique, voire astucieux, de poser des entités tonales sous-jacentes (donc abstraites) qui soient "chargées" au minimum, c'est-à-dire des tons flottants. Ceux-ci sont posés en structure au même titre que les segments vocaliques pourvus de ton, avec lesquels ils se combineront par la suite sous l'effet de l'application de règles. Leur rôle une fois accompli ces tons flottants s'amoussent ou trouvent abri dans un phonème syllabique voisin. Notons qu'un ton flottant haut interviendra dans la quatrième et la sixième règle de l'application 4.2. ci-dessous.

2.3. Quant à la sous-compétence dite rétro-interprétative, elle est en quelque sorte l'image réfléchie de la compétence d'accueil, ce que suggère par ailleurs la dénomination des règles dites phonologiques à rebours, déphonologisantes et rétro-syntagmatisantes. Cela

signifie que ces règles vont à contre-sens par rapport à la démarche habituelle d'une grammaire générative et transformationnelle. En effet, dans cette sous-compétence, les faits montent de la surface vers la structure (par exemple, en langue kikongo, la séquence initiale ma- d'un emprunt nominal déclenche l'identification d'un faisceau sémique correspondant à la classe préfixale 6 des bantouistes), tandis que dans une compétence normale, les faits descendent de la structure vers la surface (c'est ainsi qu'en bantou, le préfixe de la classe 6 sera phonologisé em ma-).

Mis à part le sens dérivationnel divergent, les niveaux successifs de la compétence d'accueil et de la sous-compétence rétro-interprétative coïncident. Les niveaux hiérarchisés d'une compétence normale sont connus. Rappelons que deux courants théoriques continuent à s'affronter. Le premier, représenté entre autres par Chomsky et Katz, reconnaît une structure profonde, une structure de surface, une interprétation sémantique et une interprétation phonologique. Le second, animé notamment par McCawley, Lakoff, Ross et Postal, ramène la structure profonde et l'interprétation sémantique à une seule et même représentation logico-sémantique. C'est à ce second courant de pensée qu'il convient de rattacher la présente interprétation.

Dans la sous-compétence rétro-interprétative, l'output terminal se situe au même niveau que l'input culturel initial de la compétence d'accueil.

À ce stade de leur dérivation, les emprunts entrent dans le système de la langue d'accueil au même titre que les items autochtones.

3. Dans la seconde partie théorique de cette communication, nous présentons un "modèle mathématique de l'emprunt", qui a été élaboré sur la base d'une constatation formulée lors de séances d'information avec deux locuteurs, consacrées à l'étude de l'adaptation phonique de mots de la langue française en langue kikongo du Zaïre.

Certes, ce modèle devrait être vérifié pour un plus grand nombre de cas, tant en ce qui concerne les locuteurs que les binômes de langues, mais nous le présentons ce jour, car l'idée émise nous semble ouvrir un champ de recherche fructueux, pour de nombreux linguistes.

3.1. Supposant que chaque individu du groupe étudié

- reçoit d'une manière passive les règles phonologiques qui ont permis la formation de mots français, en ce sens qu'il entend la réalisation phonétique de ces mots,

- a une connaissance active des règles phonologiques qui lui permettent d'adapter phonologiquement à travers un filtre un mot français en kikongo,

nous avons considéré, pour un binôme de langues :

- l'ensemble S des règles de la langue-source, en l'occurrence le français (card S = p (= 45; cf. S. Schane, French Phonology and Morphology, MIT, Cambridge, Mass. 1967)),

- l'ensemble F des règles du filtre permettant d'adapter un mot français en kikongo (card F = q (= 46; J. P. Angenot, J. J. Spa & Yengo D. M., op. cit. supra)),

l'utilisation de ces règles par un locuteur montre que les ensembles S et F sont munis, chacun, d'une relation d'ordre total;

et pour un locuteur donné,

- l'état X, par exemple X = milifwala pour le mot milfrā, "mille francs", prononcé par un locuteur mukongo (en réalité, X représente l'état d'un mot abstrait qui pourrait être appelé statistique, puisque l'étude a porté sur un échantillon de 600 mots),

- le cardinal x de l'ensemble des règles de S connues,

- le cardinal y de l'ensemble des règles filtrantes utilisées

(ces ensembles comprennent aussi des règles à effet nul pour un mot non-statistique, c'est-à-dire un mot réalisé).

3.2. Dans une première phase, nous avons constaté pour l'échantillon choisi que le nombre de règles filtrantes utilisées par un locuteur augmente lorsque le nombre de règles connues de S diminue. Ensuite, nous avons déterminé pour deux locuteurs donnés les règles de S non connues, correspondant aux règles filtrantes utilisées. Enfin, en considérant les cas évidents du locuteur connaissant toutes les règles de S: $x = p$, $y = 0$ (c'est-à-dire prononçant exactement milfrā) et celui du locuteur utilisant toutes les règles de F: $y = q$, $x = 0$ (c'est-à-dire prononçant exactement mīdīfwālā), nous avons été amené à formuler la relation linéaire expérimentale suivante:

$$\frac{x}{p} + \frac{y}{q} = 1 : x \in [0, p] \text{ et } y \in [0, q] .$$

Elle permet de déduire du nombre de règles filtrantes utilisées par un locuteur parlant sa langue, le degré de connaissance qu'il a de la langue-source, et réciproquement. Bien entendu, avant de considérer qu'il s'agit d'une loi, il serait nécessaire d'entreprendre une étude linguistique poussée pour plusieurs binômes "langue-source/langue d'accueil", et un nombre plus élevé de locuteurs dans chaque cas.

Toutefois l'expérience réalisée nous a conduit à formuler deux hypothèses successives qui semblent triviales:

- l'utilisation d'une (ou éventuellement plusieurs) règle(s) filtrante(s) (card F = 46) correspond à la non-connaissance d'un nombre équivalent (même pourcentage par rapport à la totalité des règles) de règle(s) de S (card S = 45), constatation effectuée sur un grand échantillon de mots.
- la connaissance de x règles de S peut être considérée comme statistiquement constante pour un locuteur donné.

3.3. Par ailleurs, en faisant l'hypothèse que l'ensemble S est linguistiquement équivalent à l'ensemble F, nous avons considéré $S \equiv F \equiv \text{OMEGA}$ comme un ensemble d'éventualités ou événements élémentaires, et l'état X d'un mot "statistique" filtré (c'est-à-dire plus exactement l'ensemble des règles filtrantes utilisées) comme un événement, ou ensemble d'éventualités.

En attachant à chaque événement une probabilité, nous avons alors ébauché une analogie avec la théorie des probabilités, qui nous a permis de retrouver des résultats correspondant à la réalité étudiée, et notamment la loi empirique précédente.

3.4. Cependant une étude linguistique plus approfondie devrait néanmoins être entreprise concernant:

- plusieurs binômes "langue-source/langue d'accueil",
- dans chaque cas, un échantillon de mots suffisamment grand pour qu'un locuteur quelconque ait la possibilité d'utiliser toutes les règles filtrantes correspondant aux règles de la langue-source, qu'il ne connaît pas,
- dans chaque cas, un échantillon suffisamment grand de locuteurs.

Elle permettrait à la fois de vérifier les hypothèses faites et la loi formulée, et de déterminer la probabilité pour qu'un locuteur quelconque connaisse x règles de la langue-source.

4. Présentation illustrée de l'action d'une sous-compétence filtrante.

4.1. Intégration phonologique graduée du mot français milfrā ("mille francs") en un mot kikongo mĩdĩfwalā.

in A propos du Trait phonologique syllabique, Linguistics, 1973. Ainsi, "mille francs" se décompose syllabiquement en mil.frā.

RG 34 Ø -->

V
aF1

 / C -----

-vocalique
+consonantique

V
aF1

Entre une consonne et une autre consonne qui n'est pas un glide, se développe une voyelle identique à celle qui suit les consonnes.

RG 40 ø -->

+sonorant
+consonantique
+vocalique
+vélaire

 / f ----- a

Un glide postérieur se développe entre un f et un a.

RG 41

+latéral
+continuante

 -->

-latéral
-continuante

 / V ----- l

La consonne latérale l se délatéralise et devient une occlusive, entre une voyelle et i.

RG 45 |-ton| --> |+ton| /

+morphème
+mot

 ----- $\frac{n}{1}$ |-ton|

+morphème
+mot

Dans un mot, des syllabes brèves en suite ininterrompue acquièrent chacune, sauf la dernière, un ton haut, pour autant que la suite ne contienne pas de voyelles en contact direct.

4.2. Réduction du système tonal yoruba en un système accentuel bahianais:

Le yoruba est une langue avec trois tons distinctifs: haut (H), moyen (M) et bas (B), tandis que le bahianais oppose des syllabes atones (a) à une syllabe tonique (T). Pour certains mots yoruba est posé un ton flottant haut (Ū).

Si l'on admet la matrice réduite suivante pour les tons yoruba (deux traits):

	H	M	B
ton	+	-	-
rehaussé	-	+	-

l'ensemble ordonné de règles tonales se présente comme suit:

approche de ces niveaux à la lumière de notre théorie de l'emprunt. Cette tentative nous amènera à les situer par rapport à un certain nombre de binômes linguistiques. Des couples de binômes se manifestent par deux ensembles ordonnés, inverses, complémentaires et concurrents, de règles filtrantes, dont les input et output seront, réciproquement, tantôt une langue africaine (LA) (yoruba, fon, kikongo, kimbundu, umbundu, etc.), tantôt un portugais proche de formes anciennes du portugais du Portugal, (PO).

Nous allons enfin rappeler et illustrer les cinq niveaux de langue proposés par notre collègue de l'UFBA. Pour une illustration moins sommaire et plus solide des faits phoniques évoqués ci-dessous, nous renvoyons aux travaux du Prof. Nelson Rossi (cf. avant tout, Atlas prévio dos Falares Baianos, Instituto Nacional do Livro, 1963).

Niveau 1: (TR) terminologie religieuse

Niveau 2: (PS) parler du "peuple-de-saint"

Niveau 3: (LP) langage populaire de Bahia

Niveau 4: (BA) parler bahianais standard d'usage courant

Niveau 5: (Br) portugais brésilien standard

Exemples de particularités, suivis d'un schéma des deux filtres complémentaires:

1. (TR): conservation de la tonalité dans quelques mots (tels que ãmãzĩ), ainsi que de certains phonèmes africains tels que kp (aKPE "cauris").

2. (PS): conservation partielle du phonème affriqué j (aJA), et très grande fréquence d'occurrence de la palatalisation de la dentale devant voyelle palatale (ci), idem (LP).

3. (BA/Br): atténuation progressive de la palatalisation de cette dentale (tj).

4. (TR/PS/LP): passage de l'obstruante nasale nd à une sonorante nasale n̄.

5. (TR-BA): apertures des voyelles prétoniques; tendance à la vocalisation de latérale finale; nasalisation des voyelles précédant une consonne nasale.

6. (TR-Br): système de sept voyelles (cf. nombre plus élevé au Portugal) et maintien du centre vocalique de chaque syllabe même atone.

Sens du

filitre

A



LA	TR	PS	LP	BA	Br	PO
(créoles plus ou moins africanisés éeints)						
40393037363534333231302928.....181716151413121110987654321						
1234567891011112131415161718.....28293031323334353637383940						

Sens du

filitre

B



Intervenções

J. PHILIPSON (USP): A Profa. CHARLOTTE EMMERICH usou as palavras DESINFORMAÇÃO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO. Penso que deve ser incentivado o interesse dos Departamentos de Linguística no país, para que formem cientistas que possam levar adiante pesquisas linguísticas originais entre índios. Se tais Departamentos não têm meios, eles deverão enviar alunos aos centros adequados, inclusive, se necessário, a centros estrangeiros. Parece-me, pedindo licença aos membros do SIL aqui presentes, que a Universidade Brasileira já deve começar a capacitar-se e fazer uma concorrência eficiente a este Instituto, o que certamente resultará em múltiplos benefícios: para a ciência linguística universitária e para o lado humano da consideração dos índios como nossos semelhantes.

WALTER KOCH (UFRGS): Apoio a sugestão do Prof. VANDRESEN no sentido de conjugarem esforços os estudiosos das línguas minoritárias europeias a fim de assegurar-se a possibilidade de comparação dos dados escolhidos.

NADJA ANDRADE (UFBA): Na exposição de CHARLOTTE EMMERICH há uma referência a um processo utilizado para conduzir o índio à produção de textos literários. Pergunto sobre qual dado da cultura indígena vocês se fundamentam para conduzi-lo a esse tipo de atividade?

PEDRO AGOSTINHO DA SILVA (UFBA): Acredito que sobre o fato de cada cultura indígena possuir um patrimônio literário próprio, evidentemente oral, constituído por contos, lendas e mitos. Se quanto aos contos e às lendas (estas apoiadas sobre fatos históricos mais ou menos corretamente relatados) não me parece haver maior problema quanto a pô-los por escrita, não diria o mesmo quanto aos mitos. Estes, na verdade, destinam-se, ou melhor, têm por função a de serem instrumento mediante o qual a sociedade se pensa e a seu mundo, do qual são, em momentos distintos, simultaneamente reflexo e modelo, modelo no sentido de paradigma para a ação. Enquanto oralmente transmitindo, pode o mito acompanhar as transformações que a história produz na sociedade e cultura a que pertence, transformando-se ele próprio para dar coerência — no plano do ideológico — ao todo, ou a parte do todo, em que se situa. Desde que fixado pela escrita, o mito corre o risco de se transformar em Es-

critura, aprisionado em rigidez de forma e conteúdo que o impeça de acompanhar a mudança sócio-cultural em que esteja imerso. Assim, rígido, pode desvitalizar-se e ficar sendo não mais que o modelo — porventura válido, mas válido no passado — de etapas anteriores da cultura e da sociedade. Longe de ser adequado sempre ao presente histórico e de a ele permanentemente se adequar, tenderá a ser cada vez mais distanciado do momento ao qual deveria servir e portanto a perder suas funções: ou a adquirir novas, como por exemplo a de criar permanente tensão entre a ordem social e cósmica ideal (a que nele se expressa) e a concretamente experimentada pelo grupo humano que o criou. Daí minha opinião de que não se deveriam talvez escrever livros de mitologia indígena para os próprios índios utilizarem: será, parece-me, inevitável que ela acabe por se tornar uma mitologia "reacionária", no pior sentido do termo, ou, ainda pior para uma mitologia, uma mitologia incongruente. Pelo menos, não se deveriam escrever tais livros sem que, antes, cuidadosa análise dos mitos e da cultura indígena em questão permitisse avaliar e talvez prever as conseqüências globais de semelhante atividade.

ARYON D. RODRIGUES (UNICAMP): Desejo salientar alguns aspectos altamente positivos deste simpósio, o qual, a meu ver, constitui verdadeiro marco no desenvolvimento dos estudos lingüísticos no Brasil. Por uma parte, esta é a primeira vez em que se focalizam, numa reunião de lingüistas, as questões referentes às línguas minoritárias deste país; isto significa que os lingüistas estão tomando consciência da complexa realidade lingüística do Brasil, que é realmente um país multilíngüe. Por outra parte, ao enfocar as línguas minoritárias, não se ateu o simpósio exatamente às línguas indígenas, as quais, embora muito mais numerosas, não são as únicas minoritárias, mas contemplou igualmente as línguas de minorias de origem européia, asiática e africana.

Os relatórios apresentados distinguem-se em duas categorias diferentes: o de Emmerich, sobre as línguas indígenas, e o de Vandresen, sobre as línguas minoritárias européias, são ambos ricamente informativos e representam um esforço no sentido de dar um balanço no estado atual do conhecimento e dos problemas em suas áreas. O de Kato e o de Angenot são relatos de pesquisas, o primeiro sobre a língua japonesa em São Paulo, o segundo sobre o tratamento fonológico sistemático de empréstimos em uma língua africana. A ambas eu atribuiria um

valor paradigmático. A pesquisa relatada por Kato, embora ainda em desenvolvimento, representa um belo exemplo não só do que se pode e deve fazer com outras línguas asiáticas faladas no Brasil, como o chinês, o árabe, o armênio, o coreano, mas com quaisquer línguas minoritárias, como as européias e as indígenas. O trabalho de Angenot, a propósito do tratamento fonológico dos empréstimos franceses numa língua do Zaire, propõe um modelo gerativo para o estudo dos empréstimos tomados não só pelo português às línguas africanas, como propõe o autor, mas igualmente pelo português às línguas indígenas e por aquelas a esta, ou a quaisquer outros casos de empréstimos lingüísticos lexicais.

Congratulo-me, pois, com a diretoria da Associação Brasileira de Lingüística e com os expositores pela realização deste importante Simpósio.

B) Comunicações: Rosa Virgínia Mattos e Silva e Myriam Barbosa da Silva (UFBA)

Nelson Rossi (UFBA)

OBSERVAÇÕES SOBRE FATOS FONÉTICOS EM UM DIALETO DE TRANSIÇÃO

Rosa Virgínia Mattos e Silva e Myriam Barbosa da Silva
(UFBA)

1.0. O presente estudo pode ser considerado como complementar à comunicação apresentada à X Reunião Brasileira de Antropologia, intitulada 'Um traço do português kamayurã (Um momento no processo de aquisição do português)'. Então tratamos exaustivamente um aspecto específico do sistema fonológico do português daquele grupo indígena - o traço sonoridade nas consoantes não-sonorantes - e o relacionamos ao grau de aculturação lingüística dos informantes; agora apresentamos um trabalho menos específico em que arrolamos e descrevemos realizações fonéticas outras que poderão servir de base para exploração futura mais aprofundada e que pretenda chegar ao estabelecimento do sistema fonológico do dialeto.

1.1. Sobre o "corpus" com que trabalhamos, demos notícia detalhada na comunicação referida e em dois trabalhos já publicados (1). Nesses dois trabalhos impressos visamos apenas a informar a situação sociolingüística no que concerne ao bilingüismo kamayurã-português, em agosto-setembro de 1969, data da pesquisa de campo. A escolha dos informantes a quem se aplicou o questionário e de quem se recolheram conversas livres incidiu sobre aqueles que no censo geral sobre o uso do português se enquadravam entre os de grau de fluência I (dois adultos, aqui informantes I e II), e dois rapazes, aqui informantes III e IV), e os de grau de fluência II (duas crianças, aqui informantes VI e VII). O informante V foi excluído desta e da comunicação apresentada à reunião de Antropologia por não ter sido a ele aplicado todo o questionário.

Como o questionário aplicado tinha como intenção imediata recolher dados que fornecessem uma visão do grau de conhecimento lexical dos kamayurã falantes de português - do que já se deu uma amostra na comunicação supra referida - uma exploração que se quer ao nível fonológico se ressentia em certos momentos da natureza do corpus que, no caso deste trabalho, se torna por vezes insuficiente. Partindo desse pressuposto é que intitulamos a presente comunicação como o fizemos, deixando para o futuro um trabalho em profundidade ao nível fonológico, o que se poderá fazer depois de arrolados novos materiais em função dos pontos aqui levantados e de outros a serem - e isso, necessariamente retratará outro momento da história do português kamayurã - ou então, porventura, com a análise minuciosa das conversas livres que documentam o português kamayurã de 1969. Assim sendo as duas possibilidades não se excluem, seriam até desejáveis, por resultarem em um estudo diacrônico de um dialeto que por natureza é de transição.

2.0. A razão de termos escolhido o traço sonoridade nas consoantes não-sonorantes para a primeira análise lingüística do material documentado decorreu de ter sido esse fato o que mais marcou um falante nativo do português - no caso o documentador - ao ouvir o português do kamayurã. Uma vez que os kamayurã ao falar português não distinguiam / p // b /, / t // d /, / k // g /, / f // v /, / s // z /, / ʃ // ʒ /, concluímos que naquele estágio de aquisição do português o traço em causa não era distintivo nesse dialeto. Não tendo descoberto regras que regessem tal variação, concluímos que se tratava de uma variação livre, decorrente, ao que tudo indica, de um fenômeno de interferência do sistema primeiro, que no âmbito das não-sonorantes, não apresenta oposição entre surdas e sonoras. Vale repetir que tal fato é menos incidente nos informantes mais aculturados lingüisticamente, o que é sumariável nesses dois conjuntos de percentuais em que relacionamos a percentagem de desvio na realização das não-sonorantes à percentagem de acertos nas respostas aos itens lexicais do questionário:

GRAU DE ACULTURAÇÃO LINGÜÍSTICA	PERCENTUAL DE DESVIO NA REALIZAÇÃO DAS NÃO-SONORANTES	PERCENTUAL DE ACERTOS NAS RESPOSTAS AOS ITENS LEXICAIS
Inf. mais I aculturados II linguística III mente	4,13% 15,14% 14,16%	83,85% 94,89% 87,76%
Inf. menos IV aculturados VI linguística VII mente	20,60% 20,26% 22,13%	74,28% 77,34% 74,77%

Esse aspecto do português kamayurã não é marcante nas normas dos dialetos conhecidos do português, daí impressionar fortemente o falante nativo. Outros também não são e serão objeto de estudo nesta comunicação, além de realizações fonéticas conhecidas e documentadas em outros dialetos do português.

3.0. Nos dados de que dispomos ressaltam pela mesma razão que faz marcante a inexistência de oposição entre surdas e sonoras não-sonorantes, isto é, não ser usual nas normas dos dialetos conhecidos do português:

1. a flutuação entre os traços [⁺ baixo] das vogais [-alto -retraído], / ê / / ē /, e das vogais [-alto +arredondado], / õ / / o /, em sílaba acentuada, posição em que a neutralização é inadmissível, isto é, ambiente onde se estabelece oposição entre esses dois segmentos;

2. a flutuação entre os segmentos que se distinguem pelo traço [+nasal] em contextos em que é marca previsível pelo menos para falantes brasileiros;

3. a tendência à simplificação da estrutura silábica do português nativo.

3.1. São exemplos típicos da flutuação entre / õ / e / o / as formas olho, couro, canoa que se encontram no "corpus" estudado ora com um segmento ora com outro.

A forma olho (I.10) (2) é emitida como / 'õl̃u / pelos inf. VI e VII e / 'õl̃u / pelos inf. II, III e IV, couro (II.15) pode ocorrer como / 'kõru / (inf. IV, VI, VII) ou / 'kõru / (inf. I, III), canoa (V.60) pode ocorrer como / ka'nõa / (inf. IV, VI) ou / ka'nõa / (inf. I, II, III e VII).

Note-se, neste caso, que, embora tenha havido maior ocorrência dessa variação em sílaba acentuada inicial de palavra, há documentado um caso em que isto ocorre em sílaba acentuada não inicial de palavra, o que nos afasta desta hipótese de condicionamento.

Embora os dados que contêm variação entre as vogais não altas e não retraídas / ê / e / ē / sejam mais reduzidos que os que contêm a variação entre as não altas, arredondadas / õ / e / o /, não temos nenhuma indicação de que esta freqüência se relacione com qualquer outro fato, lingüístico ou não. Parece-nos se não mais acertado, pelo menos mais cauteloso, atribuir isto à limitação do "corpus", dirigido à investigação lexical. Os casos que documentamos foram o do item remo e estrela que envolvem outros problemas;

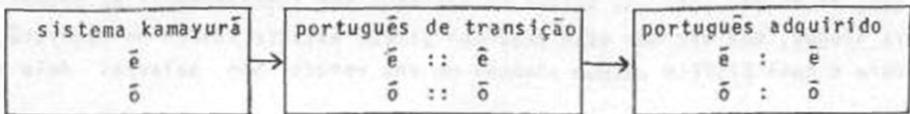
O item remo (V.61) pode ocorrer com o traço nasal (/ 'hēmu, inf. III, VII) ou sem ele, caso em que pode variar a vogal baixa (/ 'hēmu /, inf. III e IV) e não-baixa (/ 'hēmu /, inf. VI). O item estrela foi documentado nas formas / 'strēla / (inf. III), / s'tēla / (inf. IV), / s'trēla / (inf. VI), nas quais a vogal acentuada é a baixa, não-recuada, e nas formas / es'trēla / (inf. I), ou / s'tēra / (inf. II), nas quais a vogal acentuada é a não-baixa, não-recuada.

Mesmo não tendo no presente trabalho, a intenção de usar os dados de frequência como o fizemos anteriormente, pelo caráter de levantamento de problemas que queremos imprimir aqui, e pela insuficiência do "corpus", já declarada, consideramos válido não desprezar as hipóteses que possamos, daqui e dali, levantar em torno deles.

No caso específico da variação em posição acentuada do traço [⁺baixo], que distingue a série de vogais não altas / ē /, / ē / e / ō /, / ō /, observa-se igual número de ocorrências para os segmentos [+baixo] e para os segmentos com o traço [-baixo]. Isto nos leva a inferir que não houvesse preferência por qualquer uma das realizações, pela [-baixo] ou pela [+baixo] apesar de, em todos os casos, ser a escolha do traço [+baixo] aquela que se desvia da realização do português nativo. Não há, entretanto, no "corpus" nenhum caso de um segmento marcado no português com o traço [+baixo] que se tivesse no português kamayurã realizado com o traço [-baixo]. Parece que ambos os casos podem se explicar pelo fenômeno de interferência do sistema da língua primeira sobre o sistema da língua em processo de aquisição. Segundo as análises conhecidas do sistema fonológico do kamayurã (3), o quadro das vogais desta língua tem apenas dois graus de abertura. A simplicidade do sistema dispensa, naturalmente, o traço [⁺baixo] sendo, portanto, esta distinção um elemento lingüístico novo, introduzido por aprendizagem da segunda língua.

A ocorrência de desvios unicamente em direção às vogais baixas se explica talvez pela descrição que uma das análises faz dos segmentos não-altos: " / e / vogal baixa anterior ", e " / o / vogal baixa posterior " e, na outra análise, pelos símbolos escolhidos para representar estes segmentos que, no alfabeto proposto por Kenneth Pike, adotado pelo pesquisador, corresponde às vogais não altas e mais baixas.

Poderíamos descrever a aquisição deste traço da fonologia em três fases consecutivas no esquema que se segue:



Partindo dos fatos de que os falantes nativos do kamayurã não opõem no sistema da língua primeira segmentos vocálicos pelo traço [⁺baixo], e de que os traços fonéticos dos segmentos [-alto], se não co-incidentem, pelo menos se aproximam dos segmentos de traço [+baixo] no português, chegamos à conclusão de que o traço [-baixo] seria o elemento estranho, introduzido pela segunda língua e a sua frequência no português xinguano está na razão direta do grau de aculturação lingüística do informante. Em outras palavras seria correto conferir à frequência dos desvios do padrão, controladas as variáveis, a situação do índice de aculturação.

3.2. Partindo da nossa percepção de falantes nativos, relacionamos entre os casos que "soaram" estranhos à língua, a ausência do traço [+nasal] em contextos em que esta marca é previsível, pelo menos nos dialetos brasileiros por nós conhecidos.

Tais contextos documentados no material examinado foram:

1. em sílaba não acentuada de padrão CV quando lhe segue uma consoante não nasal pertencente à sílaba seguinte: II.9 / ma'd'yōka / (inf. I) variando com / mā'd'yōka / (inf. II, III);

2. em sílaba acentuada de padrão CV quando lhe segue uma consoante nasal pertencente à sílaba seguinte: V.61 / 'hēmu / (inf. III, IV) ou / 'hēmu / variando com / 'hēmu / (inf. I, II, III); II.17 / 'pēna / (inf. I, VI) ou / 'pēna / (inf. II) em vez de / 'pēna /; IV.67 / 'lama / (inf. I) variando com / 'lāma / (inf. II, III, IV); III.2 / 'kana / (inf. IV, VII) variando com / 'kāna / (inf. I, III, IV).

Documentamos também esta variação em um contexto cujo traço [⁺nasal] distingue variantes conhecidas: em sílaba não acentuada, de padrão CV seguida de consoante nasal que inicia a sílaba subsequente. Vejam-se como exemplos: I.8 / kō'me / (inf. III, V) ou / ku'me / (inf. VI) variando com / kō'me / (inf. I, II); V.36 / kani'vēt'i / (inf. I, II, III, IV, VII) variando com / kani'fēt'i / (inf. VI); V.86 / ka'miza / (inf. II, III, IV, VI, VII) variando com / 'kã'miza / (inf. I).

Essa variação embora coincidente com alguns dialetos conhecidos do português nativo interessa-nos porque reforça os casos anteriores no sentido de que amplia o contexto da flutuação entre estes traços, flutuação esta que talvez se explique por interferência da primeira língua, uma vez que este fenômeno parece existir também no kamayurã, para o qual EPSTEIN chamou atenção no seu estudo. São palavras dele :

" A extrema variação livre que nós achamos na nasalização e oralidade das vogais apresentou um problema muito sério que não achamos resolvido de maneira completamente satisfatória."

3.3. O terceiro aspecto que se inscreve entre os dados fonológicos considerados típicos de falante estrangeiro por não se enquadrarem entre os de variantes conhecidas do português é a simplificação silábica. O português kamayurá simplifica a estrutura silábica, ora aplicando regras já existentes em alguns dialetos e em registros menos formais da língua, ora inovando, formulando suas próprias regras, que são, em última análise, a aplicação das primeiras em outros contextos, ou que aproximam talvez da estrutura da língua primitiva a língua aprendida (os trabalhos que vínhamos utilizando como fonte de informação sobre a língua kamayurá não nos fornecem nenhum dado sobre a sílaba).

São as que representam introduções de regras ou ampliação dos contextos de regras existentes no português nativo no português kamayurá que nos interessam mais imediatamente. Poderíamos investigar a simplificação da sílaba no português de transição, a partir de quatro formas encontradas no nosso "corpus":

1. a redução da seqüência / aw / para / a / ou / ô /.
2. a subtração da consoante [+sonorante -lateral -nasal -anterior] realizada aspirada ou não, em posição implósiva interna.
3. subtração do segundo segmento consonântico / r / [+sonorante -lateral -nasal +anterior] do padrão CCV.
4. o acréscimo de uma vogal que desfaz o padrão CVC, criando uma nova sílaba de padrão CV.

A redução de seqüências vocálicas, a monotongação, em português nativo, principalmente em registros coloquiais, é um fenômeno frequente, embora em registros mais formais o ditongo quase sempre se resstabeleça. Neste modo é natural que expostos às mais variadas influências lingüísticas - português falado por nativos de diversas regiões, de diversos estratos sociais - os falantes kamayurá tenham incorporado por aprendizagem a variação entre a seqüência vocálica e a vogal. Isto se verifica no "corpus" em exemplos como os que vêm a seguir:

- I.30 / ô'vi / (inf. III) variando com / ôw'vi / (inf. II)
V.43 / â'zô / (inf. IV) variando com / â'zôw / (inf. I)
IV.18 / 'mêa / (inf. II) variando com / 'mêya / (inf. I , III)

A redução da seqüência / aw / para / a / e mais surpreendente para / õ / parece-nos, à primeira vista pelo menos, resultante da aprendizagem incompleta dessa variação, isto é, a aplicação de uma regra existente no português sem a restrição do contexto. Isto justificaria a monotongação de / aw / para / a / ou para / õ / nos casos:

III.2 / aku'dāw / (inf. I) variando com / awkõ'tāw / (inf. III)

V.1 / a'dēya / (inf. II) ou / a'dēa / (inf. IV e VII) variando com / aw'dēa / (inf. I e III)

V.84 / 'kasa / (inf. II e IV) variando com / 'kawsa / (inf. I, III, IV e VII)

V.63-66 / 'flõta / (inf. I, IV e VII) ou / 'flõ'd'ta / (inf. II) variando com / 'flawta / (inf. III) .

Em um "corpus" mais amplo do que o de que dispomos a partir do questionário seria possível talvez investigar a possibilidade de esta redução ser condicionada fonologicamente o que, por esta amostra, não nos parece provável, pelo menos no que se refere à acentuação da sílaba. Encontramos nos dados acima a redução em sílaba átona em aldeia emitido / a'dēa / ou / aw'dēa / ; em sílaba tônica em calça cuja emissão variou entre / 'kasa / e / 'kawsa / .

Outro dado interessante, que esclarece o problema e o retoma no campo da aprendizagem, é a observação de que o informante III, o único alfabetizado e portanto aquele que tem contacto com o código escrito através do qual amplia muitas vezes seu vocabulário, não apresentou nenhuma vez a redução da seqüência / aw / e poucas vezes os casos possíveis de redução no português nativo.

O segundo processo pelo qual se simplifica no português kama yurá a estrutura da sílaba é, como já dissemos anteriormente, a subtração da consoante [+sonorante -lateral -nasal -anterior] realizada ou não como aspirada / h / ou como retroflexa / R /. Registramos esse fato em dois contextos fonológicos: antes de pausa, ambiente em que esta simplificação coincide em vários dialetos do português - exemplificamos os itens I.58 / ã'da / (inf. I, III, IV e VI) e V.75 / kõ'ka / (inf. II e VI), e antes de consoante, situação em que só conhecemos essa simplificação em dialeto infantil de falante nativo - veja-se como exemplo os casos II.2 / 'põku / (inf. II), II.7 / fu'miga / ou / fumi'gfa / (inf. II, III, VI e VII) .

Dois casos que encerram este capítulo: a subtração do segundo elemento consonântico / r / do padrão CCV e o acréscimo da vogal desfazendo este mesmo padrão. No primeiro caso - a subtração do segundo elemento consonântico / r / do padrão CCV que pode ser exemplificado com os itens I.8 preto, IV.52 trovão e IV.7 estrela para os quais se registraram / 'pētu /, / tu'vãw / e / s'têla / ou / s'têra / - o número de ocorrências é significativo (11), embora mais baixo que o número de vezes em que a emissão está de acordo com o padrão do português nativo (17). No segundo, o acréscimo de uma vogal ao padrão CVC, registramos apenas uma ocorrência no item I.18 nariz emitido / na'rizi / pelo informante IV que não ousamos desprezar por se enquadrar entre os casos dentro de uma hipótese de convergência do padrão silábico para CV e por, além de tudo, considerarmos este trabalho um apanhado de fatos para estudos posteriores.

4.0. A par desses fatos que impressionam o falante nativo por não serem usuais nas normas dos dialetos conhecidos do português, estão documentadas no "corpus" realizações fonéticas usuais em outros dialetos. Embora esses fatos não sejam típicos do português de não-nativos, são de interesse para caracterização desse dialeto de transição e talvez possam ser indício de tendências que venham a ser consolidadas no futuro, quando se definirão na área isoglossas que caracterizarão um dialeto do português. Os dados que aqui se seguem não foram levantados exaustivamente, funcionam como um exemplário do que existe documentado.

4.1. Na realização das vogais não-acentuadas, o "corpus" fornece as seguintes informações:

Entre as pretônicas da série não-retraída se encontra a variação:

a. / ē / :: / e /

I.19 / sē'ra / (inf. IV, VI, VII) :: / sē'ra / (inf. III)

V.122 / bē'zu / (inf. IV, VII) :: / bē'zu / (inf. II, VI)

b. / i / :: / e /

I.4 / kab'i'ludu / (inf. I) :: / kabē'ludu / (inf. III, VII)

I.70 / mi'nina / (inf. I, IV, VI, VII) :: / mē'nina / (inf. III)

III.12 / si'mēt'i / (inf. III) :: / sē'mēt'i / (inf. II)

c. / i / :: / ē /

1.69 / mī'ninu / (inf. I, IV, VI, VII) :: / mē'ninu / (inf. III)

9.12 / zī'raw / (inf. I) :: / zē'raw / (inf. IV)

d. a par desses itens lexicais realizados diversamente pelos informantes há outros em que a realização é uniforme; nesses casos, em geral, quando não há uma vogal alta na sílaba acentuada, a preferência é pela realização / ē /:

IV.24 / sē'ladu / (inf. VI, VII)

IV.25 / nāvu'ēru / (inf. IV)

IV.62 / sē'rēnu / (inf. I, II)

11.6 / rē'kōku / (inf. II)

111.2 / fē'zāw / (inf. II, VII)

Mas:

V.44,72 / ʔ'birā / (inf. I, II, III)

IV.12 / is'kuru / (inf. I)

111.2 / mītu'ʔ / (inf. II), / mīdu'ʔ / (inf. IV)

Fogem a isso:

V.5 / pī'kēna / (inf. III) e

V.40 / ʔ'šāda / (inf. II)

Nesse conjunto de dados somam-se: 19 casos de realização / i /, sendo que 15 delas quando na sílaba acentuada ocorre vogal / + alto /; 16 casos de realização / ē / e 7 casos de realização / e /. Note-se que / bē'zu / :: / bē'zu /, apesar da vogal acentuada ser / + alto / a realização / i / não foi documentada na pretônica.

Entre as pretônicas da série retrafda se encontra a variação:

a. / ô / :: / õ / :: / u /

1.42 / kōra'sāw / (inf. I) :: / kōra'sāw / (inf. II, IV, VI, VII) :: / kura'sāw / (inf. III, IV)

1.29 / kō'me / (inf. VII) :: / kō'me / (inf. III, V) :: / kū'me / (inf. I, II)

b. / õ / :: / u /

I.6 / kō'pridu / (inf. III, VII) :: / kũ'pridu / (inf. IV, VI)

c. / õ / :: / u /

I.59 / ʒu'el̃u / (inf. I, II) :: / ʒõ'el̃u / (inf. III)

IV.52 / tru'vāw / (inf. I, III) :: / tu'vāw / (inf. II) :: / trõ'vāw / (inf. IV)

Somam-se neste caso: 11 realizações / u / em apenas dois casos quando há vogal [+ alto] na sílaba acentuada; 8 realizações / õ / e 4 / õ /.

Tanto na série [- retraído] como [+ retraído] parece não haver preferência pela realização [-alto -baixo] da pretônica, mas sim pela realização [-alto +baixo], sendo a ocorrência de vogal [+ alto] na sílaba acentuada um fator a ser considerado na realização [+ alto -baixo] da vogal nessa posição. É interessante notar que essa preferência de realização em posição não-acentuada coincide com o que se observou anteriormente ao tratar-se dos dados referentes às vogais médias em posição acentuada.

As postônicas finais quer retraídas como não-retraídas aparecem sempre realizadas como [+ alto]; III.12 / si'mēti / (inf. III), IV.12 / 'nōt̃i / (inf. VII), V.125 / 'pēs̃i / (inf. I) e II.16 / 'kōru / (inf. IV, VI, VII); II.22 / 'õvu / (inf. III, VI, VII); IV.24 / s̃ē'ladu / (inf. VII).

É de notar na elocução dessas vogais finais a sua articulação singular que impressionisticamente descreveríamos como menos intensas do que na articulação normal no português brasileiro, decorrendo isso talvez da interferência do kamayurã no português, desde quando verifica-se no "corpus" utilizado por C. Harrison a possibilidade de ocuparem a posição implósiva no padrão CVC final de palavra a série de consoantes não-sonorantes / p,t,k /.

4.2. Na realização das consoantes, nenhum outro fato é tão marcante quanto a variação livre entre não-sonorantes surdas e sonoras. No entanto há alguns fatos que são de interesse para que se tenha uma visão de conjunto do dialeto.

Entre as não-sonorantes deve-se ainda notar:

1. a realização sempre palatalizada ou seja [-anterior] das

[-contínuo +coronal] no contexto vogal [+alto -retraído]:

v.37 / ži'lēt̃i / (inf. I, II, IV, VI, VII)

1.26 / 'dēt̃i / (inf. I), / 'tēt̃i / (inf. II, III, IV, VI, VII)

v.42 / t̃i'zōra / (inf. I, VI), / t̃i'zōra / (inf. II) ,
/ t̃i'zara / (inf. IV), / t̃i'sōra / (inf. VII)

v.109 / 'pēt̃i / (inf. I, II, III, IV, VII)

v.27 / 'hēt̃i / (inf. I, II, III, VII)

II.9, III.2 / ma'd̃yōka / (inf. I), / mā'd̃yōka / (inf. II), / ma'd̃yōga / (inf. III)

2. a variação livre na realização das [+contínuo +coronal] em posição implosiva, quer antes de pausa ou em sílaba interna, ora realizadas como [+anterior] e ora realizadas como [-anterior]. Os 3 informantes mais aculturados do ponto de vista lingüístico seleccionam uma das realizações: o informante I prefere a realização [+anterior]: / na'ris / , / pēs'kōsu / , / vis't̃idu / , / ha'is / , / 'kaska / ; o informante II prefere a realização [-anterior]: / na'riš / , / pēs'kōsu / , / 'gōšta / , / viš't̃idu / , / ha'iš / / 'kaška / ; o informante III realiza 4 vezes / s / e 2 vezes / š / . Os 3 informantes menos aculturados lingüisticamente, pelos dados fornecidos, embora pouco numerosos, não demonstram preferência por uma ou outra realização: o informante IV, duas vezes / s / e duas vezes / š / , o informante VI, uma vez / s / outra vez / š / ; o informante VII só forneceu um exemplo com a realização [-anterior].

Entre as sonorantes nota-se:

1. a realização mais freqüente da [+lateral +anterior] em posição implosiva é a vocalizada, quer antes de pausa, quer em sílaba interna:

IV.5 / 'sōw / (inf. I, III, IV)

V.124 / 'saw / (inf. I, II, III, IV, VI, VII)

1.65 / 'bawma / (inf. II), / 'pawma / (inf. III)

v.120 / pōw'vi1̃u / (inf. III)

Uma única voz ocorre a realização [+lateral], no informante II: 1V.5 / 'sól / . Pode ocorrer a realização \emptyset quando a vogal que precede a [+lateral] é / õ / , quer antes de pausa, quer em sílaba interna: V.43 / a'zõ / (inf. IV) , / ā'zõ / (inf. VI) :: / ā'zõw / (inf. I)

V.120 / pōw'vil̄u / (inf. III) :: / pō'vil̄u / (inf. II)

Note-se que as três possibilidades / 'sól, 'saw, pō'vil̄u / podem co-existir em um mesmo informante, no caso, o II.

2. A realização [+lateral -anterior] ocorre 23 vezes ao lado de 15 casos de vocalização / y / . Neste caso os informantes mais aculturados não demonstram preferência marcante por uma das realizações, exceto o III. O informante I realiza 5 vezes / l̄ / : / a'kul̄a / , / sã'dal̄a / , / prō'vil̄u / , / abe'l̄a / , / 'mil̄u / ; e 2 vezes / y / : / ô'reya / , / pi'oy / . O informante II realiza 3 vezes / l̄ / : / ô'rel̄a / , / pōvī'l̄u / , / 'mil̄u / ; e 3 vezes / y / : / sū'kaya / , / pi'ōyu / , / a'bēya / . O informante III, 4 vezes / l̄ / : / ô'rel̄a / , / a'gul̄a / , / pōw'vil̄u / , / pi'ōl̄a / . Também não demonstram maior incidência sobre uma realização os informantes menos aculturados linguisticamente. É de interesse notar que o informante IV realiza / 'nel̄a / enquanto todos os outros, / 'meya / , demonstrando, quem sabe, que o falante exposto ao dialeto que admite em certos contextos a não oposição / l̄ / : / y / generaliza esta variação.

3. A realização aspirada da [+sonorante -lateral -nasal] é a que marca o dialeto. Documenta-se em todas as distribuições em que o segmento pode ocorrer:

a. 18 vezes em posição inicial, contra uma com / r̄ / vibrante múltiplo;

b. a única realização em posição intervocálica;

c. 15 vezes em posição implósiva interna, contra 7 casos da realização retroflexa e 12 casos de ausência de realização, correspondendo à variante \emptyset ;

d. antes de pausa, em posição final, 2 ocorrências contra 25 ocorrências da ausência de realização, correspondendo portanto à variante \emptyset .

Em resumo:

REALIZAÇÃO FONÉTICA	/ h /				/ θ /		/ R /	/ F /
CONTEXTO	# -V	V -V	V- +	- #	V -+	- #	V - +	# - V
NO DE OCORRÊNC.	18	4	15	2	12	25	7	1
TOTAL	39				32		7	1

Considerando esses dados se pode observar que a maior oscilação na realização do segmento em foco ocorre em posição implosiva interna - 15 vezes como / h /, 7 vezes como / R / e 12 vezes como θ, enquanto em posição inicial e intervocálica não há oscilação e em posição final há uma variação usual no português do Brasil: / h / :: θ. É interessante chamar atenção para o fato de todos os informantes terem realizado o segmento em posição implosiva interna como / h /; todos exceto o VI realizaram pelo menos uma vez como / R /; e como θ todos, exceto o mais aculturado lingüísticamente, o informante I e o IV, que está entre os mais aculturados.

Essa preferência pela realização aspirada certamente decorre de existir no sistema kamayurã apenas o segmento aspirado sendo portanto o retroflexo e o vibrante múltiplo introduzidos por contacto lingüístico.

5.0. Apesar do material de certo modo exíguo e do número limitado de informantes, a gama de variação documentada é, sem dúvida, marcante. O fato de ser um dialeto de transição justifica essa situação que se deve não só às interferências, algumas sugeridas, da língua primeira, mas também possivelmente à interferência de outras línguas indígenas de que os informantes são usuários - em graus diversos - como emissores/receptores ou só como receptores. Além desse fato, tem de ser levada em consideração a situação complexa da história do contacto lingüístico com o português nesta área.

Numa análise desse processo de aculturação lingüística, ou-

tras variáveis têm de ser consideradas, além das mencionadas. Se, por um lado, a variável etária pode ser delimitada, uma vez que ao Xingu chegam sobretudo falantes adultos do português e a cronológica também, desde que o contacto começou na década de 40, por outro lado têm sido diversas as variáveis diatópicas e diastráticas do português com que os indígenas têm entrado em contacto nessas três últimas décadas. Deve-se isso não só à diversidade dialetal dos que aí chegam, embora quantitativamente pouco significativos - os índios na área são ainda maioria - como também devido ao fato de alguns deles terem tido experiências diversas do contacto com falantes do português fora do Xingu.

Diante de tal realidade, a explicação das características do dialeto ou dos dialetos do português resultante disso é, a nosso ver, extremamente difícil: se se aceitar a proposta de U. WEINREICH de que para a explicação de situações lingüísticas resultantes de contactos entre línguas se tem de analisar antes os sistemas ou sub-sistemas em causa, embora ainda seja fácil delimitar a língua ou línguas indígenas envolvidas, é extremamente sutil delimitar os dialetos do português a serem tomados em conta no processo. Levantando aqui esse problema, queremos apenas chamar a atenção para o grau de complexidade lingüística em jogo na constituição desse dialeto ou desses dialetos do português nessa área que pode ser considerada uma Novíssima România.

NOTAS

1. ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, 'Informação preliminar sobre o português falado na aldeia Kamaturã', REVISTA DE ANTROPOLOGIA, vol. XVII-XX (1ª parte), 1969-1971, São Paulo, págs. 75-92 e ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA e PEDRO AGOSTINHO, 'Aculturação no plano lingüístico: notícia sobre pesquisa entre os kamayurã do Alto Xingu, Brasil', Actas del III Congreso de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina, Universidad de Puerto Rico, Publicaciones del Instituto de Lingüística, I, págs. 259-269.
2. A indicação numérica se refere à localização do item no questionário.

3. CARL HARRISON, 'Formulário dos vocabulários padrões para estudos comparativos preliminares nas línguas indígenas brasileiras' (apresentado ao Departamento de Linguística da Universidade de Brasília, 1965); e DAVID GEORGE EPSTEIN, 'Análise Fonêmica Preliminar da Língua Kamayurá' (trabalho apresentado como resultado de um curso na Universidade de Brasília, 1965).

NOTA FINAL

Distribuição do trabalho das co-autoras: coleta de campo e primeira redação dos itens 1, 2, 4 e 5 de Rosa Virgínia Mattos e Silva; primeira redação do item 3 de Myriam Barbosa da Silva; de ambas, transcrição dos registros magnetofônicos, análise dos dados, discussão do problema e redação final.

PORTUGUÊS DO BRASIL, BRASILEIRISMO E PLURILINGÜISMO

Nelson Rossi (UFRA)

1. A X Reunião Brasileira de Antropologia, por realizar-se na Bahia, criou a oportunidade de apresentação pública de três comunicações sobre um capítulo da história da língua portuguesa no Brasil que não se pode considerar dos mais afortunados: o da participação dos falantes nativos de línguas africanas e seus descendentes na formação e consolidação dos dialetos brasileiros.

1.1. O traço comum aos textos de N. ANDRADE (1), Y. P. DE CASTRO (2) e J.-P. ANGENOT/J.-P. JACQUEMIN (3) parece ser a insatisfação com o tratamento habitual dado ao tema e com os resultados até hoje obtidos, para o primeiro texto porque "as abordagens generalizantes... se esgotaram em uma temática que se configura à base de clichês e que se revela através de uma terminologia de transparente etnocentrismo"; para o segundo, por "um desinteresse generalizado em conhecer as línguas africanas, pelo menos as que aqui foram mais faladas, desinteresse que parte do ponto de vista etnocêntrico de não considerar que línguas sem escrita pudessem interferir na estrutura de uma língua de reconhecido prestígio literário como a portuguesa, mesmo que o número de falantes das primeiras chegasse a ser em determinados momentos superior ao de falantes de português no Brasil, como na cidade do Salvador, durante o século passado, quando havia uma média de quatro a cinco negros para cada branco, enquanto no Recôncavo contavam-se seis brancos e pardos para cem negros"; para o terceiro texto, porque os "trabalhos de pioneiros, de méritos indiscutíveis, pecavam, às vezes, por uma falta de informação em lingüística geral e africana, e / por / não revelarem senão de um modo parcial a importância do impacto africano nos falares do Brasil".

1.1.1. A essas transcrições, cujo destaque evidentemente é de minha exclusiva responsabilidade, creio que se deve acrescentar o descrédito que se seguiu às obras pioneiras, por sua vez resultante das precárias condições de trabalho que oferecia o ambiente científico nos anos 30 e 40, bem como a escassez de recursos de toda ordem, mas sobretudo de ordem institucional, para um tratamento metodologicamente rigoroso do tema: não será mero acaso que a "renovação de interesse pela identificação dos africanismos no Brasil", citada por ANGENOT-JACQUEMIN, possa ser assinalada a partir de 1960 e coincida com um interesse mais amplo

pelos "jovens" países africanos.

1.2. Eis como me parece que se passaram as coisas: os "pioneiros", pelas razões transcritas e pelas que acrescentei, desestimularam continuações potenciais, que não poderiam satisfazer-se com resultados tão relativos ou aproximativos mas não podiam alimentar ilusões de ultrapassá-los, por falta de meios que possibilitassem o avanço. Os mais lúcidos percebiam, ou pelo menos entreviam, o que seria preciso fazer - no Brasil e em África - mas percebiam igualmente que não havia como fazê-lo. Nem cá nem lá.

2. Não me alongarei sobre o conteúdo das comunicações referidas mais do que para dizer que as considero de alta importância, sobretudo por - cada uma a seu modo e na sua perspectiva própria - constituírem um marco estimulante de uma possível e por todos os títulos desejável renovação dos estudos relativos ao tópico. Marco, aliás, difícil de conceber sem que a já citada inexistência de condições institucionais tivesse sido - talvez pacificamente - minorada: as comunicações de Y. P. DE CASTRO e J.-P. ANGENOT/J.-P. JACQUEMIN radicam no Centro de Estudos Afro-orientais, órgão complementar da Universidade Federal da Bahia, e a de M. ANDRADE na Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil, sociedade civil sem fins lucrativos fundada em março de 1974.

3. Na comunicação de J.-P. ANGENOT - J.-P. JACQUEMIN, quando lida em plenário pelo primeiro, me chamou a atenção, apesar da dificuldade de acompanhá-la decorrente de meu analfabetismo na "bantuística [que] já existe há mais de um século", o fato de os exemplos iniciais de "Ilustrações brasileiras das classes nominais bantos", recolhidos na Bahia por Y. P. DE CASTRO (Mõna, muãna "criança"; moBika, muBika "escravo"; - KAZI "esposa"); soarem inteiramente desconhecidos não só a mim mas a grande parte dos presentes - baianos ou como eu radicados na Bahia há muitos anos e não de todo desatentos aos usos lingüísticos locais.

3.1. Um exame posterior dessa lista confirmou e ampliou a impressão inicial: dos 49 (quarenta e nove) itens em causa, 14 (quatorze) dos quais abonados apenas pela autora citada, somente 12 (doze) (4), com segurança, e 5 (cinco) (5) com algumas dúvidas, me pareceriam incorporados ao léxico - da língua portuguesa - na capital da Bahia, como de resto em amplas áreas outras, e poderiam pacificamente considerar-se 'brasileirismos'.

3.2. Seleccionados, para o fim específico de ilustrar as "classes nominais bantos", entre "africanismos léxicos e semânticos" que embora nem todos daquela procedência "ultrapassam a casa dos cinco mil" (6), os exemplos e os números parecem corroborar a necessidade de uma "reavaliação ... quanto à interferência africana no Português do Brasil" proclamada por Y. P. DE CASTRO. E convidam à reflexão que adiante proponho (7).

4. Supondo, o que me parece lícito fazer: 1- que a situação relativa ao léxico de língua portuguesa de 32 (trinta e dois) dos 49 (quarenta e nove) itens sob exame seja a mesma de muitos outros dos mais de 5000 (cinco mil) até agora arrolados; 2- que como essa amostra - para os efeitos aleatória - o inventário mais amplo se estenda por campos semânticos numerosos e diversificados; 3- que em muitos casos se mantenha o paralelismo item lexical africano - item lexical luso-brasileiro - como tudo parece indicar ser o caso de quase todos ou todos os da amostra (8), e admitindo que na perspectiva dos falantes existe - como tudo leva a admitir - a consciência desse paralelismo como um paralelismo entre os léxicos de duas línguas (ainda que essa noção, quanto a uma delas, amalgame quimbundo, umbundo, quiconço (9) e até outras), fato que a meu ver reforçaria a inadequação de catalogá-los como 'brasileirismos', creio que devemos preparar-nos para a hipótese - heurística mas nada remota - de existir ainda, na Bahia pelo menos, uma situação de bilingüismo, quicã restrito ao léxico.

5. Com efeito, essa consciência do falante na seleção de itens lexicais segundo o quê, a quem, onde e para quê programa seu comportamento nos atos concretos de comunicação é fundamental para o caso, como reconhece a sociolinguística, e deve pesar mais do que os critérios de maior ou menor ajustamento-integração a padrões fonêmicos ou morfêmicos do diassistema língua portuguesa, ajustamento que, assim hierarquizados os critérios, seria expresso em termos de maior ou menor interferência desse diassistema, sem dúvida preponderante, nos elementos do léxico do diassistema africano com que está em contato.

6. A hipótese aqui levantada, embora ao que me parece menos explícita, já vem esboçada na comunicação de Y. P. DE CASTRO, quando ressalta o fato notório de que "o repertório lingüístico específico das suas [do "povo-de-santo"] cerimônias ritualísticas é preservado estranho ao domínio da língua portuguesa" (pág. 2) e acrescenta (na mesma página) que "a capoeira e o maculelê ... conservam também um repertório lin

gêstico estranho ao domínio da língua portuguesa como meio de expressão simbólica". Haveria que acrescentar as "palavras que descrevem a ordem social do grupo", que pouco antes (pág. 1) encabeçam uma enumeração, e, penso eu, as desse repertório inicial retiradas para inserção em atos comunicativos quanto ao mais perfeitamente luso-brasileiros ou, ainda, como consequência da preservação dele, posteriormente adquiridas e incorporadas por diferentes processos.

7. A visão que proponho e me parece fazer justiça a uma ponderável parcela da sociedade baiana na qual seria ilusório incluir apenas o nosso negro, ainda que por negro entendêssemos "o descendente do negro-africano na diversidade dos modelos e conjuntos de traços genéticos e culturais, herdados e novos, reelaborados nos contatos e contextos sócio-históricos do Novo-Mundo", (10) pode ser ilustrada com dois enunciados efetivamente acontecidos, em que a meu ver a estrutura sintática impecavelmente portuguesa nem por isso invalida a seleção feita, com uma consciência de bilingüe, de um item lexical africano.

7.1. Quando num axexe uma jovem adulta, à margem da cerimônia, se dirige a outra comentando: "Minha mãe disse que eu estou parecendo um babã", para significar que em desacordo com a situação comparecera demasiado ataviada, está relatando uma seleção de uma forma de conteúdo para a qual não existe correspondente na cultura de que a língua portuguesa é expressão, requinte que só se pode permitir quem participa de mais de uma cultura. Quando no mesmo local, um adolescente responde a uma pergunta que lhe fiz por polidez: "Eu sou filho de mãe-quequerê", está operando uma seleção consciente entre dois léxicos de línguas diferentes. Tanto quanto um descendente de calabreses quando diz "Não sou canaruto", ou quanto qualquer de nós quando insere buleversar, tête-à-tête, know-how, paper, stricto sensu, ipso facto ou mutatis mutandis num enunciado quanto ao mais em língua portuguesa e qualquer que seja o grau de interferência dessa língua na concretização do item selecionado. Tanto quanto, repito, pelos mesmos motivos e com os mesmos resultados. Mutatis mutandis...

NOTAS

1. "O português do Brasil: temática e terminologia (clichê e etnocentrismo)".

2. "Antropologia e lingüística nos estudos afro-brasileiros".
3. "Identificação de critérios lingüísticos que permitem precisar a origem dos empréstimos bantos no português do Brasil".
4. Moleque, molambo, marimbondo, quizila, oullombo, quitanda, jilô, tanga, camundongo, cacunda, caçula.
5. Ambundo, marafo, macaia, quingombô, jira.
6. Y. P. DE CASTRO, cit., pág. 4. A autora informa que o número se refere a "pesquisas de campo que se estenderam pelo Recôncavo, até Feira de Santana".
7. Deixo de parte, por irrelevantes para meus propósitos nesta comunicação, os aspectos proporcionais dessa (para repetir o termo adotado por Y. P. DE CASTRO) interferência. Limito-me aqui a registrar que tanto Y. P. DE CASTRO quanto J.-P. ANGENOT/J.-P. JACQUEMIN entendem que se tem subestimado a contribuição de etnias banto. São palavras textuais dos segundos: "No Brasil, e principalmente na Bahia, um preconceito corrente tende a considerar como preponderante a influência cultural oeste-africana".
8. Vejam-se, por exemplo: MŪna, muĀna - "criança"; moBika, aBika - "escravo(s)", akaBa - "carvão"; muilu - "cêu".
9. V. J.-P. ANGENOT - J.-P. JACQUEMIN, cit., pág. 3.
10. J. E. DOS SANTOS e D. M. DOS SANTOS, "Religião y Cultura Negra" , in Africa en América Latina (Unesco, no prelo). A definição está reproduzida na comunicação de J. E. DOS SANTOS ao II Seminário de Estudos sobre o Nordeste (Bahia, novembro de 1975) "Negritude e heterocultura do Nordeste Brasileiro: a transmissão oral" (mimeogr.), pág. 3.

NOTICIA 10

Atividades da Diretoria

Sem constituir propriamente um programa, os pontos que se enumeram a seguir representam uma série de linhas de atuação com que a atual Diretoria da ABRALIN se preocupa. Elas têm sido apresentadas informalmente em diversas situações, entre elas o VIII Encontro Nacional de Linguística, cuja Comissão Organizadora abriu generosamente um espaço de discussão. Ao reiterá-los aqui, a Diretoria gostaria de ouvir o corpo associativo:

1. Grupos de Trabalho

Em julho deste ano o Presidente eleito avistou-se em Brasília com dirigentes do CNPq, apresentando-lhes uma proposta de estabelecimento de Grupos de Trabalho adiante especificados. A idéia recebeu ótima acolhida, tendo sido aprimorada em seguida. Parte-se da premissa de que há diversos núcleos de pesquisadores no país com bom nível de desenvolvimento, segundo ficou patente do relatório preparado recentemente pelo Prof. Mário Perini, da UFMG, bem como de uma conferência apresentada pelo atual Presidente ao VI Congresso Internacional da ALFAL (Phoenix, Arizona, 1981). Esses núcleos poderiam interagir com grupos de pesquisadores desejosos de promover uma ativação local. Considera-se também a hipótese de contar com a participação de algum destacado pesquisador estrangeiro, sempre a pedido do grupo interessado. Os Grupos de Trabalho assim instalados poderiam diminuir os efeitos das dificuldades presentes de viajar ao Exterior, assegurando o ritmo desejado de trabalho. Basicamente, eles se constituiriam e atuariam da seguinte forma: (1) Grupos de pesquisa de uma mesma instituição ou área geográfica, com um grau prévio de entrosamento, identificariam um problema científico sobre o qual gostariam de trabalhar em conjunto, sob a direção de um pesquisador experimentado, nacional ou estrangeiro. (2) Eles entrariam em contacto com esse pesquisador, fixando as regras de atuação: fase preparatória, fase de execução, prazos. (3) A ABRALIN poderia atuar como mediadora, seja na identificação do pesquisador visitante, seja na obtenção dos recursos necessários, dependendo da vontade do grupo de pesquisa. (4) Obtido o financiamento, o pesquisador convidado se deslocaria para o local em que o grupo atua, permanecendo nele durante o tempo necessário - digamos, dois a quatro meses -, e agindo à base de seminá-

rios de discussão. (5) Os relatórios que resultassem dessa atividade seriam apresentados em reuniões científicas.

Basicamente, pensa-se em apresentar alternativa ao atual esquema de simpósios, mesas-redondas e congressos, mais ou menos ocasionais, e que, embora necessários, nem sempre asseguram um contacto científico mais criador e produtivo. Os Grupos de Trabalho, ademais, atuam a baixo custo e com aproveitamento integral estimulando os grupos de pesquisa em seu ambiente natural de atividades, contando com os recursos habituais.

2. Publicações da ACPALIC

Deverão ser publicados, ainda no exercício da atual Diretoria, os números 6, 7 e 8 do Boletim da Associação Brasileira de Linguística. O número 6 contará os trabalhos apresentados por ocasião do V Instituto Interamericano e VII Instituto Brasileiro de Linguística (Campinas, janeiro e fevereiro de 1980, patrocinado pelo PILEI, ABRALIN e UFICAMP). O número 7 conterá os trabalhos apresentados durante a 36ª Reunião Anual da SBPC. No número 8, pensa-se em incluir trabalhos que os associados nos remeterão, sujeitos a uma triagem por uma Comissão de Redação. Enquanto a ABRALIN não tiver uma revista, parece interessante reservar o Boletim correspondente ao primeiro semestre à publicação de artigos dos associados, ficando o do segundo semestre reservado à divulgação dos materiais apresentados na Reunião Anual da SBPC.

3. Doação do Arquivo da ABRALIN a um Centro de Documentação

A cada mudança de Diretoria, o arquivo da ABRALIN vem sendo transferido de um ponto para outro do Brasil, acarretando uma despesa vultosa e sem retorno, além do risco de extravio. A Diretoria entendeu que a parte inativa desse arquivo, que constitui documento único para a história da Linguística no Brasil, deveria ser confiada de maneira definitiva a um centro de documentação idôneo. Aproveitando a circunstância de que o Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas está constituindo um Centro de Documentação, do qual já fazem parte os arquivos do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, além dos corpora de projetos como o Estudo da Norma Urbana Culta e a Aquisição da Linguagem por Crianças Brasileiras, a Diretoria está promovendo gestões junto àquele Instituto visando à doação

dos arquivos da ABRALIN em condições que garantam seu tratamento arquivístico e sua utilização pelos associados. Dessa forma, cada nova Diretoria poderá receber em mãos o arquivo corrente, a documentação legal e os controles da Tesouraria, evitando-se os riscos apontados acima. O Conselho da ABRALIN já se manifestou favoravelmente à idéia em princípio e no momento se redige um Termo de Coação que assegure à nossa Associação um controle permanente sobre esses materiais.

Reuniões Científicas

* De 26 a 28 de outubro de 1983, realizar-se-á em Águas de São Pedro (SP) o VII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, com o objetivo de debater o que há de mais recente na produção sociológica brasileira. Para informações, escrever ao Prof. Regis de Castro Andrade, Secretário Executivo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rua Adolfo Tabacow 201, Jardim Europa, 01453 São Paulo SP.

* De 22 a 27 de julho de 1984 realizar-se-á no Rio de Janeiro (RJ) o 10 Congresso Internacional de Educação Piagetiana e o 20 Congresso Brasileiro Piagetiano. O evento constará de conferências plenárias, simpósios, cursos e comunicações. Para informações, escrever ao Prof. Lauro de Oliveira Lima, Coordenador Geral, Centro Experimental e Educacional Jean Piaget, Trav. Madre Jacinta nº 18, Cãvea, 22451 Rio de Janeiro RJ.

* De 15 a 18 de abril de 1984 realizar-se-á em Brasília (DF) a XIV Reunião Brasileira de Antropologia. A Profa. Yonne de Freitas Leite, ex-Presidente da ABRALIN está organizando a Seção de Linguística do evento, que contará com três Grupos de Trabalho:

Foram planejadas três atividades, constituídas como Grupos de Trabalho, a saber:

1. Modelos de Descrição e Análise de Línguas Indígenas.

Coordenador: Yonne de Freitas Leite

Objetivo: Apresentar dados de línguas indígenas que levem à discussão e a avaliação de teorias linguísticas.

2. Língua, Linguagem e Sociedade: Um campo interdisciplinar.

Coordenador: Carlos Vogt

Objetivo: Discutir a relação entre Linguística e Antropologia pela inserção dos fenômenos linguagem num contexto sócio-cultural.

3. Avaliação e Perspectivas das Pesquisas com Línguas Indígenas Brasileiras.

Coordenador: Aryon Dall'Igna Rodrigues

Objetivo: Discussão de um texto apresentado pelo Coordenador a fim de que se proponham medidas para a institucionalização do campo de estudo e sua implementação. Serão convidados representantes do CNPq, Associação Brasileira de Linguística e dos centros em que se desenvolvem pesquisa com línguas indígenas.

* De 5 a 10 de agosto de 1984 realizar-se-á o VII Congresso Internacional de Linguística Aplicada em Bruxelas (Bélgica). O Prof. Francisco Gomes de Matos, ex-Presidente da ABRALIN pronunciará uma das conferências plenárias subordinada ao tema "Um balanço crítico da Linguística Aplicada nos vinte anos de sua existência: 1964-1984". Outras conferências plenárias serão apresentadas por Kenneth L. Pike, Tatiana Slama-Cazacu, Hayne O'Hell e N. P. Pattanayak. Para maiores informações, escrever a Jos Nivette, Presidente, AILA WORLD CONGRESS 84, 110/YUB University of Brussels, Pleinlaan 2, B-1050 Brussels, Belgium.

* Em agosto de 1984, realizar-se-á em Budapeste o XVI Congresso Internacional da Fédération Internationale des Langues et Littératures Modernes (FILLM). A Diretoria da entidade é representada na América Latina pela Profa. Neide de Faria, Caixa Postal 07-404, 70.000 Brasília (DF), que prestará informações aos interessados. O Secretário Geral é o Prof. David A. Wells, The Queen's University of Belfast, Belfast, Northern Ireland.

* De 4 a 11 de julho de 1984 realizar-se-á em São Paulo a 36ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. A programação da Abralin nesse evento será objeto de circular específica.

Pelo regulamento da 36ª Reunião Anual da SBPC, a apresentação de comunicações de pesquisa é iniciativa individual do pesquisador, sujeita às seguintes diretrizes:

"Cada sessão comporta, no máximo 8 comunicações dispondo o autor de 10 minutos para apresentar o seu trabalho e 5 minutos para debater-lo com os participantes. Os resumos dos trabalhos devem ser apresentados pelos seus autores em formulários próprios, distribuídos com antecedência pela SBPC."

Recomendamos portanto aos associados que pretendem apresentar comunicações de pesquisa que entrem em contacto com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, para conseguir os materiais necessários. O endereço é Caixa Postal 11008, 05499 - São Paulo - SP.

* A Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL) realizará de 17 a 21 de setembro de 1984, em São Domingos, o VII Congresso da entidade.

A programação prevê uma homenagem ao primeiro centenário do nascimento de Pedro Henríquez Ureña. Estão previstas Sessões Plenárias e Sessões de Comunicações Científicas. Para as reuniões plenárias estão convidados os seguintes conferencistas: Dr. Jacobo de Lara, "Pedro Henríquez Ureña"; Dr. Guillermo L. Guitarte, "Linguística Histórica e história de la Linguística"; Dr. Norman McQuown, "Linguística Indoamericana"; Dr. Ramón Trujillo, "Linguística general y aplicada"; Dr. José Amory Vázquez, "Teoría y Crítica Literarias"; Dr. Rafael Torres Quintero, "Dialectología y Sociolingüística". As demais sessões, uma das quais reservada à Linguística Portuguesa, estão pendentes. Para maiores informações, escreva ao Presidente da ALFAL, Dr. Juan M. Lope Blanch, Centro de Linguística Hispânica / Torre de Humanidades 11, Piso 12 / Ciudad Universitaria / 04510 México DF - MÉXICO.

Publicações

* A PUC-RJ acaba de publicar os Anais do Segundo Colóquio de Semiótica (PUC-RJ-Edições Loyola, 1983), com o seguinte conteúdo:

Parte 1 - Semiótica: Ciência ou Método?

"Introdução" (Monica Rector)

"Semiótica: Ciência ou Método" (Maria Lúcia Santaella Braga)

"Semiótica Além da Ciência: Problema de Método" (Eduardo Nei-

va Jr.)

"Da Justificativa Descoberta: A Semiótica e o Ensino da Comunicação ou A Semiótica na Terra dos Índios" (J. Teixeira Coelho Netto)

"Semiótica, uma Ciência em Construção" (Cidmar Teodoro Pais)

"Método e Técnicas de Análise do Objeto Semiótico" (Geraldo Mattos)

"O Ensino da Semiótica na USP" (Elizabeth Saporiti)

Parte II - Semiótica da Cultura - Comunicação de Massa

"A Redefinição do Espaço Político-Social Brasileiro" (Affonso Romano de Sant'Anna)

"Produção de Realidade do Telejornalismo (Anotações de uma pesquisa)" (David da Conceição Mota)

"Uma Leitura Semiótica: Literatura Infantil Brasileira, Cultura e Ideologia" (Eliana Yunes)

"A Ilusão do Referencial e as Linguagens" (Ione Bentz)

O referido volume pode ser adquirido na Secretaria do Departamento de Letras da PUC-RJ ou mediante correspondência dirigida à:

Profa. Mariza do N. S. Pimenta-Bueno (REF: Anais do 2º Col. Semiótica)

Diretora do Departamento de Letras

PUC-RJ

Rua Marquês de São Vicente, 225

Gávea

22.453 - Rio de Janeiro - RJ

* Ciência Hoje. Revista de divulgação científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tem entre seus objetivos contribuir para a divulgação da pesquisa científica realizada no Brasil, e permitir que a comunidade científica manifeste publicamente suas propostas e preocupações quanto às diretrizes que orientam a política científica e educacional do nosso país. Suas dimensões e alcance político exigem que Ciência Hoje tenha um grande número de assinantes (atualmente os assinantes são 8000 e a tiragem é de 55.000 exemplares). Isso permitiria que Ciência Hoje se tornasse independente das agências financiadoras e da publicidade. Se você quiser, pode assinar Ciência Hoje com um desconto de 20% sobre o valor normal da assinatura. Consulte a secretaria da Abrajin.

* Acaba de ser lançado pela Livraria Nobel S/A (Rua da Balsa, 559, 02910 - São Paulo - SP) A Linguagem Proibida do Prof. Dino Pretti. O livro analisa o Dicionário Moderno (1903) de Bock como representação de vários processos formais (entre eles o vocabulário gírio) para expressar o conteúdo cômico-fresceno da época em que foi publicada a obra, momento histórico de transição da cultura brasileira caracterizado pela imitação dos costumes europeus, pelo espírito da "Belle époque" e pela modernização da vida urbana; tempo de costumes boêmios no Rio antigo e de afrouxamento moral, de que a imprensa popular e o teatro deram farto testemunho. Com o termo "Linguagem Proibida", o autor abrange áreas como a dos "palavrões" e blasfêmias, a da gíria, a do discurso malicioso - formas estigmatizadas e de baixo prestígio, condenadas pelos padrões culturais, o que as transformou com poucas exceções em tabus lingüísticos.

* Acaba de ser publicado pelo Setor de Publicações do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp (Caixa Postal 6045, 13.100 - Campinas - SP) o Número 5 dos Cadernos de Estudos Lingüísticos, cujo índice transcrevemos:

MARIA CECÍLIA PERRONI: Colagens e combinações no desenvolvimento do discurso narrativo; RODOLFO ILARI e IVONE MANTOANELLI: as formas progressivas do Português; MARIA CRISTINA DA C. PEREIRA: Uma Abordagem interacionista no estudo do desenvolvimento da Comunicação gestual em crianças deficientes auditivas; GERALDO CINTRA: mente: sufixo adverbial?; JONAS DE ARAÚJO RONVALDO: Gramaticalidade e aceitabilidade: uma nova reformulação do certo-errado?; MARIA IRMA H. COUDRY e SÍRIO POSSENTI: Avaliar discursos patológicos; LETÍCIA MARCONDES REZENDE ROBERT: Operação de predicação e construção de alguns objetos lingüísticos; MARIA BERNADETE M. ABAURRE GNERRE: Alguns casos de formação do plural em Português: uma abordagem natural.

* O Departamento de Lingüística e Teoria da Literatura da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (Rua Caranbola 288, 7º andar, sala 729) lançou o 7º volume de sua série Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura, intitulado Ensaio de Lingüística e organizado por Rosa Maria Assis Veado e Daniel Alvarenga. Conteúdos:

MARIA CRISTINA MACRO: Conversa com Haj Ross; YONNE DE FREITAS LEITE: A Classificação do Tapirapê na família Tupi-Guarani; ELEONORA ALBANO DA MOTTA MAIA: Sobre a interpretação dos fatos do desenvolvimento fonológico; MONICA G. R. ALKMIN e CRISTINA A. GOMES: Dois fenômenos de supressão em limite de palavra; MARIA DO CARMO VIEGAS e ROSA MARIA ASSIS VEADO: Alçamento de vogais pretônicas; MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA: Sobre os reflexos sociais da mudança em progresso; EUNICE SOUZA LIMA PONTES: A ordem SV em Português; EUNICE PONTES: Ana col uthon and "Double Subject" Sentences; DILZA DANTAS RODRIGUES ANTUNES: Discussion of the Anatomy, Physiology and Pathology involved in Dysarthria and Apraxia; RICHARD JACKSON HARRIS: Cognitive Psychology and Applied Linguistics: a timely rapprochement; ANNA MARIA VIEGAS: Conceitos de Estilística.

Contacte o Departamento de Linguística e Teoria da Literatura da UFMG a respeito dos números anteriores.

Language Learning Best Dissertation Prize

An International Competition

Language Learning announces the foundation of a Prize for the best Ph. D. dissertation in any scholarly field within the range covered by the journal, to be awarded annually according to the conditions set below.

The Prize consists of a cash award of \$2,500.00, and a suitable citation. The award-winning dissertation will be published either as an article in Language Learning, or as a book in the Language Learning Monograph Series. The possibility also exists that the winner of the Prize will be invited to address the linguistic community of The University of Michigan.

To enter the competition, candidates must be nominated by their Thesis Advisor or Dissertation Chairman. The Advisor/Chairman is to submit a letter of nomination detailing the nature, scope, methodology, significance and merit of the proposed work.

The nominations will be evaluated in the first instance by

the Prize Committee, composed of the Chairman of the Editorial Board, its Executive Director and the Editor of the Journal. Based on their evaluation, the committee will identify a short list of dissertations to be reviewed in full. At that time copies of the selected dissertations will be requested from their authors. Each of the selected dissertations will then be read by two outside referees who are specialists in the respective fields covered by the dissertations. Their evaluation will form the basis for the final disposition to be made by the Prize Committee.

Nominations for the 1983 Language Learning Best Dissertation Prize (covering dissertations defended between July 1, 1983 and June 30, 1984) should be submitted by the Thesis Advisor/Dissertation Chairman, before June 30, 1984 to Professor Alexander Z. Guirra, Executive Director, Language Learning, Box # 056 University Hospitals, The University of Michigan, Ann Arbor, Michigan 48109.

Sumários Correntes em Lingüística - SCL

Finalmente, após longos trabalhos preparatórios, foi lançado em dezembro de 1983, o fascículo nº 1 dos SUMÁRIOS CORRENTES EM LINGÜÍSTICA, primeira publicação no gênero no Brasil, no âmbito das Ciências da Linguagem. A iniciativa está contando com o apoio do CNPq (financeiro) e do IBICT (técnico), tendo até agora aproveitado os acervos de periódicos da Universidade de Brasília, da UNICAMP e do Instituto Lingüístico de Verão (SIL) em Brasília. A coordenação geral está sob a responsabilidade do Prof. Ulf G. Baranow (UnB / CNPq).

Os SCL têm por finalidade divulgar o mais rapidamente possível, três a quatro vezes ao ano, a literatura periódica internacional e nacional da área de Lingüística, de revista que estão à disposição em bibliotecas universitárias brasileiras. Esse acervo já foi cadastrado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, em seu Catálogo Coletivo - Ciências Humanas e Sociais (em micro-fichas), o qual contém os títulos dos periódicos e os nomes das bibliotecas assinalantes.

Restava a dificuldade de acesso pelo pesquisador em Lingüística à literatura especializada, reiteradamente apontada como um dos

incipais entraves ao desenvolvimento pleno da área no Brasil (cf. *Aliança & Perspectivas 1982*. CNPq/Coordenação Editorial. Brasília 33). O impasse pode começar a ser superado com a publicação periódica dos **SUMÁRIOS CORRENTES EM LINGÜÍSTICA - SCL**, cujo primeiro número teve uma repercussão surpreendentemente positiva entre os lingüistas brasileiros.

Há lacunas que deverão ser sanadas, na medida do possível, atendendo dos recursos a serem alocados para a publicação. Assim, quanto à seleção de sumários de revistas especializadas na área, naturalmente, são estão sendo incluídas aquelas que vêm sendo assinadas pelas bibliotecas universitárias brasileiras, cujo acesso é facultado através do COMUT (Programa de Conutação Bibliográfica, MEC/CAPES).

É intenção dar um maior relevo, no futuro, às publicações periódicas brasileiras e latino-americanas na área, desde que no mínimo de seus temas tratem de temas lingüísticos, quando em simbiose editorial com a subárea de Letras (Literatura). Esta última deveria constituir-se em objeto de uma publicação própria, à parte.

Os **SUMÁRIOS CORRENTES EM LINGÜÍSTICA - SCL** obedecem rigorosamente a um formato bibliográfico estabelecido dentro dos padrões nacionais da elaboração desse tipo de serviços de Alerta, neles não cabendo formações sobre teses, dissertações, eventos, etc., conforme vêm gerindo vários colegas que trabalham na área. Tais sugestões poderão ser aproveitadas, de futuro, no contexto de um Serviço de Alerta em lingüística, complementar.

Exija que a sua Biblioteca Universitária ou Departamental assine os **SUMÁRIOS CORRENTES EM LINGÜÍSTICA - SCL** (distribuição gratuita, por enquanto);

Procure os artigos que o interessarem, examinando o sumário de cada periódico;

Dirija-se à sua Biblioteca Universitária e peça fotocópias dos artigos via COMUT (ao preço de custo), se a revista procurada não estiver no acervo local;

★ Envie suas reclamações (ou manifeste o seu apoio) para

PROF. ULF G. BARANOW

a/c SUMÁRIOS CORRENTES EM LINGÜÍSTICA - SCL

Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Campos Universitário, Asa Norte

70.910 - Brasília - DF

X X X - X X X